

RED

REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Vol. 13 n. 2 (2021)
E-ISSN: 1984-1736

DOSSIÊ: DOSSIÊ VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

**REVISTA
ESPAÇO
DE DIÁLOGO
E DESCONEXÃO**

Do direito à cidade às relações virtuais

O presente dossiê teve como origem os intensos e edificantes debates que fizeram da disciplina ofertada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ICHSA, Unicamp-FCA, “Vulnerabilidade e Proteção Social”, experiência única e cristalizou as inquietações no número que passaremos a apresentar. Como de praxe, a disciplina foi ministrada por três professores, sendo que cada um trabalhou um eixo temático, proporcionando diversidade de temas abordados nos trabalhos originais que fazem parte desse número que apresentamos à comunidade acadêmica.

O primeiro eixo, a “Trajetória do Estado de Bem-estar Social”, abordou o conceito de pobreza e sua evolução histórica, as políticas sociais frente ao tema do desenvolvimento, o conceito de vulnerabilidade e o de cidadania.

O segundo, trabalhou o conceito de território e planejamento como temas fundamentais na ação do Estado, oferecendo subsídios para compreensão do protagonismo do desenvolvimento social e ambiental, que promova a resiliência.

No terceiro, os conceitos de vulnerabilidade e de proteção social foram debatidos por meio de estudos contemporâneos, quais sejam, as questões de gênero, relações sociais virtuais e a dimensão acerca da negritude.

Portanto, de maneira inovadora, o presente dossiê é o resultado de debates, análise de textos e seminários em que os alunos e alunas puderam criar uma vertebração em temas que, em um primeiro olhar, poderiam parecer pertencentes a uma agenda de pesquisa atrelada aos referenciais teóricos clássicos de Estado de Bem-estar Social. Pelo contrário, o dossiê tem a potencialidade de evidenciar a multidimensionalidade da vulnerabilidade social e, por conseguinte, as perspectivas de um Estado promotor de políticas de bem-estar. Ao mesmo tempo, demonstramos a filigrana que solda o direito à cidade às relações virtuais na contemporaneidade. Buscamos confirmar que a temática da vulnerabilidade perpassa dimensões teóricas, em uma rede de trajetórias analíticas interligadas, que possuem como centro gravitacional o conceito de pobreza, planejamento territorial e situação político-social dos sujeitos em face a direitos.

O dossiê tem como artigo de abertura das análises, “Vulnerabilidade multidimensional: do direito à cidade às relações virtuais”, em que os autores Antonio Bernardes, Oswaldo Gonçalves e Rodrigo Toledo, confirmam que a temática vulnerabilidade está presente em inúmeros enfoques teóricos. Constituem-se, per se, em percursos analíticos interconectados, mas que possuem como centro o conceito de pobreza, como asseveramos acima, que na sociedade contemporânea conecta cidades em uma rede de relações que também são virtuais.

No segundo artigo, “Violência doméstica: um cotidiano de vulnerabilidade intensificado pela pandemia”, Samuel de Paula, discute os impactos da pandemia de Covid-19 no aumento de situações de vulnerabilidade, com um agravamento das violências de gênero.

O artigo “A importância da transparência das informações sobre os conselhos municipais para participação popular: estudo de casos de Americana e Limeira/SP”, os autores Larissa Lopes, Noan Sallati e Rodolfo Bassani voltam os olhares para os fundamentais conselhos municipais como arenas de discussão de políticas públicas que acenam para uma perspectiva de efetivação da participação popular. Os autores analisam informações dos conselhos das cidades de Americana e Limeira/SP divulgadas nos sítios eletrônicos que possuem potencialidade de aumento da transparência dos processos políticos decisórios.

Em “Synchronizing socio-climatic impacts in spatio-temporal analyses of drought vulnerability: challenges and perspectives for data production”, Luís Lovato e Jurandir Zullo, pavimentam, com o quarto artigo, a perspectiva da disciplina que originou este dossiê ao discorrer sobre os eventos climáticos e meteorológicos extremos, pauta de Conferências mundiais, como a COP 26, Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, em Glasgow com a presença de líderes de mais de 190 países. Nos referimos à perspectiva de que os impactos das mudanças climáticas atingem, mais intensamente, as populações vulneráveis, que vivem em áreas de risco no Brasil. Dada

a dimensão territorial, as análises de risco de seca e eventos climáticos adversos, são tomados pelos autores como variáveis importantes na evidenciação de fatores de vulnerabilidade, que grassam pelo país.

Por fim, ainda na sessão artigos, o quinto, “Reflexão sobre o trabalho das prostitutas no Brasil contemporâneo”, as autoras Ana Júlia, Ingrid Betty e Sandra Gemma, realocam o debate sobre a vulnerabilidade por meio de abordagem entre as ciências humanas e do trabalho, notadamente a ergonomia, a psicodinâmica do trabalho e o direito do trabalho. Com sólida fundamentação teórica e reflexão interdisciplinar, apontam as problemáticas que circunscrevem e determinam o reconhecimento da prostituição enquanto profissão no Brasil.

O dossiê “Vulnerabilidade e Proteção Social” é, sem dúvida, um marco na trajetória da Revista REDD. Poderíamos elencar diversos motivos, mas o fato de vivermos um atual desmonte das políticas de proteção social é o mais importante. Tendo essa perspectiva como foco, Larissa Lopes, Oswaldo Gonçalves e Rodrigo Toledo, trouxeram para finalizar o número entrevista com a Profa. Dra. Sonia Miram Draibe. Apresentam roteiro em que fica nítida a contribuição da pesquisa em Ciência Política, com concentração em Política Social, mas também na consolidação de literatura que aponta os limites e alcances das reformas dos Estados de Bem-Estar Social. Draibe, dedicou-se à pesquisa sobre reformas sociais na América Latina, feitas com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL. Trabalhou com Bruno Théret, em acordo CAPES-COFECUB, que permitiu intenso intercâmbio com pesquisadores. Estabeleceu sólida rede de pesquisa com colegas latino-americanos, em especial do Chile, como Manoel Riesgo e da Argentina, além daqueles da CEPAL, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e do Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, UNRISD. Portanto, o Dossiê que apresentamos contribui sobremaneira para o debate de temas fundamentais para o aprendizado de teorias, metodologias e prática de análise de políticas públicas em tempos desafiadores como os que vivemos na atualidade.

Antonio Bernardes

<https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>

Oswaldo Gonçalves Junior

<https://orcid.org/0000-0002-3033-3741>

Rodrigo Alberto Toledo

<https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DAS PROSTITUTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ana Julia Soares de Campos¹; Ingrid Barbosa Betty²; Sandra Francisca Bezerra Gemma³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.16291>

Palavras-chave

Ergonomia da atividade
Trabalho
Prostituição
Direito do trabalho

Keywords

Activity ergonomics
Work
Prostitution
Labor law

Palabras clave

Ergonomía de la actividad
Trabajo
Prostitución
Directo del trabajo

RESUMO

Este artigo debate, por meio de abordagem interdisciplinar entre as ciências humanas e as ciências do trabalho (notadamente a ergonomia, a psicodinâmica do trabalho e o direito do trabalho), o contexto e as problemáticas que circundam e determinam o reconhecimento da prostituição feminina enquanto profissão no Brasil. Para isso, foram utilizadas como metodologia a investigação de dois instrumentos: o primeiro configurado pela revisão extensiva do conteúdo do livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, de Silvia Federici e; o segundo, pela coleta de informações oriundas das reflexões realizadas durante o primeiro semestre de 2021 na disciplina Vulnerabilidade e Proteção Social, cursada no programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, vinculado à Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP). Desta forma, após as leituras e debates realizados nos encontros, as informações registradas foram sistematizadas para a elaboração de uma narrativa coerente e lógica, em formato de artigo. Contribuindo assim, para compreensão do trabalho das prostitutas na contemporaneidade brasileira.

ABSTRACT

REFLECTIONS ABOUT PROSTITUTES WORK IN CONTEMPORARY BRAZIL

This article discusses, through an interdisciplinary approach between the human sciences and the labor sciences (notably ergonomics, work psychodynamics and labor law), the context and issues that surround and determine the recognition of female prostitution as a profession in Brazil. For this, the investigation of two instruments was used as a methodology: the first configured by the extensive review of the content of the book “The zero point of the revolution: domestic work, reproduction and feminist struggle”, by Silvia Federici and; the second, by collecting information from reflections carried out during the first semester of 2021 in the Vulnerability and Social Protection discipline, taken at the Interdisciplinary Graduate Program in Applied Human and Social Sciences, linked to the Faculty of Applied Sciences (FCA/UNICAMP). In this way, after the readings and debates held at the meetings, the information recorded was systematized for the elaboration of a coherent and logical narrative, in article format. Thus contributing to the understanding of the work of prostitutes in contemporary Brazil.

RESUMEN

REFLEXIONES SOBRE EL TRABAJO DE LAS PROSTITUTAS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Este artículo debate, por medio de abordagem interdisciplinar entre as ciências humanas e as ciências do trabalho (notadamente a ergonomia, a psicodinâmica do trabalho e o direito do trabalho), o contexto e as problemáticas que circundam e determinam o reconhecimento da prostituição feminina enquanto profissão em Brasil. Para ello, se utilizó como metodología la investigación de dos instrumentos: el primero configurado por la revisión extensa del contenido del libro “El punto cero de la revolución: trabajo doméstico, reproducción y lucha feminista”, de Silvia Federici y; el segundo, mediante la recopilación de información de reflexiones realizadas durante el primer semestre de 2021 en la disciplina Vulnerabilidad y Protección Social, cursadas en el Programa Interdisciplinario de Posgrado en Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas, vinculado a la Facultad de Ciencias Aplicadas (FCA/UNICAMP). De esta forma, luego de las lecturas y debates realizados en las reuniones, se sistematizó la información registrada para la elaboración de una narración coherente y lógica, en formato de artículo. Contribuyendo así a la comprensión del trabajo de las prostitutas en el Brasil contemporáneo. estar atentos a estos grupos de interés y mapearlos para reflexionar críticamente sobre el tema socio-técnico, sin disminuir el papel de los seres humanos en nuestra sociedad.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FCA/UNICAMP. E-mail: a265341@dac.unicamp.br

² Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FCA/UNICAMP. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9716-6618>. E-mail: ingridbarbosabetty@gmail.com

³ Professora Associada I (MS 5.1) da Faculdade de Ciências Aplicadas, FCA/UNICAMP. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8567-157X>. E-mail: gemma@unicamp.br

INTRODUÇÃO

Apesar das lutas em torno da equidade de gênero, dados do Fórum Econômico Mundial demonstram que os desafios contemporâneos ainda são grandes. O Brasil figura na 22ª posição entre 25 países da América Latina em temas como políticas de empoderamento e participação econômica feminina. Inseridas neste contexto, estão as trabalhadoras brasileiras que ganham em média R\$456,42 a menos que os homens, conforme dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2019. Neste mesmo relatório pode-se perceber que, existem ainda, disparidades salariais entre o próprio público de trabalhadoras, de acordo com suas cidades de origem, escolaridades e diversidades de raça ou cor, demonstrando o tamanho do abismo social existente no contexto brasileiro.

Além dos desafios que transpassam as trabalhadoras brasileiras, outras questões particulares são encontradas em determinados tipos de atividade, como no caso das trabalhadoras do sexo. Dentro desta categoria de serviço estão enquadradas atividades como, por exemplo, o telesexo, as dançarinas sexuais, profissionais de *strep tease* e, as prostitutas. Estas atividades possuem atualmente um menor reconhecimento social que outros labores, sendo marginalizadas devido à uma construção política, econômica e social (SILVA, CAPELLE, 2015). Entretanto, apesar de todos os estigmas que circundam estes serviços, é preciso reconhecer que o trabalho da prostituição existe não apenas em nosso contexto atual, sendo relatado pela primeira vez há 2000 a. C. (ROBERTS, 1998). Ao longo da história da humanidade esta atividade foi compreendida de diferentes formas, por exemplo, como ocorreu no período renascentista, quando houve uma forte rejeição as prostitutas, valorizando as mulheres que constituíam matrimônio. Neste período, “o desejo feminino era visto como algo que desequilibrava o matrimônio, e a beleza física era temida por associar a mulher a um instrumento de pecado” (SILVA; CAPELLE, 2015). Interessante perceber, que a mesma sociedade que não tolera o desejo feminino, impulsionou o crescimento de atividades sexuais extraconjugais em casamentos heteronormativos, nos quais os maridos buscam a atividade de prostitutas. Vale reforçar ainda, que o termo profissionais do sexo tem sido ressignificado, fortalecendo a utilização e reconhecimento do substantivo prostituta, como uma palavra valorizada por estas profissionais.

“Apesar da visão da prostituição como uma realidade velada, uma ocupação invisível ou invisibilizada pela sociedade, ela abrange o expressivo número de mais de 40 milhões de adeptas no mundo, sendo que, destas, cerca de 75% são mulheres com idades entre 13 e 25 anos (PAIVA *et al.*, 2020)”. Devido à essa abrangência, para o debate presente nesta pesquisa, foi definido um recorte de público para análise, focalizando as discussões sobre o trabalho de prostitutas adultas, que desempenham atividades profissionais por deliberação própria (compreendendo ainda, que a escolha profissional ultrapassa outros âmbitos como, condições sociais).

Dessa forma, compreendo a realidade brasileira atual, este artigo se propõe a debater, de maneira interdisciplinar, o contexto e as problemáticas que circundam o reconhecimento da prostituição feminina enquanto profissão. Para isso, foram utilizados dois instrumentos como metodologia de pesquisa. O primeiro configurado pela revisão bibliográfica do livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, de Silvia Federici (2019). E, o segundo, pela coleta de reflexões realizadas durante o primeiro semestre de 2021 na disciplina Vulnerabilidade e Proteção Social, ministrada no programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA), vinculado à Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP). Nesta disciplina estavam presentes estudantes de mestrado e doutorado, que se encontraram semanalmente de maneira virtual. Desta forma, após as leituras e debates realizados entre as pesquisadoras, as informações foram sistematizadas e descritas em formato de artigo. Contribuindo assim, para compreensão do trabalho das prostitutas na contemporaneidade brasileira e aprimorando os debates sobre o reconhecimento legal sobre a profissão no Brasil, esperando ainda, cooperar para a construção de mecanismos de proteção social para estas trabalhadoras.

O TRABALHO FEMININO

O ato de trabalhar adquiriu diferentes significados ao longo do tempo, sendo considerado desde uma espécie de punição, à qual apenas aqueles que não eram considerados “puros” deveriam se submeter ou, até mesmo, um salvamento, no qual, longe do trabalho os seres humanos não teriam a “salvação divina”, sendo considerados à margem da sociedade. Para as teorias marxistas, o trabalho pode ser compreendido como a transformação da natureza pelo homem (CENCI, 2012). Dessa maneira, o ser humano possui a capacidade de objetivar-se,

extraindo o que se passa dentro de si, para o mundo externo. Ao mesmo tempo em que se apropria deste contexto, transformando a si mesmo (VYGOSTKI *apud* MARTINS, 2008). Com isso, o trabalho passa a ser considerado como atividade vital humana, à medida que, através dele, o ser humano constitui quem ele é, suas identidades e afetos. Além disso, pode-se dizer, que o trabalho criou o próprio homem-mulher, garantindo as características singulares destes e diferenciando-os dos animais, devido a criação e produção de meios para satisfazer as suas próprias necessidades (CENCI, 2012). E, para que estas necessidades básicas sejam atendidas, os seres humanos utilizam mediadores como signos e instrumentos, ampliando os seus próprios corpos através das atividades que realizam.

Já para a Teoria do Curso da Ação, situada nos estudos sobre a Ergonomia da Atividade, o trabalho possui seis características principais. Ele é uma atividade humana cognitiva, dessa maneira, a todo momento em que estamos trabalhando, precisamos utilizar nossas capacidades de pensamento e inteligência, com isso, independentemente do tipo de atividade - até naquelas que podem parecer mais simples - há uma constante demanda de aplicação cognitiva. O trabalho também é uma atividade que parte de um determinado indivíduo, ou seja, é autônomo. Ele também é caracterizado por ser encarnado, vivido no presente do aqui e agora, sendo praticado por um determinado corpo. Com isso, o corpo humano, com todas as suas características e diversidades é considerado fundamental para expressão e realização das atividades, independentemente de quais forem elas. Esta atividade é ainda, situada em um determinado tempo e espaço, de acordo com as características sociais daquele contexto e época. O trabalho é considerado como algo cultivado culturalmente, tendo seus signos e símbolos aprimorados e, por fim, como algo vivido, sendo uma ação consciente, na qual refletimos antes, durante e após agirmos (GEMMA; TRALDI, 2021). Desta forma, é possível perceber que a atividade humana vai muito além de apenas receber um determinado provento, em troca da exploração da sua mão de obra. Ou ainda, possuir uma relação de emprego formal ou informal. A ação de trabalhar é considerada uma atividade constitutiva dos seres humanos, organizando socialmente as comunidades e a cada indivíduo. Sendo também, fonte de prazer e desprazer pois (DEJOURS, 1992), ao alterarmos quem nós somos diariamente, sentimos rupturas significativas que podem originar desamparos e transformações.

O trabalhar na sociedade capitalista neoliberal, foi sendo organizado em legislações, visando garantir os direitos humanitários dos sujeitos e a proteção social dos indivíduos. No Brasil, foi constituída em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que descreve os mecanismos de direitos e deveres de seus cidadãos com relação as relações sociais de trabalho. E, no capítulo três deste documento, são descritos artigos sobre a Proteção do Trabalho da Mulher que visam, em principal medida, proteger as mulheres de situações consideradas discriminatórias ou ainda, de condições inadequadas de atuação. Vale ressaltar, que as leis brasileiras sobre o trabalho são constantemente atualizadas e revalidadas, acumulando informações sobre o trabalhar na contemporaneidade. Entretanto, nem todas as atualizações são reconhecidas como aprimoramentos na proteção social dos sujeitos como, por exemplo, a reforma que ocorreram em 2017, na qual foi estabelecida a possibilidade de terceirização da atividade fim, ou seja, qualquer tipo de atividade pode ser terceirizada em uma determinada organização, sendo esta instituição, isenta das responsabilidades trabalhistas de seus terceiros contratados (BERGSTRÖM; BETTY; GEMMA, 2020). Neste mesmo momento, também foi aprovado o trabalho intermitente, que determina que uma organização pode contratar um ou uma profissional de forma eventual, remunerando-o(a) apenas durante o período da prestação da atividade. Estas novas dinâmicas e reformas legislativas, seguem “inserindo mulheres em atividades segregadas de baixa qualificação, escolaridade e renda, produzindo dinâmicas semelhantes em termos de precarização e intensificação do trabalho que comprometem, sobretudo, a conciliação entre vida familiar e laboral” (LIMA; BERGSTRÖM; GEMMA, 2020). Dessa forma, à primeira vista, as precarizações trabalhistas podem parecer atingir à todas as brasileiras e brasileiros da mesma forma, mas as vulnerabilidades sociais pré-existentes, na verdade, ficam mais acentuadas com estas atualizações, expondo ainda mais estas mulheres à situações exploradoras.

Importante ressaltar também, a quantidade de trabalhos não remunerados que as mulheres desempenham em nossa sociedade, que ajudam, em grande medida, na manutenção das condições de vida das famílias, tendo em vista, que determinadas funções relacionadas a alimentação e limpeza são assumidas por estas profissionais, não onerando custos adicionais à renda familiar. Entretanto, esta ação vem adicionada de um preço, pago por tantas mulheres em nosso território: a dupla ou até tripla jornada, que fazem com que as mulheres trabalhem

aproximadamente duas vezes mais do que os homens (LIMA; BERGSTRÖM; GEMMA, 2020).

Apesar de compreendermos que o trabalho humano varia conforme as características interindividuais (gênero, etnia, experiências, cultura, etc) ou intraindividuais (nossas alterações ao longo do dia, ou ao longo das diversas idades que temos) (ABRAHÃO, 2009), e que, estas diversidades bio-psico-sociais de alguma maneira contribuem para o resultado dos trabalhos, por muito tempo foi compreendido socialmente, que estas características físicas e biológicas que diferenciam homens e mulheres, também deveriam ser replicadas aos espaços laborais, aproximando e afastando determinados perfis de tarefas específicas. Dessa forma, a própria inserção das mulheres no mercado de trabalho formal foi sendo modelada, de acordo com as características atribuídas ao mundo feminino.

No âmbito do trabalho, ainda existem divisões acerca do que se considerada trabalho de mulher e de homem, como eles devem se configurar e como essas forças de trabalho são remuneradas. Nesse sentido, é necessário refletir sobre o conceito de “trabalho de mulher”, levando em consideração o seu vínculo social com o contexto econômico atual, à luz das análises marxistas femininas clássicas. Segundo Silva e Blanchette (2017), trabalho de mulher pode ser caracterizado como “aquelas formas de labuta que, no Ocidente, têm sido historicamente entendidas como o domínio exclusivo (ou quase exclusivo) de mulheres, articulando determinadas tarefas com o gênero feminino”, como, por exemplo, professora (particularmente de crianças pequenas), enfermeira, cozinheira, babá, trabalhos do cuidado (também conhecidos como ofícios do *care*), as atividades sexuais/reprodutivas, e também, o trabalho emocional.

Estes trabalhos, tradicionalmente, são considerados como não trabalho consoante às condições ideológicas que ditam que estes são realizados através do sentimento (amor), advindo da natureza de ser esposa e mãe; o ato de cuidar e de amar, dentro da sociedade patriarcal, sempre foi destinado de maneira natural às mulheres, as quais, sob essa perspectiva, nasceram para reproduzir e se submeter ao trabalho doméstico por uma suposta vocação (READ, 2003).

PROSTITUIÇÃO: AS MUDANÇAS NO TRABALHO SEXUAL

De acordo com Silvia Federici, em sua obra “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, o reconhecimento do trabalho doméstico por meio da imposição de um salário significa lutar pela transformação do poder social das mulheres tendo em vista o papel confinado a elas de cuidado, afeto e prazer masculino contexto neoliberal atual. Nesse sentido, o sexo para as mulheres não deixa de ser um dever no campo das relações sociais, uma vez que é imposto a elas “a ter prazer em dar prazer, em provocar os homens e excitá-los”; o que, por sua vez, subordina a sexualidade feminina as normas vigentes da heterossexualidade, ou seja, tudo o que não é reprodutivo para a moral burguesa é considerado “obsceno, antinatural, pervertido” (FEDERICI, 2019, p. 56-57). À vista disso, a autora italiana (2019, p. 59) afirma que “a dependência econômica é a última forma de controle sobre nossa sexualidade”, pois dentre as funções destinadas a mulher na sociedade, a venda de serviços sexuais existe em função do prazer masculino e pela sua manutenção.

Na mesma lógica da luta salarial para o reconhecimento do trabalho doméstico, a luta pela regulamentação da prostituição se faz necessária para o reconhecimento dessas mulheres como sujeito de direitos, tanto pelo viés do trabalho feminino, quanto pela estima social da mulher prostituta. Sendo assim, a fim de impactar o status quo da violência estrutural contra os corpos femininos, principalmente aqueles que estão sob marginalidade e invisibilidade, discutir a prostituição como um trabalho é de extrema relevância na contemporaneidade.

O trabalho sexual vem sofrendo significativas transformações desde o início do século XIX, principalmente, no que tange o aumento na quantidade de interações, dinheiro, concorrência e clientes, o que, por sua vez, tornou a prostituição ainda mais complexa e heterogênea (COSTA, 2020). Tais transformações possuem relação direta com o desenvolvimento da internet e das redes sociais, que alteraram a postura dos e das clientes que começaram a demandar por novos tipos de serviços, como a performance ligada ao afeto, à emoção e à autenticidade sexual; e também, com o papel assumido pelo Estado brasileiro, que passou a adotar políticas de enfrentamento ora sob o viés abolicionista, ora pelo regulamentarista. Devido a estes fatores, vale reforçar ainda, que o trabalho das prostitutas sofreu inclusive alterações em seus instrumentos, inserindo as tecnologias como mediadoras na relação com seus clientes, proporcionando assim, maior segurança física e contextos ambientais menos violentos e estigmatizados, devido a realização de atividades laborais em espaços virtuais (COSTA, 2020).

Vale mencionar que as transformações da masculinidade na contemporaneidade são consequentes da revolução sexual e da segunda onda feminista da década de 1960, as quais contestaram vários conceitos bases masculinos que estruturavam as relações entre homens e mulheres, como, por exemplo, amor, sexo, casamento, prazer, entre outros (COSTA, 2020). Diante disso, Guiddens (1993) e outros autores como Honeywell (2016) e MacInnes (1998), afirmam que homens e mulheres ainda sustentam valores tradicionais quando se trata de sexualidade, sobretudo os homens, tendo em vista as alterações de paradigmas recentes no contexto social.

Sob a perspectiva da reflexividade de Guiddens, os homens estão atrasados em relação às mulheres quando se trata de relacionamentos e sexualidade, uma vez que o processo de reflexão masculino sobre a sua condição é retardatário diante do que o feminismo vem construindo ao longo do século (COSTA, 2020). Assim, para Guiddens (1993) a prostituição, sob o viés do domínio, representa a expressão de uma masculinidade pré-moderna, a qual não aprendeu a lidar com a emancipação da liberdade sexual feminina, sua contestação ao poder masculino e às vontades do homem.

Allison (1994) e Prasad (1999) buscaram analisar a mudanças nas motivações dos clientes a partir da perspectiva da mudança do ethos sexual masculino. Allison, com base em uma observação do trabalho de hostesses em uma boate em Tóquio, notou que os clientes encaram a prostituição como um entretenimento, o que, por sua vez, denuncia o estágio avançado do capitalismo, uma vez que a moralidade tradicional permite estas relações comerciais (ALLISON, 1994 *apud* BERNSTEIN, 2008, p. 329). Prasad entende que a prostituição atual segue a lógica da moralidade das sociedades de consumo de massa, em que “em resumo, de acordo com esses entrevistados [de sua pesquisa], no capitalismo tardio da América o sexo é intercambiado quase como qualquer outro bem.” (PRASAD, 1999, p. 181 *apud* BERNSTEIN, 2008, p. 329). De modo geral, nota-se que, principalmente a partir do fim do século XX, houve a transição de um modelo sexual-relacional, para um modelo sexual-recreativo (BERNSTEIN, 2008, p. 330).

Segundo Costa (2020, p. 144), é possível agrupar os motivos que levaram os clientes a procurarem mais a prostituição, bem como decorreu sua complexificação, sob os argumentos compensatórios defendidos por Bigot (2009) e Giddens (1993), “onde o cliente procura a prostituição como reafirmação do seu abalado papel de dominação social e sexual”, também afirma Kimmel (2000) e Bernstein (2008), como uma forma de autoafirmação em face da crescente perda de seus privilégios, sobretudo o poder econômico. Outro ponto analisado por Allison (1994) e Prasad (1999) e aprofundada por Bernstein (2008) é como as transformações históricas e sociais refletem na sexualidade masculina em uma sociedade: “Assim, para essa autora, os clientes compram a fantasia de um encontro sexual especial, romântico, desejado mutuamente, mas delimitado no tempo e no espaço, algo até então muito raro em outros contextos de prostituição (COSTA, 2020, p. 161 *apud* BERNSTEIN, 2008, p. 332).

Diante disso, a prostituição de rua sofre grandes impactos negativos, pois as mulheres não conseguem proporcionar aos seus clientes um serviço personalizado e autêntico tendo em vista sua natureza e condições de trabalho (COSTA, 2020). Por outro lado, as chamadas call girls, conseguem proporcionar um programa em lugares mais confortáveis, seguros e privativos, caracterizados pela conversa, carinho, tempo, satisfação sexual, e assim conseguem cobrar valores bem mais altos do que as prostitutas de rua (LEVER; DOLNICK, 2010, p. 188-199).

Outro aspecto importante para salientar é o advento da internet e das redes sociais, uma vez que a expansão do espaço virtual provocou transformações no trabalho sexual, sobretudo nas negociações entre prostitutas e clientes, na forma como o trabalho tornou-se algo mais respeitável e, o engajamento de mulheres de outras classes sociais, como a classe média e alta (COSTA, 2020, p. 161 *apud* BERNSTEIN, 2008). Por outro lado, aprofundou desigualdades sociais pré-existentes, isto é, as prostitutas que estão em situação de rua não possuem acesso aos meios digitais como as prostitutas de classes médias. O acesso aos meios digitais facilita a circulação de informações e propagandas do trabalho com os clientes, além de servir como via de colaboração entre as próprias prostitutas (COSTA, 2020, p. 161 *apud* Bernstein, 2008).

Nesse sentido, a cafetinagem, que sempre foi presente nessas relações, começou a perder espaço diante da possibilidade das prostitutas trabalharem por conta própria, sem o intermédio das boates e bordéis, o que, por sua vez, possibilitou uma maior arrecadação de dinheiro por essas mulheres, além de reduzir o estigma que a prostituição carrega, pois começaram a sair das ruas e dos estabelecimentos destinados à prostituição, para frequentarem suas próprias casas, hotéis e motéis (COSTA, 2020).

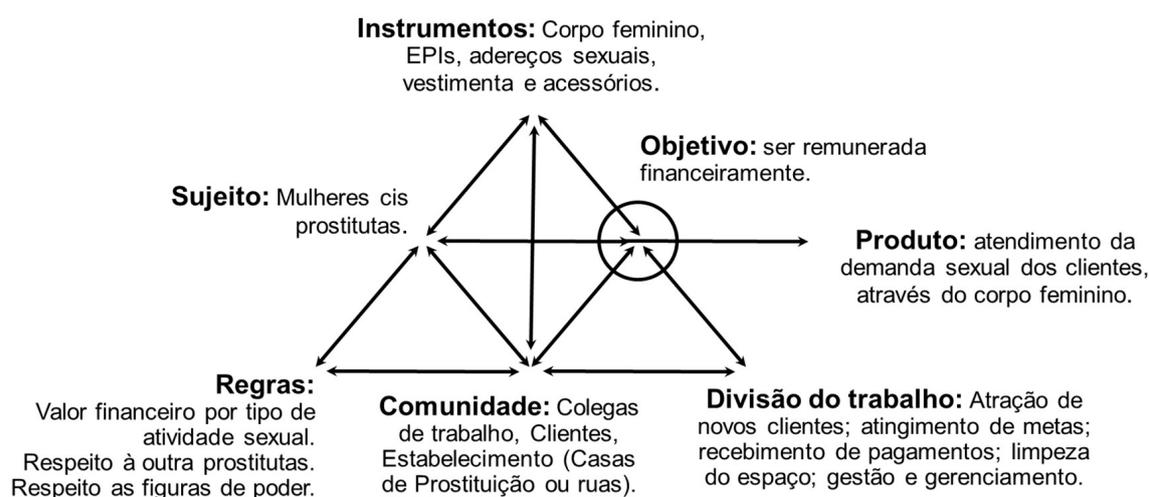
Amara Moira e Monique Prada são exemplos de prostitutas que ganharam visibilidade por meio das redes sociais, inclusive no fortalecimento do movimento social para o reconhecimento da prostituição como um trabalho. Por fim, a postura do Estado diante da prostituição é ambígua, uma vez que adota uma postura repressiva em determinados aspectos, mas normaliza em outros: há pautas legislativas que buscam regulamentar como criminalizar, a atuação policial também, em certos espaços, como nas ruas, adota uma postura de repressão e violência, mas em determinados locais, como nas boates e bordeis, permitem o funcionamento do trabalho sexual.

PROSTITUIÇÃO É TRABALHO?

Seguindo a literatura da Teoria da Atividade (VIRKKUNEN; NEWNHAM, 2015) conseguimos compreender a prestação de serviços sexuais e afetivos, como um labor, com suas regras, instrumentos, objetivo, produto, comunidade e divisão de trabalho. Sendo este inclusive, reconhecido como uma atividade profissional na categoria de “prestador de serviço” pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº 5198-05), regulamentada pelo Ministério do Trabalho (MT)¹. Mesmo que, por outro lado, esta profissão não seja ainda regulamentada como um trabalho regido pela Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT).

Segundo os estudos de Engeström, um pesquisador finlandês que prosseguiu com os pensamentos de Vygostki e Leontiev sobre a atividade humana, é possível organizar os mediadores culturais de uma relação através de uma representação gráfica denominada Sistema da Atividade (ENGESTRÖM, 2016). Baseada nesta literatura, é possível perceber que a atividade da prostituição engendra-se como uma atividade profissional, conforme esquema abaixo:

Figura 1 – Sistema de Atividade: Prostitutas.



Fonte: Autoria própria das autoras, baseada em Engeström (2016).

Antes de detalhar a figura acima, vale reforçar que o ambiente de trabalho da prostituição vem sendo alterado, abrangendo uma heterogeneidade de contextos, desde os mais periféricos, até espaços de luxo. Dessa maneira, este Triângulo da Atividade tenta compreender o cenário sujeito as mulheres cis prostitutas, por se tratarem de uma grande parcela do público deste serviço.

O principal instrumento nesta atividade é o corpo humano feminino, seja através de afeto, companhia ou pela prestação de serviços sexuais. Dessa forma, o corpo encarnado é levado em destaque para a realização da atividade. E, este mesmo corpo que é instrumento, também é produto, sacando uma necessidade sexual humana básica. Além disso, há outros instrumentos que podem ser considerados, como o uso de vestimentas, acessórios, maquiagens e adereços sexuais. Existem ainda, instrumentos de proteção e segurança destas profissionais como, as câmeras. Em um relato uma prostituta chamada Camila, comenta: “Igual aqui tem

⁴ CBO Nº 5198-05 - Profissional do sexo, Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo. Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.

câmera, mas dentro do quarto não tem. Se quiser matar a gente, mata” (SILVA; CAPELLE, 2015).

As regras da atividade de prostituição são constituídas socialmente por meio das relações de poder que hierarquizam as pessoas no território: as prostitutas recém-chegadas devem respeitar as que possuem mais “tempo de batalha”, devendo comportar-se honestamente tanto em relação aos clientes, seguranças, proprietários quanto as colegas de trabalho. Além disso, as regras podem variar conforme o contexto e ambiente. Por exemplo, existem diferenças de espaços abertos nos quais podem ocorrer intervenções policiais e privados, nos quais os acordos serão estabelecidos conforme o desejo dos proprietários do local.

De acordo com as regras da localidade é que a divisão do trabalho se estabelece: nas ruas, a busca e manutenção pelo território acaba sendo uma estratégia de sobrevivência e defesa. Melhor dizendo, uma prostituta não deve invadir ou “roubar” o cliente da outra para que não haja brigas ou agressões pelo descumprimento da regra. Nas casas noturnas, a ideia de hierarquia acaba variando pelo fato do proprietário do local estabelecer as regras gerais, como, por exemplo, um número mínimos de programa por noite ou consumo de um valor mínimo dentro do estabelecimento, ficando a cargo da prostituta atingir tais metas para continuar trabalhando na casa. Verifica-se que as prostitutas com mais tempo de serviço acabam sendo promovidas aos cargos de gerência ou cafetinagem.

(DES)REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

Ampliando a análise desta atividade para o contexto brasileiro é possível perceber que a pauta legislativa é ambígua: o projeto de lei nº 4.211 de 2012, o qual previa a regulamentação da prostituição como profissão, foi primeiramente apresentado em 2003, pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) como uma primeira tentativa de fazer o projeto tramitar pela Câmara dos Deputados. Entretanto, como não houve uma segunda candidatura do deputado, o PL foi arquivado. Em 2012, o deputado federal Jean Wyllys protocolou um projeto de lei com, o qual, também, foi arquivado em 31 de janeiro de 2019. O projeto de lei tinha como objetivo retirar as profissionais do sexo da ilegalidade e garantir uma aposentadoria especial, já que a proibição legal ou moral não se mostrou eficiente, nos últimos séculos, para evitar a prática. Por outro lado, o projeto de lei nº 377 de 2011, apresentado pelo Deputado Federal João Campos, dispõe sobre o crime de contratação de serviços sexuais. No mesmo sentido, há dois projetos de lei apensados a este – 7001/13 e 6127/16 – que dispõem, respectivamente, sobre a majoração das penas para o crime de favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual e a tipificação como crime a contratação de pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo.

Já no contexto das políticas públicas sobre a prostituição no Brasil, em 2013, ocorreu uma parceria com a Rede Brasileira de Prostitutas com o Ministério da Saúde (órgão do Governo Federal), que tratou de implementar políticas de prevenção e controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, principalmente do HIV/AIDS (SERRANO, 2013). No entanto, por mais que tenha sido um avanço importante, o direcionamento das políticas ainda se baseiam apenas em questões de saúde, isto é, buscam apenas tratar de um dos efeitos colaterais do problema; sequer buscam compreender e afrontar suas raízes. Além do mal direcionamento das políticas, outro grave equívoco cometido na sua pré elaboração consiste na falta de participação dos profissionais do sexo, ou seja, dos reais interessados e impactos pela política.

A ausência de regulamentação da prostituição ao longo da história do Brasil pode ser resultante de uma cultura patriarcal e religiosa que sempre buscou restringir o exercício da mulher como um todo, tanto na esfera pública como privada. Realizando uma análise histórica temos, no final de 1980, um cenário de debates sistemáticos durante o 1º Encontro Nacional de Prostitutas, que gerou a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (1987) e a difusão dos grupos organizados de prostitutas pelo Brasil em busca da defesa do exercício da prostituição em “condições dignas, livres da criminalização e da violência (CAMINHAS, 2020).

No entanto, a partir dos anos 90, houve a ascensão da corrente abolicionista que refutava de maneira parcial ou total a regulamentação da prostituição, pois entendia-se que se tratava de uma violência contra a mulher. No geral, haviam outras correntes que não possuíam o mesmo posicionamento, porém os argumentos abolicionistas tinham destaque na esfera pública, expondo os principais fatores que levavam as mulheres a se prostituírem, como a pobreza, a carência material, os traumas que causavam o sofrimento psicológico (CAMINHAS, 2020).

Diante disso, vale mencionar que a pauta legislativa sobre a prostituição no país e no mundo é caracterizada por estas posições antagônicas: os argumentos centrais a favor buscam a regulamentação como meio de

inclusão social, com o objetivo de diminuir a marginalização do grupo, o reconhecimento social da prostituta, a vulnerabilidade às violações de direitos a dignidade humana, como a integridade física e a saúde, por meio da implementação da fiscalização e; por outro lado, há uma corrente que entende que a regulamentação irá reforçar a indústria da prostituição, fazendo com que as prostitutas se tornem vítimas de cafetões/empresários, pois levam em consideração que a grande maioria das pessoas que buscam a prostituição possuem a intenção de sobreviver à pobreza e sustentar a sua família; como também consideram que a prostituição só existe, porque vivemos dentro de um sistema que perpetua o machismo estrutural.

Com isso, nota-se que o reconhecimento da prostituição como um trabalho é de extrema importância para o reconhecimento social dessas pessoas, mas não é única e isolada estratégia para a obtenção de justiça tendo em vista que há a necessidade da promoção de representatividade política desses grupos bem como a promoção ao direito de cidadania, a implementação de políticas públicas que visem a diminuir a violência e a desigualdade social e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da metodologia utilizada que propôs a revisão bibliográfica do livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, de Silvia Federici (2019) e, a realização de debates e reflexões interdisciplinares, durante o transcurso da disciplina Vulnerabilidade e Proteção Social, ministrada na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/UNICAMP), foi possível perceber o quanto o trabalho feminino, em especial, das mulheres cis prostitutas, ainda é precarizado e marginalizado no Brasil contemporâneo. Além disso, fica claro que, formalmente, esta atividade de troca de serviço por um determinado capital, ainda não é considerada um labor em nossa sociedade, gerando ainda mais vulnerabilidades a estas profissionais, devido à não garantia de direitos trabalhistas básicos.

Compreendendo ainda, que em nosso país o público feminino ainda enfrenta diversas disparidades de gênero, e que o Brasil é reconhecido internacionalmente pelas lacunas ainda existentes seu contexto, **é possível considerar** que, em muitos casos, o labor da prostituição está conectado diretamente à um modo de sobrevivência social, não sendo uma escolha voluntária de muitas trabalhadoras. Dessa forma, é possível perceber que existe uma diferença entre a “prostituição voluntária” e a “prostituição forçada”, estando a primeira ligada à liberdade e a segunda à exploração sexual e à violência. Por isso, a regularização da prostituição enquanto profissão demonstra ser uma alternativa razoável para que as prostitutas sejam consideradas de fato pessoas, sujeitos com direitos e deveres, sejam eles econômicos, tributários, trabalhistas e até mesmo humanos.

REFERÊNCIAS

ALLISON, A. **Nightwork**: Sexuality, pleasure and corporate masculinity in a Tokyo hostess club. Chicago, University of Chicago Press, 1994.

BIGOT, S. La Prostitution sur Internet: Entre la marchandisation de la sexualité et la contractualisation de relations affectives. **Genre, Sexualité et Societé**, n. 2, 2009.

BERGSTRÖM, G. T.; BETTY, I. B.; GEMMA, S. F. B. Postos invisíveis de trabalho: vivências dos terceirizados durante a pandemia do covid-19. *In: Anais... 9º Coninter. Anais. Campos dos Goytacazes(RJ) UENF, 2020.* Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/coninter2020/298555-POSTOS-INVISIVEIS-DE-TRABA-LHO--VIVENCIAS-DOS-TERCEIRIZADOS-DURANTE-A-PANDEMIA-DO-COVID-19>. Acesso em: 16 dez.. 2020.

BERNSTEIN, E. O Significado da Compra: Desejo, demanda e o comércio do sexo. **Revista Cadernos PAGU**, nº 31, julho/dezembro de 2008, pp: 315-362, Campinas, 2008.

BRASIL. Ministério da economia - Secretaria especial de previdência e trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJUNIORIjoiMmQ2ZWVhZjUtNGQyOS00YzVILWE5YmMtMDC3MmM3NjIyMzdhdHlwIDCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS>

05MmMLTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOJUNIOR9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 17 dez. 2020.

CAMINHAS, L. A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO É UMA DEMANDA POR JUSTIÇA? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.I.], v. 35, n. 103, p. 327-345, maio 2020.

COSTA, V. **As Mudanças no Trabalho Sexual**. 2020.

CENCI, A. O conceito de trabalho em Vygotski: apropriação e Desenvolvimento das proposições de Marx/Engels. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 10, n° 15, 2012.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

ENGESTRÖM, Y. **Aprendizagem Expansiva**. Campinas: Pontes Editores. 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista/ Silvia Federeci; tradução de Coletivo Sycorax – São Paulo. Elefante, 2019.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2020**. Genebra, 2020. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf?_ga=2.248336903.1636901091.1587064995-1004197514.1587064995. Acesso em: 17 jul. 2021.

GEMMA, S.; TRALDI, F. A sobrecarga do trabalho das mulheres na pandemia. *In*: **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nQZmCBsL7ro>. Acesso em: 17 jul. 2021.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HONEYWELL, R. **The Man Problem: Destructive Masculinity in Western Culture**. Londres, Palgrave MacMillan, 2016.

LEVER, J; DOLNICK, D. Clients and Call Girls: Seeking sex and intimacy. IN: WEITZER, R.: **Sex for Sale: Prostitution pornography and the sex industry**. Nova Iorque, Routledge, 2010.

LIMA, F.; BERGSTRÖM, G.; GEMMA, S. Reforma trabalhista: contrato intermitente e trabalho feminino. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-19, 2020.

MACINNES, J. **The Endo f Masculinity**. Buckingham, Open University Press, 1998.

PAIVA, K. *et al.* Mulheres de vida fácil? Tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. **Revista de Administração de Empresas** [online]. 2020, v. 60, n. 3 pp. 208-221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200304>. Acesso em: 26 jan. 2021.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVA, A.P.; BLANCHETTE, T.G. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. **Cadernos Pagu**, [S.L.], v. 0, n. 50, 21 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500019>.

SILVA, K.; CAPPELLE, M. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de

mulheres prostitutas. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, 16(6), Edição Especial, pág. 19-47. São Paulo, 2015.

VIRKKUNEN, J.; NEWNHAM, D.S. **O laboratório de mudança**: uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e a educação. Tradução de Pedro Vianna Cava – Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

VULNERABILIDADE MULTIDIMENSIONAL: DO DIREITO À CIDADE ÀS RELAÇÕES VIRTUAIS

Rodrigo Alberto Toledo¹; Antonio Bernardes²; Oswaldo Gonçalves Junior³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.16221>

Palavras-chave

Bem-estar social
Proteção social
Planejamento urbano
Políticas públicas
Internet

Keywords

Welfare state
Social protection
Urban planning
Public policy
Internet

Palabras clave

Estado de bienestar
Protección social
Planificación urbana
Política pública
Internet

RESUMO

Este manuscrito aborda a temática da vulnerabilidade e da proteção social em três eixos. No primeiro, abordaremos a trajetória do Estado de bem-estar social (*Welfare state*), o conceito de pobreza e sua evolução histórica. O conceito de território e planejamento, temas do segundo eixo, é o fio condutor para compreendermos a estrutura organizativa e funcional do Estado voltada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Dinâmicas centrais para a difusão de políticas públicas conectadas à dimensão do direito à cidade, pedra angular para a compreensão da vulnerabilidade e proteção social. Por fim, propõe-se analisar a vulnerabilidade a partir de estudos contemporâneos, em especial, as questões das relações virtuais. Busca-se confirmar que a temática vulnerabilidade perpassa enfoques teóricos, em percursos analíticos interligados, que possui como busílis o conceito de pobreza, planejamento territorial e situação político-social dos sujeitos em face a direitos, em uma complexa teia de relações sociais, que hoje também são virtuais.

ABSTRACT

MULTIDIMENSIONAL VULNERABILITY: FROM THE RIGHT TO THE CITY TO VIRTUAL RELATIONS

This manuscript approach the problems of vulnerability and social protection in three ways. In the first way, we will approach the question of the welfare state, the concept of poverty and its historical development. The concept of territory and planning, themes of the second way, is the common reference to understand an organizational and functional structure of the State implemented at economic, social and environmental development. The main dynamics for the propagation of public policies connected to the right to the city, are a cornerstone for understanding vulnerability and social protection. Finally, we propose to analyze a vulnerability based on contemporary studies, in particular, the virtual relationships. Ours objective is to confirm that thematic vulnerability make theoretical approaches, in connected analytical paths, which has as its core the concept of poverty, territorial planning and the political-social situation of subjects in relation to rights, in a complex web OF SOCIAL RELATIONS, WHICH TODAY THEY ARE ALSO VIRTUAL.

RESUMEN

VULNERABILIDAD MULTIDIMENSIONAL: DEL DERECHO A LA CIUDAD A LAS RELACIONES VIRTUALES

Este artículo aborda los problemas de vulnerabilidad y protección social de tres maneras. En la primer, abordaremos la cuestión del estado de bienestar, el concepto de pobreza y su desarrollo histórico. El concepto de territorio y planificación, temas de la segunda manera, es una referencia común para entender las estructuras organizativas y funcionales del Estado implementada en el desarrollo económico, social y ambiental. Las principales dinámicas para la propagación de políticas públicas vinculadas al derecho a la ciudad, son un de los pilares fundamentales para comprender la vulnerabilidad y la protección social. Finalmente, proponemos analizar la vulnerabilidad a partir de estudios contemporáneos, en particular, las relaciones virtuales. Nuestro objetivo es constatar que la vulnerabilidad temática hace formas teóricas, en trayectorias analíticas conectadas, que tienen como núcleo el concepto de pobreza, la planificación territorial y la situación político-social de los sujetos en relación a los derechos, en una compleja trama de relaciones sociales, que hoy también son virtuales.

¹ Professor visitante na Unicamp-FCA. Pós-doutorado em Ciências Sociais, pela UNESP-PPGCS. Desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado na Unicamp-FCA no ICHSA. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>. E-mail: ralberto@unicamp.br

² Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unicamp; Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSCar; Docente do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4996-7031>. E-mail: tonyb@unicamp.br

³ Professor Doutor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-UNICAMP), no curso Bacharelado em Administração Pública. Professor Pleno no Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3033-3741>. E-mail: ogjunior@unicamp.br

INTRODUÇÃO

Este manuscrito está alicerçado em três eixos temáticos complementares. A trajetória do Estado de bem-estar social, o conceito de pobreza e sua evolução histórica; o conceito de território e planejamento, que é basilar para entendermos a estrutura organizativa e funcional do Estado voltada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental; e maneiras de mitigar a vulnerabilidade por meio de maior participação social para o desenvolvimento políticas públicas, baseado nas redes virtuais.

O fenômeno Estado de Bem-Estar social (*Welfare state*) é complexo e dinâmico. No Brasil, ganha ainda contornos específicos de ambiguidade, sob as tensões enraizadas entre patrimonialismo e republicanismo, traços que ainda hoje perpassam uma sociedade contraditória, atrasada e moderna, que inclui e exclui, segmentada entre direitos formalmente conquistados e uma realidade que vincula a efetividade desses direitos de acordo com a cor da pele, o gênero e a classe social de indivíduos e grupos. Trata-se, portanto, de uma cidadania incompleta, cuja contemporaneidade acrescenta ainda mais camadas na multidimensionalidade da pobreza, introduzindo elementos como a internet, o que traz novas dinâmicas ao fenômeno.

O conceito de Estado de Bem-Estar social se cristaliza no espaço urbano. As propostas urbanísticas produziram intervenções no tecido urbano que hierarquizaram os lugares da cidade. As forças do capital excedente ao migrarem para a produção do espaço urbano, não foram convertidas em potência transformadora da condição de vida dos cidadãos. Abordaremos o desenho da malha urbana, traçado pelas canetas da elite endinheirada, em sua complexa e tensionada relação entre cidadãos e direitos. As assimetrias sociais urbanas, como poderemos notar, escancaram vulnerabilidades e mecanismos simbólicos históricos que, culturalmente, submetem milhares a uma sobrevivência à margem de direitos e proteção social. Contudo, há uma agenda de mudanças que permite visualizarmos possibilidades transformadoras. A reconfiguração de espaços decisórios, a geração de mecanismos de planejamento urbano alternativo, são perspectivas abordadas no presente manuscrito.

Uma das maneiras de mitigar a vulnerabilidade e o desenvolvimento de políticas públicas, é a utilização das relações mediadas pela Internet, sobretudo com o uso das redes virtuais. Em verdade, elas podem ser um instrumento para que haja maior participação dos cidadãos em petições e atividades sociais, as potencializando. Este fenômeno incidiria diretamente no direito à cidade e na justiça socioespacial. Mas, nem tudo é tão simples assim, pois um bom engajamento nas redes virtuais não depende somente do conteúdo de uma petição, por exemplo. Há as especificidades de postagem e de sociabilidade de cada uma das redes virtuais e um conjunto de relações de poder que hoje podem ser traduzidas pelas relações entre os *influencers* e os *followers*.

Todavia, as potencialidades das redes virtuais para o desenvolvimento de políticas públicas e de justiça social, também expõe os seus pontos fracos, a legitimidade das postagens e interações. Por que em medida ela retrata uma demanda social efetiva ou retrata como se utilizou os mecanismos para o engajamento das redes virtuais?

A presença-ausência (BERNARDES, 2021) é o cerne desta questão acerca da legitimidade porque ela é o modo como estabelecemos as relações quando mediadas pela Internet. Então, pouco adianta lançar críticas as petições virtuais, porque o problema é de outra ordem, é estrutural. Mas, isto não anula a sua potencialidade.

Desse modo, buscamos confirmar que a temática vulnerabilidade perpassa enfoques teóricos, em percursos analíticos interligados, que possui como busílis o conceito de pobreza, planejamento territorial e situação político-social dos sujeitos em face a direitos, em uma complexa teia de relações sociais, que hoje também são virtuais.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E VULNERABILIDADE

como surge e se desenvolve o Estado de Bem-Estar social ou *Welfare State*? Essa pergunta é crucial, pois envolve o entendimento que se faz sobre as dinâmicas sociais no capitalismo. O enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade se intensifica com os processos de construção do sistema de proteção social nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, e leva a uma crescente função interventiva e regulatória do Estado no campo do Bem-estar Social (NOGUEIRA, 2001), culminando com “a forma moderna mais avançada de exercício público da proteção social” (FIORI, 1997, p. 131).

A análise desses processos orienta em boa parte as reflexões de Arretche (1995), que se dedica a sistematizar a visão de um rol de autores em seu artigo “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”.

expondo as diferentes linhas interpretativas sobre o fenômeno. Passam por essas reflexões questões cruciais que circunscrevem o pensar sobre o encadeamento lógico que marca as lutas entre classes, entre capital e trabalho, de disputa pelo Estado: o *Welfare State* seria resultado vitorioso das lutas sociais ou uma estratégia de perpetuação do capitalismo?

Ainda que essa não seja a única questão, ela exemplifica a envergadura dos desafios em se pensar no significado desse fenômeno crucial para a história contemporânea, edificado no desdobramento do Pós Segunda Guerra Mundial e que se estende nos tempos atuais em suas múltiplas conformações, moldadas pelas ambições do neoliberalismo, e pelas narrativas de crise ou mesmo de extinção do *Welfare State*.

As reflexões suscitadas pela variedade de experiências de *Welfare State* também se constituem como um campo fértil presente nos estudos sobre o tema. Ao passo que se procura circunscrever o fenômeno, a amplitude de experiências envolvendo países de diferentes continentes e com perfis diversos leva ao questionamento se seria possível estender o conceito para casos como o Brasil, marcado por forte estratificação social e dificuldades históricas de construção de um estado republicano.

Exemplo disso, que traz implicações diretas na gestão da política social, será a tentativa de superar as disfunções do modelo burocrático, processualmente instalado a partir da década de 1930, pelo Decreto Lei n.200/67, que multiplicará diferentes formas de organismos públicos objetivando contornar o “engessamento estatal”. Nas palavras de Draibe e Aureliano (1989, p. 147), tal processo resulta em “uma formidável fragmentação institucional”, gerando, entre seus vários efeitos perversos, ainda mais burocratização.

Em seu sentido mais “puro”, e retratado pelos países em que o Estado de Bem-Estar atingiu seu apogeu (caso dos países do Norte europeu), não parece haver como aplicar tal conceito a países como o Brasil. Mas, se considerada uma maior elasticidade do conceito, a ponto de permitir enxergar de forma dinâmica uma variação no que tange às formas de financiamento, critérios de inserção de beneficiários, estabilidade temporal, amplitude de direitos efetivamente garantidos, entre outros, isso seria aceitável.

Caso essa aceitação permitisse, em tese, colocar tanto o contexto brasileiro como o de outros países latino-americanos num panorama de comparação com outras experiências mundo afora, não obstante, metodologicamente isso seria desafiador em face da “enorme variedade de trajetórias e formas no seu processo de construção e expansão, nos seus graus de profundidade e universalidade e na sua maneira de enfrentar a crise dos anos 80/90” (FIORI, 1997, p. 131), o que na prática dificulta a tarefa quando se pretende utilizar as experiências mais robustas de *Welfare State* como baliza para comparações.

Como lembra Gomes (2006, p.1), o caso brasileiro mostra que os limites para constituição de um *Welfare State* esbarram em um Estado que “sempre se antecipou aos movimentos sociais que representassem ameaças de rupturas, [dissipando conflitos via repressão] com o objetivo de manter uma certa harmonia em favor do processo de expansão e reprodução capitalista e a integração dos espaços regionais”.

Isto posto, fica evidente que estamos diante de um contexto específico, com características próprias, cujas comparações permitem somente até certo ponto traçar semelhanças e padrões. Nesse sentido, o Brasil teria seu *Welfare State*, caracterizado pelo seu caráter distintivo e classista, atrelando direitos garantidos e benefícios à população inserida no mercado formal de trabalho, sob forte controle social, como o foi na Era Vargas, com seus processos ambíguos de extensão de direitos e controle social, com um Estado que define quem é e quem não é cidadão, via profissão (SANTOS, 1979, p. 77).

Tais características marcam a própria construção da cidadania no país, com os direitos sociais em descompasso com os direitos civis e políticos, numa inversão da pirâmide de Marshall, conforme José Murilo de Carvalho explica em “Cidadania no Brasil: o longo caminho” (2004). Sob esta lógica, antes que serem conquistados por uma sociedade assentada em direitos civis e políticos, os direitos sociais foram sendo delegados por um Estado autoritário. Em decorrência, termos como “Estadania”, em referência a relações clientelistas e patrimonialistas (CARVALHO, 2004), e “Cidadania regulada” (SANTOS, 1979), expondo uma “cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado” (SANTOS, 1979, p. 75), fazem parte das explicações que nos conduzem a uma cidadania frágil e incompleta.

O Brasil enquanto um caso peculiar instiga o aprofundamento no entendimento sobre a ampliação da proteção social sob regimes autoritários capitalistas em que o Estado assume um papel central. O nascimento do “moderno Estado brasileiro”, que se iniciou nos anos de 1930, trouxe consigo a arquitetura inédita sob inspiração do modelo burocrático de administração pública, significando na prática a ampliação das estruturas

que permitem a difusão e acesso a direitos por uma parcela da população. Segmentando a realidade social entre cidadão de primeira e segunda ordem, este movimento ambíguo, ao passo que contribui para incluir, também fomenta as desigualdades, acrescentando novas camadas de classe média e “elites setoriais”.

Essa tônica marcará o processo de desenvolvimento capitalista ao longo do século XX no país e no contexto do “Milagre econômico brasileiro” (Ditadura civil-militar de 1964 - 1985), época de elevado crescimento, não por acaso se utilizou do termo “modernização conservadora”. Por este se procurou explicitar sua incapacidade de aniquilar elementos tradicionais vinculados à antiga sociedade pré-industrial, ao passo que moderniza certas estruturas de produção e incrementou a economia, sem modificar estruturalmente a sociedade e mantendo a desigualdade em alta, não enfrentando heranças como a fundiária e a da escravidão.

A peculiaridade do caso brasileiro se revelou também pela excentricidade ideológica e pelo anacronismo temporal comparado com o que ocorre lá fora. No que tange ao primeiro aspecto, enquanto a Ditadura se promoveu como guardião dos valores conservadores e liberais, na prática exercitou um autoritarismo de Estado com forte teor intervencionista, numa inspiração planificadora da vida econômica e social que carregou um traço do bloco comunista que tanto afirma combater. No segundo aspecto, já ligado ao período da redemocratização, o Brasil experimentou um avanço democrático inédito com a Constituição de 1988, num momento em que boa parte do mundo já sentia os efeitos do neoliberalismo. Isto é, o Brasil ousou delinear sua versão mais vigorosa de Estado de Bem-Estar justamente num momento da história em que a maioria dos países enfrentavam fortes pressões pela regressão do neoliberalismo.

Na década de 1990 foi crítica no Brasil e houve um choque de visões entre o que preconiza a Constituição de 1988 e tentativas de sua revisão. No que tange aos direitos sociais, os embates para se efetivar os direitos preconizados pela Lei Maior se transformaram em campo de batalha. Para tomar dois exemplos, a Educação será chacoalhada pelas polêmicas em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef - Lei 9.424/96). No primeiro caso, as disputas entre setores público e privado e as indigestas conciliações tornarão a LDB um documento genérico que pouco avança para além daquilo que a própria Constituição já aponta em seu corpo. No caso do Fundef, o sub financiamento documentado em inúmeras pesquisas e as denúncias de indução à municipalização formaram o bordão do coro de opositores. No campo da Saúde, o sub financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS - Art. 196 da CF e regulado pela Lei nº. 8.080/1990), que se arrasta desde sua criação, que hoje recebe a luz dos holofotes com a sua importância mais que ressaltada no contexto da Pandemia do Covid-19, expôs a natureza perversa do tratamento dispensado a algo tão crucial para a dignidade humana.

Convivendo entre disputas e impasses que marcaram a política social, proteção e promoção social obtiveram o reconhecimento internacional nos anos 2000 com o maior programa de transferência condicionada de renda, o Programa Bolsa Família, que passou a inspirar diversas iniciativas em diferentes países. O efeito combinado entre setores e políticas sociais expressou o entendimento da pobreza como fenômeno multidimensional. Ao passo que ganhou corpo uma visão complexa sobre o fenômeno da pobreza (CODES, 2008), a própria perspectiva de desenvolvimento foi oxigenada, ganhando peso nos debates que esta não se restringe apenas ao “campo econômico, incluindo também elementos da política, do social e ambiental” (CASTRO, 2012, p. 1).

Enquanto a proteção social se circunscreve na seguridade social, tendo como ideia força a solidariedade, e voltando-se para situações de dependência ou vulnerabilidade, entre as quais: “(a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual; (b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano - crianças e idosos, por exemplo; (c) situações de risco, como em caso de acidentes - invalidez por acidente etc.” (CASTRO, 2012, p. 1014-5), a promoção social está ligada à “geração de igualdades, oportunidades e resultados [...] [via] expansão da oferta de bens e serviços sociais, [...] bens equalizadores providos pelo poder público, principalmente a escolarização e o acesso à saúde [para] geração de habilidades e capacidades em indivíduos e/ou grupo social” (CASTRO, 2012, p. 1015). E, como reforça Castro ainda, apenas isso não seria “suficiente para garantir a geração de igualdade, sendo necessário também garantir por meio das políticas públicas, o exercício de tais capacidades, mediante as políticas de inclusão produtiva de diversos tipos e padrões, seja no meio rural ou nas cidades” (CASTRO, 2012, p. 1015).

Nesse campo de disputas, e nos contornos trágicos que ele se apresenta no Brasil de hoje, a perspectiva histórica nos ajuda a compreender essa trajetória tortuosa e o Estado de Bem-Estar social como um fenômeno

dinâmico e complexo. Apesar de todos os entraves e desafios, iniciativas exemplares nos três níveis da federação no campo social e os avanços teóricos trazidos pelos estudos sobre o tema, reposicionando-o numa perspectiva mais virtuosa de desenvolvimento, servem de alento quando se considera vislumbrar no futuro um sistema melhor estruturado de bem-estar social para o país, sob uma perspectiva emancipadora que aprofunde o processo incompleto de construção da cidadania.

DO DIREITO À CIDADE AO PLANEJAMENTO URBANO ALTERNATIVO: CLIVAGENS E CONSENSOS

Poderíamos utilizar inúmeras portas de entrada para abordarmos os temas centrais da seção anterior e, posteriormente, analisarmos as implicações do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e as vulnerabilidades sociais na concepção do direito à cidade. O conceito de pobreza, do ponto de vista histórico, a configuração do próprio Estado de Bem-Estar Social, em suas interpretações e perspectivas históricas, a política social e desenvolvimento no Brasil, são variáveis interpretativas cruciais. Destarte, abordaremos de maneira efetiva o substrato filosófico-conceitual que diz respeito as várias perspectivas da vulnerabilidade social. O que, sem dúvida, será fundamental para avançarmos e pensarmos em outras dimensões das desigualdades, como o direito à cidade. A ausência desse direito é um tipo de vulnerabilidade, das mais complexas a serem compreendidas e sistematizadas.

O Bem-Estar se cristaliza em um espaço urbano em que o desenho da cidade e a sua morfologia o influencia efetivamente. O desenho da cidade está relacionado com propostas urbanísticas, pertencentes às correntes urbanísticas mundiais-ocidentais, que geraram uma ciência da cidade e soluções para as questões urbanas. A morfologia urbana está conectada ao estudo das estruturas, das formas e transformações pelos quais as cidades passaram ao longo de suas histórias. A cidade possui uma morfologia, pois se transforma a cada segundo e configura funções variadas, criadas pelos cidadãos que usam o espaço e de, sobremaneira, pelas forças do capital excedente convertido em produtos imobiliários para um seletivo grupo de sujeitos. A partir das reflexões expostas inicialmente, podemos afirmar que o desenho da cidade poderá colocar em evidência vulnerabilidades e uma necessidade de aumentar a musculatura dos sistemas de proteção social. A morfologia urbana, por sua vez, potencializa relações sociais de poder. Territórios em disputa que tensionam a morfologia e produzem efeitos deletérios. A hierarquia social e dos territórios em uma cidade compromete o Estado de Bem-Estar social e aumenta as vulnerabilidades sociais.

Portanto, ao tratarmos sobre cidades e direitos, compreenderemos como o desenho da cidade e a sua morfologia urbana tensionam as perspectivas relacionadas à leitura das vulnerabilidades, das segregações e das espoliações urbanas. Passará, dessarte, pela compreensão e identificação das forças políticas, sociais, econômicas e culturais que agem sobre o objeto de análise privilegiado: a cidade. É fundamental, todavia, que se articule conceitos, imagens e questionamentos que possuem poder de formatação da agenda de pesquisa na atualidade. O direito à cidade é dinâmico e é um campo de força que dialoga com direitos da primeira à quinta geração e, com a condição humana que emerge de um processo de urbanização avassalador, fonte de impactos significativos na ampliação do horizonte da justiça socioespacial. A urbanização brasileira está eivada de lutas mais profundas que estão acopladas à própria estrutura do capitalismo mundial.

A literatura que trata do tema direito e cidade está cotejada, no caso brasileiro, por um conjunto de lutas sociais – desde meados da década dos 1970, que contribuíram não somente para a agonia do regime civil-militar, mas para cristalizar movimentos reivindicatórios urbanos atrelados a bases geográficas locais e comunitárias. Contudo, essa perspectiva histórica peculiar contribuiu para a despolitização dos movimentos por conta de sua forte vinculação às demandas por um bem público prestador de serviços urbanos. Todavia, a questão de fundo se desdobrou em debates sobre a forma com que os equipamentos comunitários urbanos se distribuíam na cidade, se descolando das agendas contestatórias que grassavam pelo Brasil. O debate sobre o desenho da cidade, em outros termos, se tecnificou em detrimento da politização.

A partilha do processo decisório, fundamental no combate às assimetrias sociais, não era pautada o que, via de regra, resultou em um cenário favorável às administrações – principalmente dos entre subnacionais –, permeadas por governos demagógicos, em um claro comprometimento do avanço de arranjos democráticos que preconizavam a cidadania e a autonomia de movimentos sociais de contestação. O desenho e a morfologia urbana, fraturadas por interesses de grupos econômicos e políticos, são dimensões desconexas de uma realidade urbana que clama pela manutenção da diversidade de direitos sociais capilarizados no tecido da cidade. Por

consequente, é inegável reconhecer que o limo da desinformação que recobre setores populares, presta serviço fulcral à hegemonia de atores sociais que estabelecem uma relação – histórica e intemporal – de dominação do mundo da vida dos grupos sociais de mais baixa renda. Face ao projeto de despolitização, temos como resultado a desmobilização de movimentos sociais e a sua captura por interesses clientelísticos, no intuito de capitalizar o potencial político de aglutinação das lideranças.

A cidade é um território em disputa que pouco torna explícito os meandros das relações de dominação em vigor. O palco, por conseguinte, da luta capital x trabalho, é a cidade em sua forma de reprodução do espaço atrelada aos empresários da construção civil, financistas e capital imobiliário especulativo. Forças que ditam os cânones que controlam o orçamento municipal, localização dos investimentos municipais, localização dos investimentos urbanos e, sobretudo, todo o arcabouço jurídico que orienta o uso e a ocupação do solo, bem como a política habitacional, de transportes, saneamento, energia, dentre outras. Todo movimento da cidade descrito conta com a coadjuvância e, por vezes, protagonismo de robustas empresas internacionais produtoras de equipamentos e plataformas digitais que ofertam serviços, denominados como produtos que promovem “soluções urbanas”.

Considerando o quadro analítico exposto, a concepção de direito à cidade emerge como importante chave explicativa. Vale destacar, inicialmente, que a concepção de cidadania preconiza o direito não apenas à terra, mas à cidade e a sua multiplicidade de usos que comportam a sua morfologia, com possibilidade de consolidação de trajetórias de vidas economicamente sustentáveis para os cidadãos. O direito à cidade serve como pano de fundo às lutas urbanas, no sentido de se constituir enquanto uma bandeira ampliada que clama por uma reforma urbana.

Contudo, por outro lado, desenha o relevo de uma cidadania clivada por políticas públicas que promovem o próprio capital financeiro imobiliário. Um tipo de cidadania, que tem como origem os excedentes de capitais gerados em profusão pelo sistema capitalista e que passam a ser os promotores imobiliários, ligados umbilicalmente aos proprietários de terras, quando não são eles próprios, que conduzem os debates para solucionar o problema habitacional. O objetivo primeiro desses agentes é produzir habitações com uma arquitetura de luxo, para um mercado com superlativo poder aquisitivo, o que exclui a grande parcela da população brasileira.

Como se fosse um perverso consenso, originado nas elites brasileiras, resta à maior parte da população brasileira às periferias desurbanizadas em favelas ou cortiços que eclodem nas cercaduras ou nos interstícios do tecido urbano não desejados pelo capital financeiro imobiliário. Morar na periferia representa sacrifícios de toda ordem. (MARICATO, 1985). Trabalhadores não vivem o espaço em toda a sua potencialidade transformadora ou apaziguadora. Faltam-lhes espaços de cultura, de lazer, de equipamentos comunitários públicos – de saúde, de educação e de assistência social. Contudo, a ausência mais deletéria é a da conexão com a cidade. O tecido urbano de nossas cidades é fragmentado, repleto de vazios urbanos ociosos que fazem com que os trabalhadores sejam alocados fora da cidade, nas suas cercaduras.

Esses são os termos amplos apresentados por Henri Lefebvre, em seu livro “O direito à cidade”, que desnudam as fraturas espaciais representadas pelos conceitos de segregação, fragmentação e espoliação urbana. Quem reside na periferia paga mais pelo transporte, pelo alimento e vivem um tipo de ostracismo político em virtude da precariedade de comunicação, desinformação, cooptação, repressão e criminalização. Há um conjunto de necessidades antropológicas que remetem diretamente à dimensão social, que podem ser opostas e complementares. Os sujeitos em sociedade prescindem de segurança e abertura, de certezas e de aventuras, de previsibilidade e do imprevisto, da unidade e da diferença, de isolamento e do encontro. São necessidades elaboradas que demandam apetites por informação, por simbolismo, por imaginários, por atividades lúdicas. (LEFEBVRE, 2001).

A ciência da cidade necessária para dimensionar tais necessidades está em construção. É consenso que as práticas urbanísticas que interveem no espaço urbano não possuem ferramental suficiente para abrir um horizonte interpretativo que pudesse gerar energia suficiente para abarcar as dimensões da cidade, nas necessidades contrapostas e complementares aqui elencadas. A cidade possui um texto social que precisa ser a referência primeira em recompô-la a partir das fraturas expostas pela força do capital.

Portanto, o direito à cidade passa pela absorção da cidade historicamente formada pelos cidadãos. Não se trata de um tipo de direito atrelado aos equipamentos urbanos comunitários públicos, mas a uma historicidade

cindida pelo capital e que precisa ser recomposta. Um tipo de (re)apropriação histórico-cultural do texto das *démarches* e dos instrumentos intelectuais que fazem do cidadão um indivíduo conectado ao espaço urbano, material e subjetivamente.

O CONSENSO PARA O DIREITO À CIDADE: A TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO ALTERNATIVO

A Carta de Atenas é um marco na constituição de propostas voltadas para a cidade, para o planejamento urbano e referência para as alternativas arquitetônicas. O debate das primeiras décadas do século XX estava afeto às transformações das estruturas sociais e econômicas e seus reflexos em um novo pensar arquitetônico. O urbanismo, apontavam os teóricos que elaboraram a Carta de Atenas, não poderia se submeter às regras de um esteticismo gratuito e esterilizante, mas é por sua própria essência de ordem funcional. Segundo as concepções originadas à época, as funções fundamentais do urbanismo eram o habitar, o trabalhar, o recrear e a circulação.

O objetivo mais relevante da Carta de Atenas era criar, pela organização racional do espaço e pela implantação de equipamentos apropriados, condições ótimas de valorização da terra e quadras adequadas ao desenvolvimento humano dos habitantes. As ações para serem implantadas, deveriam partir de um diagnóstico dividido em quatro eixos, como se segue:

1. Identificar as vocações econômicas dos territórios e promover a utilização otimizada de seus recursos;
2. Identificar um ritmo ótimo de crescimento das populações e das distribuições espaciais destas para elevação do nível humano;
3. Instalar equipamentos necessários ao desenvolvimento das diversas zonas, considerando sua utilidade ulterior e o respectivo efeito multiplicador ou catalizador;
4. Determinar as unidades progressivas de ordenação e uma pesquisa minuciosa para a eliminação de todas as causas possíveis de desequilíbrio ulterior.

A tipologia de planejamento originária das perspectivas apresentadas, produziu como efeito a despolitização do processo criativo dos planos. Houve a tecnificação da elaboração de estudos, com a constituição de normas para uma cidade ideal que estava *lejos* da cidade concreta, repleta de lutas sociais. Assim:

1. Representou avanços ao produzir diagnósticos mais amplos, mas era desastrosa, pois propôs intervenções funcionais e aplicação de normas para a configuração do espaço urbano que eram segregacionistas;
2. Os cidadãos de mais baixa renda não dispunham de capacidade financeira e acesso ao conhecimento normativo e técnico para se conectar aos fluxos comunicativos determinados pelos princípios do novo urbanismo;
3. As normas puniam, segregavam e criminalizavam populações que não dispunham de condições financeiras suficientes para cumpri-las;
4. Os planos eram elaborados por técnicos, por órgãos de planejamento que estabeleciam normas e orientações gerais para todas as classes sociais da urbe;
5. Os planos eram encaminhados para aprovação do poder Legislativo;
6. Após concluídas as etapas, os instrumentos de política urbana eram remetidos aos órgãos de planejamento, ou de planificação, para que programas específicos e intervenções pudessem ser implantados pelo executivo;
7. Obras que grassavam pelas cidades, transformando-as em canteiros a céu aberto.

As etapas da planificação estavam assim dispostas na metodologia para desenvolvimento dos planos:

1. Identificação do problema;
2. Pesquisa, análise, diagnóstico e determinação dos objetivos;
3. Formulação de soluções, alternativas;
4. Adoção do plano;
5. Programação;

6. Aferição, revisão e atualização.

A constatação, delimitação e hierarquização dos fenômenos urbanos a serem revertidos seriam objeto da planificação, deveria, portanto, levar em conta, segundo Mello (1960):

1. Experiência direta e objetiva do problema;
2. Consultas informais com especialistas;
3. Disponibilidade financeira para sua execução;
4. Prioridade ou urgência de execução.

A pesquisa diagnóstica tinha por objetivo determinar os temas que serviriam de base para as intervenções, como se segue:

1. Adquirir conhecimentos detalhados e verdadeiros sobre os problemas incluídos na etapa de constatação e delimitação e hierarquização;
2. Verificar ou comprovar hipóteses relacionadas com o problema escolhido, formuladas antes de começar a coleta de dados.

As técnicas disponíveis e elencadas eram entrevistas, amostragem, o censo, a observação sistemática e a (re)compilação de informações existentes. A etapa de formulação de soluções e as alternativas são o passo posterior às fases aqui apresentadas. Observamos os técnicos que pelo fato de os fatores que concorrem à determinação da problemática serem múltiplos e variáveis, o planejador se encontrava ante a possibilidade de apresentar diferentes soluções para o mesmo tema.

A adoção do plano seria a etapa em que as soluções alternativas eram apresentadas à aprovação e à adoção. Como é possível identificar, temos um cenário que se desdobra em, basicamente, duas análises. Por um lado, o avanço metodológico rompeu com o *modus operandi* das intervenções voltadas para o melhoramento, embelezamento e expansão das cidades e como profilaxia às epidemias de febre amarela e varíola do início do século XX. Por outro, a diversidade de mundos da vida e as trajetórias dos grupos sociais de mais baixa renda permaneciam desconectadas dos planos diretores. Podiam aparecer nas etapas diagnósticas, e fatalmente apareciam, mas eram identificadas como os males produzidos pela cidade que não planejava o seu desenvolvimento. As vozes dos grupos sociais mais vulneráveis não ditavam os rumos do plano. Permaneciam mudas aos ouvidos moucos da elite, que criminalizava a pobreza e blindava seus territórios com um cinturão de intervenções no formato de equipamentos urbanos e obras de infraestrutura impenetráveis aos pobres.

Todavia, como pudemos notar, os estudos técnicos e especializados, denominados planos diretores, trazem à tona questões de fundo, ou seja, eles propõem intervenções que impactam a morfologia urbana, mas foram efetivamente implementados em sua completude? A tecnificação metodológica de elaboração dos planos permitiu com que as insurgências, e por detrás delas, as demandas que as pautavam, fossem incorporadas no instrumento plano diretor? Em outros termos, será que o plano diretor não foi mais um instrumento que auxiliou na sedimentação da dominação social?

Os questionamentos servem como substrato teórico do planejamento urbano alternativo que, por sua vez, abarca o ideário da Reforma Urbana Brasileira que forjou instrumentos de ordenação do uso e ocupação do solo específicos. Há uma congruência de perspectivas de planejamento, que aglutina à tradição de planejamento urbano à perspectiva do ideário da reforma e a necessidade de cristalização de métodos e agenda dos grupos sociais invisibilizados pelas contingências históricas brasileiras. Em síntese, a massa crítica gerada por décadas de compressão das demandas dos grupos sociais de mais baixa renda poderá romper com o viés tecnocrático do discurso típico do planejamento urbano alternativo.

A Reforma Urbana deveria ser pensada para além dos planos diretores, pois do contrário as possibilidades reais de transformação democrática radical, que apresentam cada localidade, serão solapadas pela homogeneização promovida pelo pensamento técnico. São cidades planejadas, mas de pensamento único (ARANTES, VAINES; MARICATO, 2000). Os processos tecnocráticos são resilientes e mesmo em administrações públicas de esquerda, os arranjos que produziram planos diretores pós-Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de

2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, eram classificados como processos participativos e democráticos. Entendemos que seja um contrassenso, mas faz parte de dois processos que caminham paralelamente, o da agenda política dos espaços subnacionais e os objetivos prementes do mercado, sendo que o segundo intensifica esforços para dominar o primeiro.

Contudo, o espectro tecnocrático se sobrepõe ao cenário, pois é a arquitetura dos planos diretores que ofusca uma proposta que é essencialmente política. Por conseguinte, se a política deverá ser desenvolvida em arenas participativas em que os conflitos, antagonismos e lutas sociais – no espaço urbano construído e no controle subjetivo do deslocamento físico pela malha da cidade – possa ser explicitada e, sobretudo, não ser a filigrana do próprio plano diretor. O instrumento maior da política urbana de um município não deverá ser a ferramenta detentora dos poderes redentores de uma cidade. Como se a letra de um plano impressa no papel, *per se*, bastasse para a reconfiguração da cidade em bases mais justas, social e economicamente.

Um plano deverá ser a expressão de uma projeção econômica de desenvolvimento. Portanto, muitos atores sociais manifestam interesse no seu desenvolvimento, ou seja, no processo de construção metodológica e execução da proposta em uma comunidade. Será o interesse que transformará o processo de elaboração de um plano em uma arena de disputa em que os estabelecidos lançarão mão de todos os artifícios para se sobreporem aos demais grupos sociais. É um processo de geração de fluxos comunicativos em que os portadores dos saberes técnicos-legais irão se sobrepôr aos demais atores sociais, o que gera assimetria de poder político. (HABERMAS, 2015).

Porém, o processo participativo, que poderá contar com capilaridade de demandas sociais “esquecidas” terá que contar com metodologia que amplie o espectro de cidadãos na elaboração do instrumento de política urbana. Entretanto, após esse processo o plano fica sob tutela do Executivo e Legislativo locais. Há um sistemático desmantelamento da arena democrática participativa, no formato de conselhos municipais deliberativos, que serviu de fundamento para construção coletiva do plano diretor. A mutilação contínua do plano por meio de Projetos de Leis e Decretos objetiva atender demandas particularistas, um tipo de patrimonialismo-legal que subsiste anacronicamente em pleno século XXI. Os legislativos atuam sistematicamente na mudança do plano e quando for chegado o momento de sua atualização – geralmente em arcos temporais de uma década após a sua promulgação –, guardará mudanças que refletem as dinâmicas de grupos econômicos específicos. Esse é o quadro analítico amplo que encetou o estímulo para um novo paradigma de planejamento urbano, o planejamento urbano alternativo, que ganhou corpo e maturidade sob o ângulo técnico até assumir um perfil mais definitivo. A tecnificação do processo de planejamento urbano gerou forças suficientes para a sua contestação em bases definidas em três perspectivas.

Inicialmente, o planejamento urbano alternativo representa a ultrapassagem dos estigmas contra o planejamento, visto até então pela esquerda marxista como um planejamento tutelado pelo Estado ou pelas forças das empresas, concatenadas com os interesses da acumulação capitalista. Em segundo, tem a potência de romper com o espírito modernista corbusiano, o principal veio alimentador do planejamento urbano convencional. Entendido como uma busca da racionalidade e da ordem adequada às necessidades do capital. Dessarte, o espírito do planejamento urbano alternativo deixa-se traduzir por uma busca da justiça social como prioridade, invertendo a lógica da produção e uso do solo urbano, que terá como princípio norteador a promoção da justiça socioespacial. Por fim, ao propor uma maneira diversa do urbanismo corbusiano, que destinava a tarefa de planejar exclusivamente ao corpo técnico mistificado e revestido da autoridade do saber técnico – mistificando-a e despolitizando-a –, poderá somar ao consenso sobre cidade, planejamento e legalidade as vozes dissonantes e invisíveis dos cidadãos de mais baixa renda. Contestar a propriedade privada, com amparo nos institutos jurídicos do Estado de Direito brasileiro, ao exigir que se cumpra a função social da cidade e da propriedade, é a base fundadora de uma nova relação do cidadão com a cidade.

JUSTIÇA SOCIAL E AS RELAÇÕES VIRTUAIS

Um dos desdobramentos para o desenvolvimento de planejamento urbano alternativo, que incide diretamente no direito à cidade, é como possibilitar maior participação dos sujeitos nesse processo em que a justiça socioespacial é a prioridade e não a lógica mercadológica de produção e uso do solo urbano.

Um dos gargalos para o desenvolvimento do planejamento urbano alternativo é a baixa participação dos sujeitos. Mas, se ao invés do planejamento ser numa sala em que todos se reúnem presencialmente para

discussões, houvesse a possibilidade de petições e reuniões virtuais? Sem dúvida que isto possibilitaria maior participação dos sujeitos devido a facilidade de uso das ferramentas mediadas pela Internet. Qualquer sujeito com acesso à Internet poderia participar, assinar, compartilhar e até mesmo criar petições públicas. Isto facilitaria todo o processo de luta ao direito à cidade tendo em vista que pode atrair e engajar um grande número de sujeitos que não teriam tempo ou condições de uma participação presencial. E, isto já existe!

O maior *site* de petições públicas do mundo, Change.org (2021), em 2019 possuía mais de 329 milhões de sujeitos cadastrados no mundo e obteve mais de 670 milhões de assinaturas em suas petições públicas para o ano de 2019. O Brasil é o segundo país do mundo com maior número de cadastros no *site*, mais de 26 milhões (CHANGE.ORG, 2021).

Desses números, o que melhor nos indica o engajamento nessas petições são as quantidades de assinaturas. Porque como o número de assinaturas em petições em um só ano é o dobro do número de inscritos no *site* há anos, isso significa que houve o engajamento nestas petições que em muito extrapolam aqueles que são inscritos. Isto ocorre porque boa parte destas petições são compartilhadas em redes virtuais, tais como: Facebook, WhatsApp e Twitter.

AS REDES VIRTUAIS E AS PETIÇÕES VIRTUAIS

Pelas redes virtuais as petições possuem a possibilidade de um crescimento exponencial porque pode alcançar um grande número de sujeitos, tanto do local em que a ação é proposta, como de outras tantas regiões onde hajam sujeitos engajados no fenômeno de contestação.

De toda maneira, quando compartilhamos ou vemos uma petição nas redes virtuais, de pronto podemos ler o seu resumo e tomar conhecimento daquilo que se discute. Mas, quase sempre deixamos subjacente o “onde”, ou seja, em qual rede virtual ela foi compartilhada. Isso é comum, pois diariamente navegamos por tantas redes virtuais que mal nos damos conta em qual está aquela postagem que gostamos ou aquela petição que deixamos para assinar depois porque não possuía *login* automático no *site* de petição.

Eis o primeiro indício que as redes virtuais não são iguais, pois o Facebook é uma das poucas redes virtuais que possibilitam que se faça *login* automático em *sites* sem a necessidade de cadastro. Então, a princípio esta já é uma diferença do Facebook para as demais redes virtuais, mas há outras.

Estas especificidades das redes virtuais impactam diretamente no engajamento que se pode ter em uma petição, pois se torna pouco efetivo, por exemplo, postar uma petição contra o desmatamento numa rede virtual em que boa parte dos internautas a acessam para o lazer, como o Instagram.

Quadro 1- Características das redes virtuais mais populares no mundo.

	 POLÍTICA	 COMÉRCIO E CONSUMO	 LAZER	 REDE DE CONTATOS PRÓXIMOS	 EDUCAÇÃO	 TIPOS DE POSTAGENS
		✓		✓	✓	Textos e vídeos de diferentes tamanhos, fotos e links.
	✓					Textos curtos, fotos e links.
	✓	✓	✓	✓	✓	Vídeos de diferentes tamanhos.
			✓	✓		Fotos, textos e vídeos curtos.
	✓	✓		✓	✓	Textos, vídeos e áudios de diferentes tamanhos, fotos e links.
			✓			Vídeos curtos.
			✓			Vídeos curtos.

Fonte: os autores.

Como podemos notar na *Figura 1*, a especialização das redes virtuais nos indica perfis interativos e características sociológicas específicas, havendo aquelas mais propícias ao engajamento em petições do que outras. Dentre as redes virtuais mais populares do mundo, aquelas mais favoráveis para que haja o engajamento em petições públicas são: Facebook, Whatsapp e Twitter.

O Facebook é a maior rede virtual do mundo, com quase 3 bilhões de internautas. No Brasil ela possui 130 milhões, aproximadamente. Há a predominância de interações e postagens de nossos contatos próximos, assim

como de grupos com interesses em comum, sejam eles fechados ou abertos. Só por estas qualidades o Facebook se mostra como uma interessante rede virtual para compartilhamento de petições.

Já o Whatsapp é o principal mensageiro instantâneo utilizado no mundo, com mais de 2 bilhões de internautas. No Brasil há, aproximadamente, 110 milhões e um internauta médio gasta em torno de 40 minutos por dia no aplicativo (DATAREPORTAL, 2021).

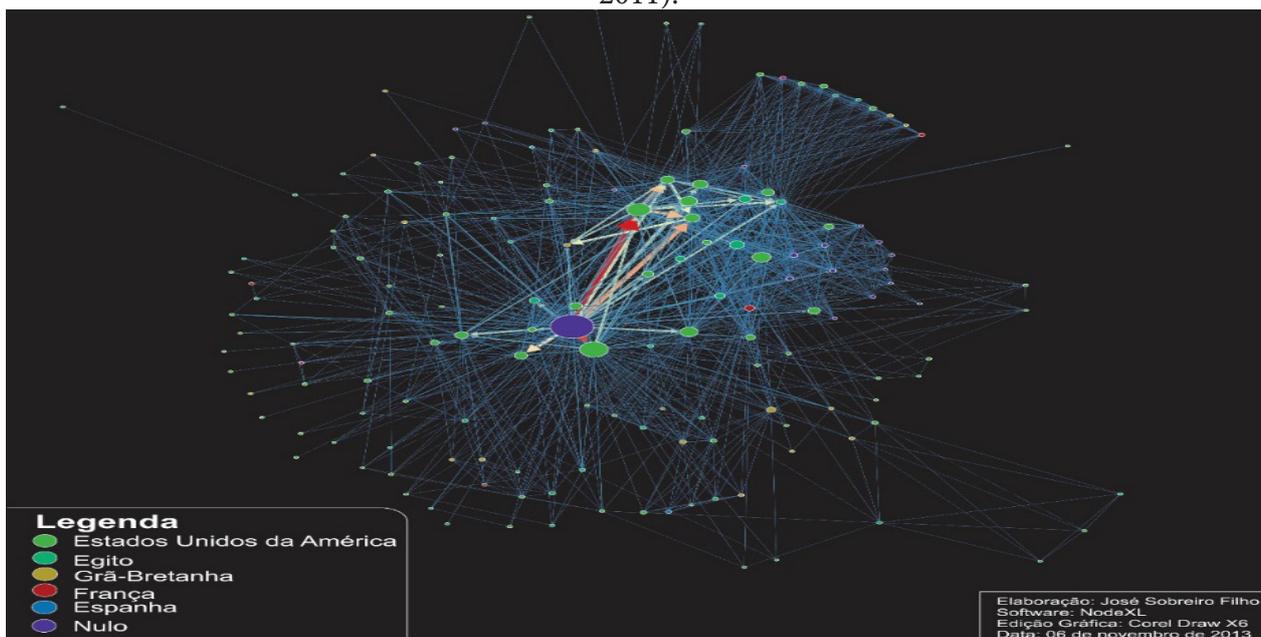
Tanto o Facebook como o Whatsapp diferem das demais redes virtuais porque eles estão centrados no compartilhamento de informações entre contatos próximos, se estruturando em grupos. Já que o Youtube, Instagram, Tik Tok e Kwai, possuem como característica predominante o compartilhamento público de vídeos, fotos e mensagens curtas.

O Twitter possui aproximadamente 440 milhões de internautas ativos no mundo. No Brasil há quase 20 milhões. Por mais que ele não seja uma das redes virtuais mais populares, o impacto das postagens feitas por meio dele é relevante porque são compartilhadas em outras mídias, como em: *sites*, televisão, rádio e outras redes virtuais. Porque? Por que há muitos perfis de jornais, emissoras de TV e rádio, políticos, artistas e formadores de opinião, os chamados *influencers*.

Os *influencers* – em português, influenciadores digitais – são aqueles internautas que possuem centralidade na rede virtual devido ao grande número de *followers* – em português, seguidores. O impacto das publicações e postagens dos *influencers* é grande e tende a atingir um grande número de internautas. Não é à toa que muitos políticos utilizam esta estratégia para se comunicarem com seus eleitores. Um dos casos mais notórios é o ex-presidente estadunidense Donald Trump e o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. Eles utilizam o Twitter como ferramenta política, tanto para a comunicação como para influenciar e engajar seus seguidores como para pressionar intuições públicas e privadas segundo os seus interesses.

Considerando a teoria das redes desenvolvida por Granovetter (1973; 1983) os *influencers* seriam como os laços fortes das redes virtuais e os *followers* seriam os laços fracos. Pelo proposto nesta teoria, as redes sociais são compostas por sujeitos que formam *clusters* – uma espécie de grupo – com laços mais fortes entre si, ou seja, há maior coesão entre os sujeitos e isso implica numa maior relação entre eles. Todavia, há aqueles sujeitos que, embora apresentem laços mais fracos, atuam como pontes entre grupos, disseminando novas informações e constituindo a própria essência das redes sociais, ou seja, conectando grupos e evitando o isolamento social (KAUFMAN, 2012).

Figura 1 - Rede virtual do movimento Kefaya (Egito) - Facebook (01 de junho de 2011 a 01 de setembro de 2011).



Fonte: José Sobreiro Filho, 2013.

Tratando a *Figura 1* meramente como exemplo, podemos notar que os influencers são os nós maiores,

representados pelos círculos. Quanto maior o nó, maior a influência do internauta na rede. Por outro lado, quanto menor o nó, menor a sua influência na rede, são os *followers*. Eles estão em maioria na rede e são considerados como laços fracos, por não possuírem a mesma centralidade na rede virtual como os *influencers*. Mas, não podem ser tratados como meros compartilhadores de conteúdo, pois a sua força está na capilaridade, interconexão entre redes e na potencialidade de espalhar uma informação. Vejamos que o *follower* destacado, no grafo por um círculo vermelho pontilhado, ao menos tempo em que ele possui contato com alguns *influencers*, ele é a principal “ponte” de difusão da informação com outros grupos.

A força dos *followers* está na influência que eles possuem na rede virtual como um todo, porque boa parte dos internautas são *followers*. Eles interagem, compartilham postagens e criam conteúdo. Eles são a base das redes virtuais e por possuírem, de maneira geral, uma rede de contato próxima, as suas publicações possuem um apelo emocional maior do que aquelas de internautas distantes. **É daí que que brotam as fake news** e a pós verdade. Mas, também é daí que os movimentos sociais são articulados, como foi o *Black lives matter* e como as petições ganham corpo.

É interessante notar que as informações do grupo de família alimentam as fanpages e inversamente. Com isso, os casos pessoais vão ganhando notoriedade nas redes sociais virtuais e quanto menos esta estória pessoal possui lastro material e objetivo, mais contornos emotivos ela pode suscitar. Quando estas são replicadas com o intuito de induzir uma comoção sem a menor responsabilidade e proximidade com os Outros que irão lê-la, eis as fake news! (BERNARDES, 2021, p. 213)

São os *followers* que fazem a informação girar das redes virtuais privadas, como é o caso do Whatsapp, para as redes virtuais públicas, como aquelas do Facebook. São nestas redes de contatos mais próximos e privados que adentram certas informações que ganham contornos emotivos ao serem relacionadas a experiências pessoais. Assim, como é muito mais fácil sermos simpáticos as causas daqueles que nos são próximos.

O cerne da questão está nas relações de proximidade e de responsabilidade com o Outro. A experiência de ver padecer seu filho ou parente próximo comovem a todos e esta experiência quando compartilhada pode possuir um fundamento mais objetivo e material do que os preceitos científicos que amparam a vacinação. Afinal de contas, as Ciências que amparam o desenvolvimento de vacinas e o *modus operandi* delas não estão no campo sensível dos sujeitos e não foram por eles experienciados. Se posso dizer que eles experienciaram as Ciências, neste caso, foi pela dor. A dor do padecimento de um ente querido pelo pressuposto científico de evitar doenças pelas vacinas. (BERNARDES, 2021, p. 213)

Citando como exemplo os grupos em redes virtuais que são contra e a favor da vacinação. De um lado, o entendimento dos internautas se alicerça na “realidade concreta, mais local e momentânea”. De outro lado, há o “real, abstrato e universal, resgatado pelo método científico” (DARDEL, 2011, p. 96-97). O primeiro contempla os questionamentos daqueles que são contra as vacinações e levam em conta, principalmente, suas experiências imediatas. O segundo, privilegia o entendimento científico e, por mais abstrato que ele seja, se pautam na objetividade científica e na amostragem para buscar traçar liames que o relaciona a vida cotidiana.

A LEGITIMIDADE DAS PETIÇÕES VIRTUAIS

É comum encontrarmos as petições circulando em grupos de Whatsapp e, a partir deles, elas ganham corpo em outras redes virtuais. Algo muito parecido que aconteceu e acontece em relação as vacinas, sejam para aqueles que são contra ou a favor. Desse modo, a aderência e o engajamento de uma petição, em parte, está relacionada a quem, onde e como a postou e/ou compartilhou e não somente a causa que ela propõe discutir.

Quando nos referimos a “quem”, se trata do internauta que a postou. É um *influencer* ou um *follower*? Caso seja um *influencer*, sabemos que ela ganhará visibilidade nos principais perfis e mídias, o que pode levar a engajar *followers* na causa. Caso seja um *follower*, a sua divulgação será pelos meandros capilares da rede virtual. Como se fosse um “boca-a-boca”, só que virtual.

Na Figura 1 podemos ver esse desenho da centralidade dos *influencers* e a capilaridade da rede dos *followers*. Os *influencers*, representados por círculos maiores, possuem uma relação mais intensa com alguns *followers*, as quais são representadas por setas de diferentes espessuras. Já para os *followers*, percebemos como alguns deles

estão próximos aos *influencers* e ao mesmo tempo irradiam suas relações para as partes mais distantes da rede.

A diferença está em que as postagens e compartilhamentos dos *influencers* são mais verticalizadas e atingem os principais nós da rede, já as dos *followers* são capilares e mais horizontalizadas.

O “onde” está relacionado em que rede virtual se postou ou compartilhou a petição. Tal como já havíamos comentado, as redes virtuais possuem características, perfis e sociabilidades específicas. Uma petição postada e compartilhada no Facebook e Whasapp, por exemplo, tem muito mais chances de melhor engajamento do que uma postada no Instagram.

O “como” se postou também tem impacto direto no engajamento da petição, pois se tratou simplesmente de uma postagem da petição ou ela está associada a outras mídias e *links* que podem amparar a discussão? Quanto mais elaborada a postagem, maior a possibilidade de interação dos internautas, ou seja, vídeos e fotos marcantes acerca da causa é uma maneira de impulsionar uma postagem de petição. Isto ocorre porque elas são de simples visualização e de rápida compreensão.

Como podemos notar, apresentar uma petição nas redes virtuais é simples, mas para que ela tenha engajamento é necessário lançar mão de uma série de procedimentos e possuir o conhecimento acerca das dinâmicas das redes virtuais. Contudo, há um paradoxo. Ao mesmo tempo que as redes virtuais possibilitam maior acessibilidade das petições aos sujeitos, ela pode desenvolver um falso engajamento, pois ele pode estar mais alicerçado nas dinâmicas inerentes a rede, na relação dos *influencers* com seus seguidores do que no conhecimento e luta por uma causa.

Este é um dos principais pontos de debate e contestação acerca das petições virtuais: a sua legitimidade. Por que em medida ela retrata uma demanda social efetiva ou retrata como se utilizou os mecanismos para o engajamento das redes virtuais? Outro problema é a falta de legitimidade de parte das assinaturas, já que alguns assinantes podem não usar seus nomes verdadeiros, pois não se trata de um documento legalmente reconhecido. Um outro ponto é a facilidade de se criar as petições virtuais, pois há a criação de petições com temas sem sentido ou criadas para divertimento, o que impacta negativamente na sua credibilidade.

Em verdade, todos esses pontos de contestação das petições virtuais não são inerentes a elas e sim é uma das características das relações mediadas pela Internet, ou seja, somos uma espécie de presença-ausência e não é um erro tentarmos transpor as características das relações presencias para as virtuais.

As relações presenciais se tratam daquelas entre Eu e Outro em situação, ou seja, estamos e somos em carne e osso com o Outro em certo local. Estar em situação é aparecermos no mundo para que este possa nos aparecer (HEIDEGGER, 2011; SARTRE, 1997). Com isso, a Minha corporeidade pode ser questionada e meu corpo não se esconde pelas linguagens que posso utilizar pelas relações virtuais. Já pelas relações virtuais, somos uma espécie de presença-ausência um para o outro.

Ausente, porque a situação de cada um de nós é conjectural. O Outro para Mim é conjectural, assim como Eu para o Outro. A facticidade de ambos é esvanecida em benefício da linguagem. Presente, porque há o primado do ser-aí de cada um de nós e por meio dele podemos entrever a situação do Outro pela linguagem e conjecturar que se está em frente a um computador, tablet ou telefone celular que possibilite as relações sociais virtuais. (BERNARDES, 2021, p. 208)

A presença-ausência é a forma que estabelecemos as relações quando mediadas pela Internet e é irremediável esta característica. Então, pouco adianta lançar críticas as petições virtuais que se apare neste argumento, porque o problema é de outra ordem, é estrutural.

Antes de tudo temos que lembrar que as redes virtuais, as quais impulsionaram as relações virtuais, é um fenômeno relativamente novo, possui pouco menos de 20 anos. Com isso, ainda é pouco regulamentada e muitas soluções ainda estão para serem desenvolvidas. Dentre elas, ferramentas que possibilitem atribuir maior legitimidade, não só as petições virtuais, mas para todas as informações que circulam pelas redes.

Com a pandemia da COVID-19 estas discussões ganharam notoriedade em diversos parlamentos de países espalhados pelo mundo, indo desde de a busca de maior legitimidade de documentos que circulam pelas redes virtuais até o desenvolvimento de mecanismos de controle de postagens e de como as informações nos são apresentadas. É um debate ainda incipiente e se apropriar e participar desse debate é uma maneira de construirmos diretrizes para haja maior participação social em petições públicas.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Abordamos no presente artigo a temática da vulnerabilidade e proteção social em três eixos que nortearam as nossas análises.

Num primeiro momento, procuramos, ainda que brevemente dada a dimensão do tema, focar o processo histórico de constituição do Estado de Bem-estar no Brasil, apontando algumas problematizações. Este se atrela a própria perspectiva de estruturação de um estado republicano (*state building*), tendo como marco os anos 1930, em que o modelo de administração pública burocrática inspirou a profissionalização da máquina pública e a criação de organismos fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas. Esse importante marco inaugural republicano, com vistas a superar o patrimonialismo, segue seu curso de maneira errática ao longo do século XX, trazendo ambiguidades que se estenderão ao longo do tempo. O mesmo vale para as tentativas de sua superação, com reformas administrativas que produzem efeitos variados, com medidas de sucesso e de fracasso, que produzem novos desafios. A problemática histórica em si desses fenômenos é perpassada pelas dinâmicas trazidas pela contemporaneidade, como a intensificação da vida urbana e a internet, que num mesmo sentido mudam o curso dos problemas, fazem vislumbrar possibilidades de resolução, mas produzem também novos, complexos e distintos desafios.

Em segundo, o fio condutor “território e planejamento” foram as chaves explicativas utilizadas para compreendermos a estrutura organizativa do Estado que, mesmo voltada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, reproduz hierarquização social. Apresentamos que a morfologia urbana – que se transforma a cada segundo –, configura funções variadas modeladas pelo capital financeiro que, por seu turno, capitaliza um tipo de dominação social segregacionista (racista) cultural. No caso brasileiro esta característica está umbilicalmente conectada ao passado escravocrata de mais de 350 anos. As forças econômicas, políticas, sociais e culturais agem sobre a cidade e criam, além da visível segregação e espoliação, um tipo de violência simbólica que impõe ao conceito de direito à cidade limitações efetivas na ampliação do horizonte da justiça socioespacial. O Estado, capturado pelo capital financeiro, pela elite endinheirada, atua a reboque de um conjunto de aparas que, mesmo a garantir direitos, está culturalmente acasalado com o horizonte cultural de uma sociedade manietada ao passado escravocrata, que criminaliza, segrega e espolia, principalmente, pretos pobres. O mundo da vida dos grupos sociais mais pobres torna-se refratário ao direito à cidade, não apenas na dimensão vinculada às supressões físicas de equipamentos urbanos indutores de políticas públicas, mas ao sedimentar um tipo de relação social atávica, ou seja, que teletransporta a sociedade escravocrata para os dias atuais.

O planejamento urbano alternativo, nesses termos, poderá representar uma nova forma de pensar a cidade, ao romper com a tutela do Estado na condução do processo. Identificamos que, efetivamente, há potência de romper com pensamento corbusiano, que adequa a cidade às necessidades do capital financeiro. A busca pela justiça social na produção e uso do solo urbano projeta uma forma diferente de urbanismo, pois agrega as vozes dissonantes de uma cidade, traduzindo-as em contestações da propriedade privada e em um novo fazer urbanístico.

Pensando em uma forma de potencializar o planejamento urbano participativo e as políticas públicas, por meio de maior participação da sociedade, inferimos que as petições virtuais podem ser uma dessas maneiras. De todo modo, por mais que sua utilização pode ser mais ampla para os cidadãos, devido as formas de compartilhamento nas redes virtuais, ainda ela carece de legitimidade devido a própria forma como se estrutura as relações mediadas pela Internet, ou seja, como presença-ausência dos internautas. Vivenciamos este paradoxo e teremos que superá-lo, pois cada vez mais, temos que vislumbrar um horizonte que considere, também, as relações virtuais como uma maneira de se fazer justiça social nas cidades.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARRETCHE, M T.S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB) das Ciências Sociais**, n. 39, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. “A Especificidade do Welfare Brasileiro”. In: **Economia e Desenvolvimento**, # 3, Brasília, Cepal, 198.

- BERNARDES, A. Haters, pós verdade e fake news: se entrelaçando em redes sociais. **Geograficidade**, v. 10, p. 203-215, 2020.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. 236 p.
- CARVALHO, J.M.. Cidadania: tipos e percursos. In: **Revista Brasileira de História**. Vol.9 n. 18, 1996.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- CHANGE.ORG. **Impact Report 2019**. Disponível em: https://static.change.org/brand-pages/impact/reports/2020/2020_Impact+Report_Change_EN_final.pdf Acessado em: 05 de janeiro de 2022.
- CODES, A.L M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008 (Texto para discussão n.1332).
- DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DATAREPORTAL. **Digital 2020: october global statshot**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-october-global-statshot> Acessado em: 05 de janeiro de 2022.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis** [online]. 1997, vol.7, n.2.
- GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública** 40 (2), Abr 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1330-1380, 1973.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, série Jossey-Bass, v. 1, p. 201-233, 1983.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galaxia**, n. 23, p. 207-218, 2012.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. **Direito à terra ou direito à cidade**. Revista de Cultura Vozes. Ano 79, volume LXXIX, 1985.
- NOGUEIRA, V. M. R. Estado de Bem-Estar social: origens e desenvolvimento. **Katálisis**, n.5, jul/dez, 2001.
- SANTOS, W. G.. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SARTRE, J.P. **O ser e o nada**. Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos**. São Paulo: Contexto, 2016.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM COTIDIANO DE VULNERABILIDADES INTENSIFICADO PELA PANDEMIA

Samuel Henrique de Paula¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.15802>

Palavras-chave

Cotidiano
Vulnerabilidade
Violência
Gênero
Pandemia

Keywords

Daily
Vulnerability
Violence
Gender
Pandemic

Palabras clave

Diario
Vulnerabilidad
Violencia
Género
Pandemia

RESUMO

O artigo discute como a pandemia de COVID-19 suscitou uma crescente no número das situações de vulnerabilidades aos sujeitos nas esferas individuais e sociais, com efeitos amplos que atingiram as esferas econômicas, físicas e subjetivas, para além, com um agravamento das situações de violência de gênero. Entretanto, se a pandemia agravou tal panorama, ela não a criou, pois tal relação de dominação já era expressa de forma anterior. Assim, o texto percorre aquilo que nomeamos por cotidiano, suas implicações no campo das representações sociais e de como o confinamento, a situação econômica desfavorável, e outras questões do campo da vulnerabilidade social, surgem como prerrogativas que justificam e/ou legitimam, em certa medida no discurso social, as premissas da masculinidade hegemônica.

ABSTRACT

DOMESTIC VIOLENCE: A DAILY LIFE OF VULNERABILITIES INTENSIFIED BY THE PANDEMIC

The article discusses how the pandemic of COVID-19 has brought about an increase in the number of situations of vulnerability for subjects in the individual and social spheres, with wide-ranging effects that have reached the economic, physical, and subjective spheres, in addition to an aggravation of situations of gender violence. However, if the pandemic aggravated this panorama, it did not create it, because this relation of domination was already expressed in a previous way. Thus, the text goes through what we call quotidian, its implications in the field of social representations and how the confinement, the unfavorable economic situation, and other issues in the field of social vulnerability, emerge as prerogatives that justify and/or legitimize, to some extent in the social discourse, the premises of hegemonic masculinity.

RESUMEN

VIOLENCIA DOMÉSTICA: UNA VIDA COTIDIANA DE VULNERABILIDADES INTENSIFICADAS POR LA PANDEMIA

El artículo aborda cómo la pandemia del COVID-19 planteó un número creciente de situaciones de vulnerabilidad a los sujetos en las esferas individual y social, con amplios efectos que alcanzaron las esferas económica, física y subjetiva, además, con un agravamiento de las situaciones de violencia de género. Sin embargo, si la pandemia agravó este panorama, no lo creó, ya que esta relación de dominación ya se expresaba de forma previa. Así, el texto recorre lo que llamamos vida cotidiana, sus implicaciones en el campo de las representaciones sociales y cómo el encierro, la situación económica desfavorable, y otras cuestiones en el campo de la vulnerabilidad social, emergen como prerrogativas que justifican y/o legitiman, en cierta medida en el discurso social, las premisas de la masculinidad hegemónica.

¹Mestrado em andamento em Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Conceito CAPES 3). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8153-4773>. E-mail: samuelhenrique.psi@gmail.com

INTRODUÇÃO

A crise sanitária e social desencadeada pela COVID-19 afetou tanto ricos como pobres, mas de maneira, sabidamente, desproporcional. Quando nos referimos às desigualdades suscitadas entre homens e mulheres, este abismo se torna ainda mais vertiginoso. São as mulheres quem mais se expuseram aos riscos, não somente da infecção pelo vírus, mas da perda do emprego e renda (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

Não obstante, a coexistência, forçosa, entre os casais no contexto de isolamento social, aliado ao estresse econômico e ao medo do adoecimento, surgiu como um desestabilizador à realidade masculina e mesmo o atual isolamento sendo reconhecido como potencializador dos casos de violação de direitos contra as mulheres, ainda persiste um discurso que desconsidera a amplitude da violência de gênero. É claro que a pandemia acirrou as desigualdades de gênero, mas estas já estavam presentes no cotidiano e se perfaziam anteriormente a todo este contexto (BARBOSA *et al.*, 2020 *apud* CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

[...] as falas do presidente sobre o tema reduzem a questão à necessidade de sair do “confinamento”, situação que “estimula brigas” e “mau comportamento” dos homens nervosos, como se estes fossem os únicos fatores responsáveis pelo aumento de casos de violência (Brandalise, 2020). Expressões públicas como estas contra a quarentena e o isolamento domiciliar desconsideram as raízes estruturais da VCM. O histórico político do presidente Jair Bolsonaro é povoado de atitudes que evidenciam sua posição sexista, contra a igualdade das mulheres e demais concepções da Declaração dos Direitos Humanos. Em 2014, por exemplo, ofendeu a deputada Maria do Rosário e foi condenado à indenização. Os cortes significativos de verba para programas vinculados à Secretaria da Mulher ressaltam uma agenda não-prioritária (LINDNER, 2020 *apud* CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020, p. 6).

A vulnerabilidade indicando a presença de iniquidade e de uma clara desigualdade social, o que oferece um olhar para além da esfera individualizante e probabilística do conceito de risco, de modo que outros pontos surjam:

A vulnerabilidade tem como propósito trazer os elementos abstratos associados e associáveis aos processos de adoecimento para planos de elaboração teórica mais concreta e particularizada, em que os nexos e mediações entre esses processos sejam o objeto de conhecimento. Diferentemente dos estudos de risco, as investigações conduzidas no marco teórico da vulnerabilidade buscam a universalidade e não a reprodutibilidade ampliada de sua fenomenologia e inferência (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014, p. 729).

Assim, destacam Campos, Tchalekian e Paiva (2020), três dimensões da vulnerabilidade se imbricam, a partir de tal recorte: uma individual e pessoal, que salienta a trajetória intersubjetiva do sujeito em relação com o outro; a social que abarca as interações cotidianas estruturadas pelas relações de gênero, classe, geração e cultura; e a dimensão das ações político-sociais que podem mitigar ou aumentar as vulnerabilidades pessoais e sociais.

A pobreza contextualizada articulada às relações de gênero mostra que as mulheres constituem um grupo crescente entre os pobres das sociedades latino-americanas, não sendo diferente na sociedade brasileira. Nesta lógica, a precariedade da situação social das mulheres tem sido considerada como resultante da divisão sexual do trabalho, de menores oportunidades na educação, de situações de trabalho instáveis e com menor remuneração, de níveis inferiores de saúde e bem-estar, de reduzida participação nas decisões (tanto no âmbito privado como no público, mas, especialmente, neste) e de limitada autonomia pessoal. Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa, ganham menos e trabalham mais (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014, p. 732).

Ora, frisam Campos, Tchalekian e Paiva (2020), a violência contra a mulher não escolhe determinado grupo cultural, étnico ou religioso, classe ou escolaridade, a desigualdade de acesso delas ao sistema de justiça e à rede de saúde atua como intensificador de tais questões, diante do prolongamento pandêmico, inúmeros desafios se apresentam:

Comparados com 2019, em 2020 os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril, cresceram

37,6% as chamadas para o nº 190 para situações de violência doméstica em abril, período em que todos os estados já adotavam medidas de isolamento social; por outro lado houve a redução de 28,2% dos registros de estupro e estupro de vulnerável, dado preocupante, pois as vítimas podem não estar conseguindo chegar até a polícia para denunciar a violência (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020 apud CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020, p. 2).

Assim, analisar tal contexto de situações de vulnerabilidade e de violação de direitos, a partir de uma ótica psicossocial, é tornar indissociável a leitura do plano individual do tecido social, requer um olhar atento aos contextos socioeconômico, das relações de gênero e raciais e como tudo isso impacta o cotidiano dos sujeitos. No que se refere às mulheres, implica tensionar como a violência não resulta, tão somente, das interações individuais entre os sexos, pois, nem todo homem é violento, mas como há uma estrutura que violenta, que produz e reproduz práticas, comportamentos e normas que condicionam o feminino (BARROSO, 2019 apud CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

A VIOLÊNCIA COMO PARTE DO COTIDIANO

Usualmente pensa-se no cotidiano como aquilo de mais corriqueiro e banal da vida, tudo aquilo que aconteceria para além do destacado enquanto importante ou notório. Mas, se o cotidiano fosse tudo o que temos? Ora, no jogo dos sentidos e das suas atribuições, valoramos o cotidiano de alguém como sendo importante a partir de um sentido: o cotidiano de um prefeito, de um presidente ou mesmo de um morador de rua. Mas, caso contrário do que supomos, para além de quem somos ou onde estamos, houvesse um fluxo de fragmentos corriqueiros localizados em micro-lugares?² Estes, mais do que uma definição, mas um lugar metafórico, para aquilo que é falado e ouvido, nos encontros e desencontros, seja pelos corredores, estacionamentos, escadas e outros locais de passagem (SPINK, 2008).

Mas, afinal o que é cotidiano? Talvez a melhor resposta seria perguntar “com que cotidiano eu vou?” Se considerarmos a origem latina do termo, *quot dies* o cotidiano é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o transformador e o repetitivo. Na busca de uma resposta inicial, podemos entender cotidiano como aquilo que está dentro da gama normal de possibilidades. Rotinas são partes das possibilidades, porém, ao contrário do que alguns continuam pensando, o cotidiano não é sinônimo de rotina. Escovamos os dentes todas as manhãs, é uma rotina. Vamos trabalhar e dependemos de ônibus, mas, às vezes, os ônibus estão em greve. Há dias em que chove bastante, e o córrego perto da casa alaga e as ruas ficam intransitáveis. Há dias que fazemos coisas bem diferentes e, não raro, coisas bem diferentes acontecem; ações e eventos que não são previsíveis, mas que estão na gama de possibilidades e expectativas. Morando em São Paulo, em 2017, não esperamos ter que correr para um abrigo por causa de um alerta de bombardeio. No entanto, ir dormir nas estações do metrô de Londres (o Underground) fazia parte do cotidiano de muitas pessoas, durante a década de 1940 (SPINK, 2008, p. 594).

Ou seja, uma inserção horizontal nos encontros diários, a partir de lugares com socialidades e materialidades distintas (LAW & MOL, 1995 apud SPINK, 2008). De tal modo que, estes micro-lugares e seus horizontes, são produtos e produtores dos mais diversos processos sociais e identitários, para além de um contexto ou um ambiente, pois, nós somos os micro-lugares.

Ao utilizar a noção de micro, não estamos propondo que há também uma noção oposta e separada, um macro em contraposição ao micro. Pelo contrário, propomos que só há lugares entendidos enquanto pequenas seqüências de eventos e que não há mais além disso. Um aperto de mão por exemplo, é co-constitutivo da noção da cordialidade enquanto processo social. Mas a cordialidade não habita outro lugar além do aperto de mão – poderíamos até chamá-lo de macro conceito, mas seu lugar está no cotidiano. A cordialidade aparece em distintas maneiras em diferentes lugares e micro-lugares: na igreja, na festa, na escola, na rua e, para todos efeitos práticos, é lá que é produzido, reproduzido e re-negociado. Apertos de mão,

² A idéia de um micro-lugar é uma idéia figurativa ou metafórica mais do que uma definição objetiva (Menegon & Spink, 2005). Seu propósito é de chamar atenção para a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores, escadas, elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem. Com a expressão “micro-lugares”, busca-se recuperar a noção da psicologia social como prática social, de conversa e de debate, de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários – encontros estes que não acontecem no abstrato ou no ar, mas que acontecem sempre em lugares, com suas socialidades e materialidades (Law & Mol, 1995) (SPINK, 2008, p. 70).

tapinhas nas costas e beijos no rosto abrem espaço para as batidas de palma com palma e outras invenções sociais, oriundas de diferentes contra-culturas num processo de negociação cotidiano que também assistiu o declínio do cumprimento do chapéu ou o beijo na mão, para não esquecer as diferentes reverências de épocas anteriores (SPINK, 2008, p. 71).

Mas, eis o desafio que se apresenta: como contextualizar o lugar das violações de direitos no cotidiano? Ou ainda, entender esse micro-lugar? Pois, se somos o que performamos em nosso cotidiano, tais ações não ocorrem no nada, mas em lugares que também constituem tais atos (SPINK, M.; SPINK, P., 2017).

Referimo-nos ao conceito de lugar como sendo o encontro de diferentes tempos, materiais e sociais, em que mais do que uma localidade física, este lugar se constitui como relacional e humano. Em tal esteira, pavimentada por Milton Santos (2005) a partir de seu conceito de *território vivido*, há o conceito de *territórios de vivência*, presente na perspectiva da assistência social, onde:

[...] o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida de populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial (KOGA; ALVES, 2010, p. 71 apud SPINK, M. e SPINK, P., 2017, p. 596).

Territórios estes compreendidos por três tempos distintos:

Tempo Longo: Domínio da construção social dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época. Constitui o espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum.

Tempo vivido: Tempo de ressignificação desses conteúdos históricos, a partir dos processos de socialização. Tempo de vida de cada um de nós. Tempo da memória, traduzida em afetos, no qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identitárias.

Tempo curto: Tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes, ativadas pela memória cultural de tempo longo ou pela memória afetiva do tempo vivido (SPINK, M. e SPINK, P., 2017, p. 595).

Assim, ao apreender um lugar, atribuído à mulher na dinâmica da violência conjugal, familiar e/ou doméstica, este lugar segue transmitido ao longo das gerações, por mulheres que vivenciaram e que presenciaram a violação de outras mulheres. Constituindo uma trama de papéis que se vinculam a uma cultura de subordinação e de assujeitamento do feminino – algo que em tal tessitura se naturaliza, é chamado de normal, e é esperado e por isso não podendo ser evitado (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Quando nos referirmos a um lugar, delimitamos as representações sociais que se performatizam em tal cenário, representações estas que nada mais são do que explicações, ideias e crenças que evocam acontecimentos, objetos ou pessoas, oriundas das interações sociais de determinado grupo social. As percepções, elaboradas e partilhadas pelos variados grupos, criando a realidade prática, em que mais do que agressores ou vítimas, há sujeitos sociais, que carregam uma variada gama de características sociais e culturais de gênero. Pois, como aponta Moscovici (1978), os dados que os sujeitos dispõem para responder a uma questão, em suma, são insuficientes, mas, mesmo tendo pouco conhecimento sobre determinado assunto, eles elaboram referências variadas e as relacionam a outras questões de sua vida (ALENCAR, *et al.*, 2014).

Uma análise das violências de gênero deve considerar o processo histórico que estrutura tal questão, a partir de formas e intensidades diversas, onde ainda impera um manto de invisibilidade – mesmo que sendo claros seus impactos sociais e econômicos. Sendo salutar indagarmos a situação que a mulher, em diferentes instâncias da vida familiar, política e econômica, ocupa em tal campo. Pois, diante da inserção de tal violência como recorte cotidiano, a coloca como naturalizada e legitimada (PITANGUY, 2013).

Como destacam Dantas-Berger e Giffin (2005), a ordem social é patriarcal, e esta consente a violência contra a mulher, e destina ao homem o papel ativo, e de superioridade, no contrato social e sexual, cabendo às mulheres, acatar o avesso de tal proposição (ALENCAR, *et al.*, 2014).

REVERBERAÇÕES PANDÊMICAS

Caso a vulnerabilidade seja algo inerente à vicissitude humana, o ser humano naturalmente necessita de ajuda, pois há uma fragilidade radical atrelada à sua existência individual. Em contraponto, há o ser humano vulnerável, aquele que se encontra suscetível às questões danosas devido à sua cidadania fragilizada, mais do que uma condição naturalizante, capilariza-se a questões individuais e coletivas, sejam a partir de situações de desigualdade ou de estratificação no acesso a direitos e/ou políticas sociais (CARMO; GUIZARDI, 2018, p.2).

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009 apud CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 2).

Salientando que o isolamento social incorre como algo atravessador a todos os sujeitos, há a sensação de outra forma de distanciamento, como destacam Colomby, Salvagni e Cheron (2020), remetendo ao que:

Dejours (1999) define como a “precarização da precariedade”, que representa ao sujeito a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo, a neutralização da mobilidade coletiva contra o sofrimento, a estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez e, por fim, da individualização. Contudo, esse adoecimento se inscreve de uma forma coletiva, através do processo de subjetivação; então, se as causas dos problemas mentais não são individuais, a solução também não pode ser individual. Por isso, se reforça a importância do reconhecimento das formas circunscritas nesse recente modo coletivo de sofrer que advém com a pandemia, atentando para alterações na constituição dos sujeitos.

Intensas transformações são vivenciadas e experienciadas por todos os sujeitos em tempos de crise, e diante do advento da Covid-19, questões importantes tem emergido nos âmbitos do cotidiano familiar, social e cultural. E, diante de um cenário tão adverso, as mulheres se viram impelidas a reinventar e reorganizar a realidade diante dos variados papéis que ocupam – mas que convergem a um cenário totalizador: o da mulher no ambiente doméstico (MANFREDINI; FREITAS; SILVA, 2020).

É certo que a complexidade dos nefastos efeitos pelo advento da pandemia de Covid-19 estão longe de se esgotarem. Contudo, tais escritos, ainda que iniciais, acerca dos indícios das múltiplas complicações à saúde dos sujeitos, poderão ser tomados como premissas basilares a um longo percurso de investigação científica. Inscritos em uma lógica científica, que estes estudos possam servir como indícios a pesquisas futuras. Tal perspectiva pode dar-se tanto no sentido de apresentar uma via complementar, ou mesmo no sentido de vir a refutar os argumentos presentes. Ou seja, esta obra pretende ser apenas o começo de trajetória desafiadora de análise das tantas mudanças da realidade social (COLOMBY; SALVAGNI; CHERON, 2020, p. 256)

As famílias que já se encontravam em situação financeira delicada, diante dos efeitos pandêmicos, se viram ainda mais fragilizadas, lidando com maior estresse e convivendo com uma clara redução de renda. Para além, mesmo compreendendo que tal cenário impactou homens e mulheres, é notório como diante do sistema familiar há uma profunda desigualdade na atribuição de tarefas que competiriam a cada gênero (MANFREDINI; FREITAS; SILVA, 2020).

A partir do isolamento social devido à pandemia de Covid-19, o deslocamento das atividades formais de trabalho para as residências (home office), o dever de acompanhar as atividades de escola dos filhos e as demais atividades que as mulheres já desenvolviam em casa tiveram aumento de sobrecarga num mesmo espaço. Isto pode interferir com maior ênfase em prejuízos de várias ordens na vida das pessoas, em especial para as mulheres que trazem um histórico de papel e desempenho de gênero vinculados à submissão, docilidade, abnegação, compreensão e dedicação aos membros familiares (MANFREDINI; FREITAS; SILVA, 2020, p. 185).

Em Pateman (1993), a autora destaca como os contratos sociais, estruturados a partir pensamento liberal, compreendem o lugar de sujeição do feminino. Com vistas ao casamento, por mais que as leis pressuponham uma igualdade, estruturalmente, o papel da mulher encontra-se num lugar de carência de autonomia, à mercê de outrem. De tal modo que, mesmo que muitas mulheres já tenham alcançado o acesso a inúmeros direitos como o voto, educação, trabalho, o acesso a profissões e cargos que antes ocupados apenas por homens, maior representação política, dentre outros, ainda assim, há enormes disparidades entre homens e mulheres.

Assim, é preciso considerar que há padrões socialmente legitimados, imagens referência que compõem e implicam tais posições de assimetria. Implicitamente, em tempos de isolamento social, tais diferenças se revelam mais claramente, pois mesmo com a presença do homem na residência, isto não significa na distribuição dos afazeres neste espaço, mas um empilhar de funções da vida privada. Não obstante, tais construções perpassam pela noção de saúde mental, dado que carregam consigo marcadores simbólicos que norteiam os modos de viver.

Zanello e Bukowitz (2011) enfatizam o quanto o sofrimento (e a reação a ele) é construído socialmente e moldado segundo os valores e ideais estereotipados de gênero. Todos os fatores históricos que circunscrevem a condição de gênero, somados a fatores econômicos/financeiros contribuem para a construção e instalação do sofrimento psíquico em mulheres que estão lidando com múltiplas jornadas de trabalho e múltiplos papéis sociais no mesmo espaço e ao mesmo tempo (MANFREDINI; FREITAS; SILVA, 2020, p. 189).

Nas obras de Arendt (1985) encontramos como a violência opera como um sintoma da perda de poder e que toda instituição, seja ela política ou individual, quando se vê diante de tal perda, busca restituí-la através da violência. Assim, a complexidade da violência doméstica se apresenta como campo que envolve não tão somente a intimidade presente em um contrato social e/ou sexual, mas os afetos utilizados como manutenção de uma posição de poder (GONTAREK; SILVA, 2020).

Isto posto, a violência contra a mulher pode ser compreendida a partir de uma perspectiva da desvalorização do feminino que se presentifica de forma sutil em algumas situações, e em outras de maneira mais explícita, mas, em ambas, a partir de uma naturalização de vivências assimétricas nas relações de gênero..

Há uma clara desigualdade e discriminação refletidas em nossas leis e costumes e que alteram, ao longo do percurso histórico, nossa percepção social – e está atrelada a outras variáveis como a classe social, raça, etnia e sexo. O maior ou menor grau da invisibilidade de tais violações, e da impunidade destas, torna-se mais implícita quando nos referimos àquelas agressões perpetradas no âmbito privado, no espaço doméstico, e que tem intensas consequências. Porém, mesmo assim, ainda há uma grande invisibilidade acerca da violência de gênero, e de suas consequências sociais e econômicas, denotando como a naturalização da desigualdade de gênero opera como fator preponderante na legitimação dessas (PITANGUY, 2013).

Outro elemento a ser considerado em qualquer análise sobre a violência de gênero é seu caráter transversal, atingindo mulheres de diferentes níveis sociais e educacionais. Mas, apesar desta transversalidade, como as mulheres não constituem um universo homogêneo, algumas variáveis contribuem para tornar algumas mais vulneráveis que outras, seja por sofrerem outras formas de discriminação, como por raça e etnia, orientação sexual, por estarem mais expostas a violência em função de contextos externos violentos e /ou por terem menor acesso a redes de proteção e a sistemas de segurança e justiça (PITANGUY, 2013, p. 118).

A violência gera impacto social variados, como apontado no relatório mundial sobre a prevenção da violência, em estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde, em 2014. Sendo clara a incidência da questão de gênero na prática de tais violências, pois um terço das mulheres no mundo relatou já ter perpassado, ao longo de suas vidas, por algum tipo de violação física ou sexual – estas, em suma, sendo praticadas por um parceiro íntimo. Com vistas ao território brasileiro, Borburema *et al.* (2017), destacam que em 2013 quase cinco mil mulheres foram vítimas de tais violações de direitos. Frisando que:

[...] Qualquer ato de violência baseado no gênero que resulta, ou provavelmente, resultará em dano físico, sexual, emocional ou sofrimento para as mulheres incluindo ameaças, coerções ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada, pode ser considerado violência contra a mulher (p. 2).

Há ainda a possibilidade da sobreposição dessas várias violações, repercutindo diretamente na saúde e qualidade de vida delas, não sendo incomum incorrerem, como efeitos: quadros depressivos; aumento do isolamento social; sensação de medo; dores crônicas; gestações indesejadas; e tantas outras formas de sofrimento físico e psíquico que não somente flagelam os corpos dessas mulheres (BORBUREMA *et al.*, 2017).

Assim, ocorrendo uma prevalência das violências físicas e psicológicas nas situações de vulnerabilidade social, onde esta se refere à possibilidade de exposição dos sujeitos ao adoecimento, como resultado de um conjunto de aspectos individuais, coletivos e contextuais e os recursos que estes denotam e/ou possuem para se proteger de tais questões (AYRES, 2003 apud BORBUREMA *et al.*, 2017, p. 2).

O isolamento também colocou como questão o distanciamento das famílias de origem, tornando mais complexo o processo de exposição e/ou formalização de denúncias, uma vez que o agressor se encontra mais próximo do que nunca e a família que, em suma, é uma rede de apoio direta, se encontra distante. Corroborando para que, no bojo da sociedade neoliberal, a vida privada seja compreendida apenas como responsabilidade individual.

Tal inclinação pode vir a eximir o Estado de responsabilizar-se pela exploração que a mulher sofre tanto pelo trabalho doméstico não remunerado, quanto pela violência que sofre ao ser desassistida na sua seguridade física. Isso quer dizer que, além de ter uma legislação que a proteja, a mulher também precisa contar com o apoio de políticas sociais no caso de vir a sofrer com a violência doméstica (GUERIN; WOJCICHOSKI; SALVAGNI, 2020, p. 215).

Sendo salutar apontar que a violência não é um traço de uma personalidade masculina ou feminina, tampouco características biológicas que determinem que um seja mais violento enquanto o outro se coloque como frágil, mas que há a construção de identidades que se atrelam ao modo de vida e sobrevivência na sociedade (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014). Pois, negar que a violência se constitui socialmente e historicamente, enraizada naquilo que nomeamos como parte do cotidiano, a naturalizando, é negar qualquer possibilidade de ressignificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os homens são ensinados socialmente a canalizar a agressividade como provas de sua masculinidade, no mesmo processo de subjetivação que o implica em uma repressão das emoções, assim, há uma valorização das posturas destrutivas – essas canalizadas contra si e os outros. A transgeracionalidade sendo um fator preponderante, pois, as experiências da violência na vida do sujeito, implicam numa relação direta da presença, ou não, da violência ao longo de sua vida - tanto de homens, quanto das mulheres. Essa violência produzida e reproduzida no âmbito privado e doméstico, ao longo do tempo, constituindo um cenário que legitima tais atos, e justifica as relações de domínio, fulgurando tais comportamentos como sendo intrínsecos a uma relação. Onde o distanciamento dos espaços de convívio implica significativos prejuízos às mulheres, uma vez que estes se constituem como aberturas para a identificação das situações de violação de direitos (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020).

De tal modo que, delineiam as autoras, por mais que haja variados serviços e protocolos, há outros intensificadores advindos da maior presença do homem no lar, dado que a presença do agressor inibe e/ou dificulta a formalização de denúncias. Ou seja, no contexto pandêmico, variados fatores implicam-se à vulnerabilidade das mulheres, sejam estas a falta de acesso à renda; a intensificação da fome; o desemprego; a precarização de programas que garantiriam acesso à alimentação, cuidados e alimentação dos filhos; dentre outras ações e programas que auxiliariam a mitigar tais contextos de insegurança e /ou incerteza.

Mas, será que nos habituamos às situações de violência? Talvez por isso não nos saltamos aos olhos, como em outros momentos, as suscetíveis situações que nosso cotidiano nos apresenta enquanto algo da ordem da normalidade? Não somente aquelas dos jornais, da televisão ou da/na internet, mas aquela corriqueira, que acontece próximos de nós e/ou que é exercida por nós.

É notório que isto vem sofrendo transformações, o levante por parte de movimento sociais, iniciativas populares e demais ações vêm denotando uma mudança em tal cenário. Todavia, o outro extremo também persiste, se vê diante de uma complexidade geracional e representativa que não será facilmente retirada de seu local de normatividade.

O ponto preponderante sendo: até que ponto ainda nos cobrará, de inúmeras formas, sustentar uma sociedade imbricada em uma lógica que não somente domina e estigmatiza mulheres, mas igualmente, vulnerabiliza os homens que não constroem social, e subjetivamente, outras perspectivas de relacionamento consigo e com o outro.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Verônica de *et al.* Representações sociais de violência a partir da percepção do agressor. **Psicol. Am. Lat.** México, n. 26, p. 24-43, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2021.

BORBUREMA, Telma Libna Rodrigues; PACHECO, Alice Pinto; NUNES, Anelise Alves; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; KRENKEL, Scheila. Violência contra mulher em contexto de vulnerabilidade social na Atenção Primária: registro de violência em prontuários. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade.** Rio de Janeiro, 2017, Jan-Dez, 12(39):1-13. Disponível em: <<https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1460/866>>. Acesso em 04 jul. 2021.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de Sars-Cov-2/ Covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2020, v. 32. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bqv5dn5fbl3LTrm3PGvJDzN/?lang=pt#>>. Acesso em 3 jul. 2021.

COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. Saúde, psicologia e direitos humanos: Tempos a considerar. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. **A COVID-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos**. Espaço Acadêmico, Goiás, 2020, 255-256. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 4 jul. 2021.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. 2015, Jan-Mar, 9(1), 162-168. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/wtn3ZbpCSjLKk8TBQCF9ShB/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 05 jul. 2021.

GONTAREK, Dimas Diego; SILVA, Joseli Maria. Violência Doméstica e Masculinidades: Uma Análise Geográfica. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 188-207, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17588/209209214019>>. Acesso em 18 jul. 2021.

GUERIN, Marina Guerin; WOJCICHOSKI, Nicole de Souza; SALVAGNI, Julice. A violência de gênero no Contexto das vulnerabilidades Sociais na pandemia de COVID-19. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. **A COVID-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos**. Espaço Acadêmico, Goiás, 2020, 207-219. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 4 jul. 2021.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves; FREITAS, Claudia Regina de; SILVA, Rosa Maria Frugoli da. Mulher e família: o sofrimento psicológico em isolamento social. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. **A COVID-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos**. Espaço Acadêmico, Goiás, 2020, 181-193. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 4 jul. 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**. Rio Grande do Sul, 2006, 37, 7-13. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405>>. Acesso em 9 jul, 2021.

PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 2014, 18(4), 728-733. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127732789026>>. Acesso em 8 jul. 2021.

PITANGUY, Jacqueline. Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas. **Cadernos Adenauer**, XIV, n. 3, 2013, p. 115-124 Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b46ab9dd-b367-8744-b02d-f867b01e6f16&groupId=265553>. Acesso em 13 jul. 2021.

SPINK, Mary Jane Paris.; SPINK, Peter Kevin. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3156>>. Acesso em 15 jul. 2021.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, edição especial, 2008, p. 70-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBgkxxHPJUNIORDv-JHXJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 12 jul. 2021.

GUERIN, Marina Guerin; WOJCICHOSKI, Nicole de Souza; SALVAGNI, Julice. A violência de gênero no Contexto das vulnerabilidades Sociais na pandemia de COVID-19. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. **A COVID-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos**. Espaço Acadêmico, Goiás, 2020, 207-219. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 4 jul. 2021.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves; FREITAS, Claudia Regina de; SILVA, Rosa Maria Frugoli da. Mulher e família: o sofrimento psicológico em isolamento social. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele. **A COVID-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos**. Espaço Acadêmico, Goiás, 2020, 181-193. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/215468/001119848.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 4 jul. 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**. Rio Grande do Sul, 2006, 37, 7-13. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405>>. Acesso em 9 jul, 2021.

PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 2014, 18(4), 728-733. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127732789026>>. Acesso em 8 jul. 2021.

PITANGUY, Jacqueline. Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas. **Cadernos Adenauer**, XIV, n. 3, 2013, p. 115-124 Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b46ab9dd-b367-8744-b02d-f867b01e6f16&groupId=265553>. Acesso em 13 jul. 2021.

SPINK, Mary Jane Paris.; SPINK, Peter Kevin. Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3156>>. Acesso em 15 jul. 2021.

Paula

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, edição especial, 2008, p. 70-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBgkxxHPJUNIORDv-JHXJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 12 jul. 2021.

A IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR: ESTUDO DE CASO DE AMERICANA E LIMEIRA/SP

Noan Sallati¹; Larissa Aparecida Prevato Lopes²; Rodolfo Bassan³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.15831>

Palavras-chave

Conselhos municipais
Transparência
Americana
Limeira
Participação popular

Keywords

Municipal councils
Transparency
Americana
Limeira
Popular participation

Palabras clave

Consejos municipales
Transparencia
Americana
Limeira
Participación popular

RESUMO

Os conselhos municipais são instâncias de discussão de políticas públicas que conjugam o poder público e a sociedade civil numa perspectiva democrática de descentralização da gestão pública, e a publicidade e a transparência de suas informações são fatores relevantes para a efetivação da participação popular de maneira não marginal. Buscou-se, nesta pesquisa, analisar quais e como estão disponíveis as informações sobre os conselhos municipais de políticas públicas dos municípios de Limeira e de Americana/SP nos sítios eletrônicos oficiais de suas prefeituras, sendo possível notar que embora o primeiro disponha de seção para informações sobre os conselhos, a mesma não é de acesso intuitivo e não apresenta padronização ou atualização das informações disponíveis, enquanto em relação ao segundo o acesso é simplificado, a interface é amigável e as informações apresentam-se de maneira geral padronizadas e atualizadas, sugerindo maior aproximação ao princípio da transparência pública, apesar de apresentar lacunas que podem limitar e prejudicar o entendimento do cidadão.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF TRANSPARENCY OF INFORMATION ON MUNICIPAL COUNCILS FOR POPULAR PARTICIPATION: CASE STUDY OF AMERICANA AND LIMEIRA/SP

Municipal councils are instances for discussing public policies that gather government and civil society in a democratic perspective of public management decentralization, and the publicity and transparency of their information are relevant factors for the realization of popular participation in a non-marginal way. This research sought to analyze what sort of and how information about the municipal public policy councils of the municipalities of Limeira and Americana/SP is available on the official websites of their city halls, and it is possible to note that although the first has a section for information about the councils, it is not intuitively accessible and does not present standardization or up-to-date information available, while regarding the latter the access is simplified, the interface is friendly and the information is presented in a general standardized and updated way, suggesting greater approximation to the principle of public transparency, despite presenting gaps that can limit and impair the citizen's understanding.

RESUMEN

LA IMPORTANCIA DE LA TRANSPARENCIA DE LA INFORMACIÓN SOBRE LOS CONSEJOS MUNICIPALES PARA LA PARTICIPACIÓN POPULAR: ESTUDIO DE CASO DE AMERICANA Y LIMEIRA/SP

La economía y el mercado han sido discutidos por la Sociología Económica a partir de las estructuras sociales vigentes en dado contexto llenando el hiato dejado por la perspectiva de la economía liberal, la cual defiende el autoreajuste del mercado por la idea de competencia limpia y perfecta. Garcia-Parpet, interesada en esa construcción social del mercado, investigó sobre el mercado de fresas (2003) y de vinos (2004-2007) en regiones de Francia destacando como aspectos culturales, políticos, generacionales valorativos y simbólicos influenciaron su desarrollo. El presente artículo de inicio discute acerca de aspectos sociales y desarrollo regional como elementos fundamentales para el análisis de la economía y del mercado; a seguir se propone a identificar similitudes acerca de factores sociales en el desarrollo de los mercados de fresas y de vino en cuestión, presentando un breve resumen de cada estudio y de las diferentes fases de evolución de los mercados para posteriormente proceder el análisis en el cual se identificó el social no como "plan de fondo" sino como protagonista del desarrollo.

¹Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2052-9502>. E-mail: noansllt@gmail.com

²Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5586-5189>. E-mail: larissaplopes05@gmail.com

³Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Mestrando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2497-5761>. E-mail: r231443@dac.unicamp.br

INTRODUÇÃO

A participação popular no Brasil é objeto de longo conflito. Para Pereira (2008, p. 25), “é possível afirmar que nos primórdios da formação da sociedade brasileira, e antes mesmo de qualquer tipo de governo no Brasil, a exclusão da participação popular destaca-se como uma das características mais significativas desse período histórico da vida política nacional”. No período colonial, o poder local era exercido pelas câmaras municipais, formadas por representantes da elite, e, em âmbito nacional, as diversas revoltas populares eram violentamente repelidas pelos poderes centrais. O processo de independência e a Constituição de 1824 são também indelevelmente marcados pelo esforço da concentração do poder nas mãos das classes dominantes, resultantes de arranjos entre as elites e mantendo à margem diversos grupos sociais. O mesmo ocorreu com a proclamação da República e a Constituição de 1891. Com a Constituição de 1934, a participação do povo é assegurada, porém apenas de maneira formal, pois, conforme Pereira (2008, p. 27), as elites brasileiras souberam desde cedo “lidar com os mecanismos formais da democracia liberal”, mantendo o controle das instâncias da democracia nas mãos das classes dominantes, promovendo seus interesses por vieses populistas e abafando a participação e as demandas sociais.

Durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), quando a participação popular foi duramente reprimida, certos movimentos sociais como o Partido dos Trabalhadores (1980), a Central Única dos Trabalhadores (1983) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1985) se consolidaram. Conforme Dagnino (2004, p. 95), o marco formal do processo de “alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” é a Constituição Federal de 1988.

A confluência desses fatores, que perpassam o processo de redemocratização e atravessam as garantias dispostas na Constituição Cidadã, viabilizou a estruturação de ambientes participativos que previam o fortalecimento da democracia por meio da aproximação entre as instâncias decisórias e as demandas sociais, em um movimento que coincide com o processo de municipalização da gestão pública. A organização de espaços que facilitam a permeabilidade das reivindicações dos cidadãos no âmbito do poder municipal se concretizou como uma iniciativa capaz de aperfeiçoar a administração pública, em um processo de articulação entre o poder público e a sociedade civil, fundamentalmente no que diz respeito à estruturação de políticas sociais (CARVALHO *et al.*, 1999). Conforme Santos (2019, p. 140-141),

Por todo o país multiplicam-se experiências de instituições participativas e de espaços de diálogos com a sociedade nas administrações públicas, como associações de moradores, empresas comunitárias, mesas de negociação, audiências, conferências temáticas nos âmbitos municipal, estadual e federal, orçamento participativo e os conselhos de políticas públicas. Fenômeno, esse último, com maior observância nos municípios, o menor ente da Federação.

Os conselhos municipais são instâncias colegiadas compostas por representantes do poder público e da sociedade civil, instituídos por normativa governamental, que atuam sobre temas específicos no âmbito da municipalidade, podendo ser consultivos, deliberativos ou fiscalizatórios, com composição paritária ou não, conforme legislação que os institui, e mantidos com recursos do orçamento municipal, visto comporem a estrutura da administração pública. Os conselhos com maior presença nos municípios brasileiros são aqueles que tratam da saúde, assistência social e educação, temas cuja descentralização das gestões é determinada pela Constituição Federal, conforme seus artigos 198, 204 e 206. Em 2019, também o conselho de direitos das crianças e adolescentes se fazia presente em 98,5% dos municípios, atingindo quase a totalidade destes, assim como o conselho tutelar, condição esta estimulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dado pela Lei 8.069, de 13/07/1990, que vinculou o repasse de verbas à existência de tais conselhos; por outro lado, igualmente em 2019, apenas 14,8% dos municípios brasileiros dispunham de conselhos municipais de segurança pública, 6,6% de igualdade racial e 1,6% de direitos humanos (MUNIC, 2019).

O desenvolvimento de mecanismos de democracia direta, como é o caso dos conselhos municipais, permite o papel ativo dos cidadãos na gestão municipal, afastando o centralismo, o clientelismo e o patrimonialismo e incluindo grupos sociais historicamente excluídos nos processos decisórios públicos. Além da formação política da população, esses espaços permitiram a ampliação do zelo, da transparência e possibilitaram o direcionamento da gestão municipal a temáticas e decisões de interesse da comunidade local.

Apesar do desenvolvimento nas últimas três décadas de instâncias de gestão compartilhada de políticas públicas com a participação da sociedade civil, inúmeros são os entraves a serem enfrentados para garantir-lhes uma mínima efetividade em termos de realização da participação social.

Dagnino (2004) demonstra a existência de dois modelos antagônicos na atuação da sociedade civil na gestão pública, aproximando-a do Estado via movimentos sociais, numa perspectiva participativa, ou aproximando-a do mercado por meio de ONGs e fundações empresariais, numa perspectiva neoliberal. Romão (2011) também discute a questão da representatividade nessas instâncias, com foco sobre o Orçamento Participativo e as limitações a seu potencial democratizante, analisando a dinâmica da sociedade política, demonstrando que por vezes a ampliação da participação se dá para dentro dela, reposicionando politicamente representantes localizados em suas franjas. Azevedo, Campos e Lira (2020) destacam, entre os entraves, a criação de conselhos com vistas ao simples atendimento formal a algum requisito para homologação de repasse de verbas de outros entes federativos aos municípios, esvaziando o sentido da participação popular e inflando o infértil sentido da determinação burocrática. Retomando estudo do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), os autores ilustram que em 2001, quando de sua realização, a dificuldade no acesso à informação era uma das principais dificuldades apontadas pelos conselheiros de municípios de regiões metropolitanas pesquisadas.

Santos (2019, p. 143) destaca que “os dias e horários de reuniões em momentos que dificultam a presença do cidadão comum e (...) [a] fragilidade de seus encaminhamentos perante os vícios – clientelismo e paternalismo – da estrutura política, na consolidação de políticas públicas” são fatores que contribuem para o enfraquecimento desses espaços. O autor ainda elenca a baixa autonomia dos conselhos, a inatividade elevada (ausência de reuniões nos últimos 12 meses), a falta de divulgação das reuniões e ações dos conselhos, entre outros, como entraves a serem superados.

Durante todos os processos que envolvem os conselhos, a disponibilidade de informações públicas é um elemento determinante para o controle e a participação social, sendo a publicidade um dos princípios fundamentais da administração pública. Assumindo a importância da participação popular no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas e a transparência como fator fundamental para efetivação do potencial dos conselhos municipais, buscamos analisar a disponibilidade de informações sobre os conselhos municipais de políticas públicas dos municípios de Limeira e de Americana/SP, no interior do estado de São Paulo, a partir dos sites oficiais de suas prefeituras, de modo a observar as opacidades e transparências de cada município no que se refere aos conselhos. Trata-se, portanto, de assunto que antecede as discussões sobre a qualidade da participação popular e outras questões internas e de funcionamento dessas instâncias.

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS

O estabelecimento de relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade civil perpassa inevitavelmente por alguns elementos básicos, dentre as quais está o acesso à informação. A nitidez com que são disponibilizadas as informações sobre a atuação estatal confere maior ou menor grau de democratização à dinâmica entre os atores dentro de uma sociedade, sendo esse processo resultado de uma complexa articulação entre dimensões políticas, técnicas, tecnológicas e culturais, que pode converter-se na concretização do princípio de publicização, inerente à administração pública. A associação entre esses fatores, que se concretiza por meio das ações do próprio Estado, tem o potencial de transformar os cidadãos em sujeitos informativos, aptos a acessar as informações geradas pela atividade dos órgãos públicos e a se apropriar delas a partir de suas necessidades (JARDIM, 1999).

Jardim (1999) ressalta, no entanto, que o contexto em que está imerso o Estado brasileiro revela mais opacidades do que transparências no que se refere à gestão pública, mesmo após a inserção das preocupações com o acesso à informação na agenda pública, como reflexo das reformas implementadas ao final da década de 1980. Neste mesmo sentido, Machado (2019) enfatiza que o acesso à informação, a publicidade de dados e a transparência na administração pública são condições fundamentais para o aperfeiçoamento das estruturas democráticas, mas não podem ser entendidas como encadeamentos orgânicos do processo de amadurecimento da democracia, visto que a efetivação desses princípios depende de uma série de ações, dentre as quais destaca-se a implementação de normas, alterações nos processos de tomada de decisão e na conformação de certos procedimentos burocráticos no interior da administração pública.

A reorganização do Estado, que caracterizou a passagem dos anos 1980 para os anos 1990 no Brasil, mencionada anteriormente, incorporou alguns desses elementos como forma de impulsionar a divulgação de informações, incentivar a desburocratização, estimular a participação e promover a construção de instrumentos de consulta no interior da estrutura pública. Ao mesmo tempo, o processo de modernização que atravessou esses espaços, no que se convencionou chamar de “democracia digital”, permitiu o uso da internet como forma de facilitar o acesso às informações sobre a gestão pública (FARRANHA, 2016). Essa movimentação em direção à publicização e à transparência impactou diretamente o próprio protagonismo do Estado no que se refere à questão informacional, como é possível identificar na discussão presente no seguinte fragmento:

O reconhecimento da dimensão informacional do Estado contemporâneo corresponde a uma mudança de nível de percepção e interesse dos assuntos no campo da informação: significa pensar a informação como força e poder constituinte da sociedade, moldando ativamente o contexto e não mais sob a perspectiva de um recurso funcional, setorial ou organizacional. A informação é afetada pelo contexto, assim como afeta o contexto. A partir do reconhecimento deste poder, ganham visibilidade questões como assimetrias de informação – entre governantes e governados, entre grupos sociais, entre segmentos do capital –, transparência, acesso público à informação, exclusão digital, privacidade, *fake news*, entre outras (MALIN; FREITAS, 2018, p. 6).

A publicização e a transparência são princípios normalmente entendidos como análogos, mas uma aproximação irrestrita entre esses conceitos desconsidera as nuances de significado de cada um. A percepção sobre as distinções possíveis entre a publicização e transparência é capaz de revelar seus limites e potencialidades, bem como evidenciar os impactos que sua atuação conjunta pode gerar na sociedade, por meio da efetivação de políticas de informação (MACHADO, 2019). É importante destacar que existem várias concepções relativamente à publicidade e à transparência na literatura sobre o tema, o que permite deduzir que não há um consenso estabelecido sobre qual o sentido exato de cada termo, sendo necessário enfatizar que as concepções adotadas neste estudo condizem com os trabalhos utilizados como referencial teórico.

Nessa perspectiva, Machado (2019) relaciona a publicização das informações com a documentação dos procedimentos que ocorrem dentro das estruturas do poder público e com o registro do processo de tomada de decisão, essencialmente para fins de divulgação aos cidadãos. A publicidade, então, pode ser correlacionada com a produção de informações oficiais, suscetíveis à validação, que funcionam como evidências que comprovam (ou não) a veracidade e legalidade das ações empreendidas pelos agentes públicos.

O que usualmente convencionou-se denominar como transparência, teoricamente, representa a modificação da relação unilateral construída entre as organizações públicas e a população, com intenção de fomentar uma nova lógica de interações entre esses atores, que privilegia o diálogo e a aproximação entre o poder público e a sociedade civil. Esse processo é capaz de tornar o cidadão, antes refém das informações disponíveis, em um ator influente na dinâmica informacional. A reestruturação das relações Estado-sociedade no que diz respeito à acessibilidade das informações alterou até mesmo o modo como são transmitidos e apresentados os dados sobre a gestão pública, já que a linguagem passou a ser considerada como um aspecto fundamental para a inteligibilidade das informações, ou seja, a forma de comunicar passa a ser tão importante quanto a própria divulgação, em razão da necessidade de tornar as informações compreensíveis para todos (JARDIM, 1999).

Essas interpretações nos permitem inferir que a publicização e a transparência são conceitos que se interseccionam em determinados pontos, dado que há uma considerável compatibilidade entre o registro, a publicação de dados sobre a gestão pública e a promoção de ações que visam implementar medidas mais transparentes dentro desses espaços, sendo a divulgação de informações relevantes o ponto de maior convergência entre esses princípios. Por outro lado, a transparência tem como propósito mais do que divulgar essas informações, uma vez que há também uma preocupação com a acessibilidade; em outras palavras, para haver transparência os dados devem ser publicados de forma clara e intuitiva.

Ao analisar os conselhos municipais, a partir do entendimento destes como espaços de participação social capazes de diminuir as lacunas entre as demandas sociais e os processos decisórios públicos, é possível traçar algumas relações entre a transparência, a publicidade e essas instâncias participativas. A descrição da publicidade e da transparência evidencia o caráter democratizador desses conceitos quando devidamente aplicados à atuação da administração pública, mas quando deslocados para ambientes específicos como os dos conselhos

municipais, estes princípios assumem contornos indispensáveis, visto que uma relação pouco transparente dos colegiados impossibilita a concretização da participação. A escassa publicidade de informações básicas sobre os conselhos, além de distanciar a população, afasta esses instrumentos de participação de seus propósitos fundamentais. Para além da publicação e documentação sobre o funcionamento dos conselhos, pode-se deduzir que a transparência se constitui como premissa básica para a participação social nesses ambientes, em razão da necessidade de facilitar e incentivar o acesso da população a esses locais, o que não seria possível sem a preocupação com a comunicação e a acessibilidade das informações.

Para Santos *et al.* (2020, p. 4390), “a informação, além de promover escolhas mais qualificadas, permite, numa perspectiva individual, a realização de um conjunto de direitos”, sendo que “o acesso à informação é um direito que antecede outros” (ANDI, 2009, p. 11). Nesse sentido, o devido acesso a ela pode ser preponderante para o aproveitamento da potência das instâncias de participação existentes, podendo-se passar, a partir de então, ao próximo nível de obstáculos a serem superados. A falta de informação pode, assim, seja no âmbito da possibilidade de atuação dos conselheiros, seja no da possibilidade de acompanhamento, envolvimento e mobilização social, concorrer para ser um fator indutor de vulnerabilidade ao impor limites a elas, e, consequentemente, à efetivação do ideário da gestão democrática das políticas públicas.

Apesar de o acesso à internet ainda ser altamente desigual entre as classes sociais e as regiões brasileiras, e o semi-analfabetismo digital impor limites a usos mais complexos da ferramenta, tal meio se caracteriza como relevante para a disseminação de informações nos tempos atuais, em especial quando a mobilidade física é reduzida tendo em vista a necessidade de isolamento social em virtude da pandemia da Covid-19, o que justifica sua relevância para este estudo.

Reconhecendo a importância da possibilidade de acesso às informações sobre os conselhos municipais para a população implicada, será realizada, a seguir, análise que leva em consideração a condição de transparência, para além da publicização, de conteúdo nos sítios eletrônicos das prefeituras municipais de Americana e Limeira.

ANÁLISE DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE AMERICANA E LIMEIRA/SP

A escolha dos municípios de Limeira e Americana ocorreu após identificação de similaridades, especialmente no que tange o alto grau de urbanização, populações expressivas, proximidade geográfica e relevância regional em um ambiente de alta densidade econômica, técnica e informacional que caracterizam um dos principais núcleos econômicos do estado, a Região Administrativa de Campinas. Observa-se também nas localidades algumas semelhanças políticas, pois ambos os municípios são administrados por governos alinhados ao governo central do estado, cujas agendas receberam grande porcentagem de votos de suas populações nos últimos pleitos para os governos municipal, estadual e federal.

Discorrendo sobre suas características, Americana localiza-se na região centro-leste do estado de São Paulo, 126 km próxima à capital do estado, e pertencente à Região Metropolitana de Campinas (RMC), distante 40 km desta capital regional. O município, de 133,912 km², tem população estimada de 242.018 pessoas (IBGE, 2021), com taxa de urbanização de 99,53% (SEADE, 2021). O município é atravessado pela Rodovia Anhanguera (SP-330) e pela Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), importantes vias na dinâmica estadual. Economicamente, apresentava Produto Interno Bruto per capita de R\$47.793,48 em 2018, e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 era de 0,811 (IBGE, 2021), na faixa considerada alta.

O município de Limeira também está localizado na região centro-leste do Estado de São Paulo, próximo à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e à Região Metropolitana de Campinas (RMC), situado, respectivamente, a 150 km e 63 km dessas capitais regionais, e está inserido na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Tal como Americana, localiza-se em ponto estratégico do complexo viário do interior do estado, às margens da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e da Rodovia Anhanguera (SP-330), as quais impactaram diretamente em sua evolução populacional nas décadas passadas e ainda hoje no que se refere a sua economia.

Sua população no ano de 2020 somava 308.482 habitantes (IBGE, 2021a); apresentando taxa de urbanização de 97,71% (SEADE, 2021a). O PIB per capita do município no ano de 2018 era R\$43.440,26, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 correspondia a 0,775 (IBGE, 2021a).

METODOLOGIA E CAMINHO DA ANÁLISE

O presente artigo tem por objetivo analisar as informações disponíveis sobre conselhos municipais de políticas públicas nas páginas oficiais das prefeituras dos municípios de Americana e de Limeira, visitadas no mês de julho de 2021. Para tal propósito, o percurso metodológico utilizado foi dividido em duas etapas.

A primeira diz respeito à realização de um diagnóstico de acesso às páginas oficiais das prefeituras nas quais estão hospedadas as informações dos conselhos, analisando se existem, quais as dificuldades para acesso e localização das informações, e a disposição dos elementos dos sites, partindo do princípio que os mesmos devem apresentar fácil navegação e comunicabilidade para atender razoavelmente a todos os públicos.

O segundo momento de análise refere-se ao conteúdo desses endereços eletrônicos: quais são as informações e materiais disponíveis para consulta? Atentou-se, nesta avaliação, à presença das informações consideradas minimamente necessárias para se entender o funcionamento dos conselhos: contato (telefone e/ou e-mail), endereço (físico ou virtual), atribuições legais, composição e membros, pautas e calendário de reuniões.

PUBLICIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS CONSELHOS

Adentrando na análise, percebe-se que o município de Limeira possui maior número de conselhos publicizados⁴ em comparação ao município de Americana: 25 e 15, respectivamente. Após inspeção dos documentos, constatou-se que dentre os 25 conselhos de Limeira, 12 se encontram ativos (com atas e registros do ano de 2020, pelo menos); 10 inativos (sem documentos disponíveis para consulta); e 03 podem ser classificados como “indefinidos” (os quais possuíam documentos, mas datados de dois anos atrás, não possuindo elementos passíveis de análise).

O panorama dos conselhos do município de Americana mostrou-se proporcionalmente melhor. No universo de 15 conselhos disponíveis para consulta, concluiu-se que 11 deles estão ativos, com encontros ocorrendo regularmente no ano de 2021, inclusive, e somente 04 com status de “indefinidos”, uma vez que os mesmos não dispõem de documentos atualizados no site da prefeitura.

No caso do município de Limeira, a página dos conselhos é pouco transparente e de difícil acesso, não havendo referência direta a ela na página inicial da prefeitura, somente dentro da seção da Ouvidoria do Município. Neste espaço, a nomenclatura utilizada é “Conselhos de Políticas Públicas” e não “Conselhos Municipais”, o que pode interferir na busca do visitante não familiarizado com a administração pública e suas terminologias.

Ao encontrar a referida página, o cidadão se depara com uma informação dúbia: duas relações de conselhos, divididas por períodos. A primeira apresenta uma lista de 34 conselhos que foram atualizados até a data de outubro de 2019; mas, deste total, somente 04 receberam atualizações até 2019, e somente 01 até 2018; nos outros 29, as últimas atualizações são datadas do ano de 2017. O modo de acesso a estas informações não é intuitivo: além de não haver separação por ordem alfabética ou por assunto, seus arquivos, quando existem, estão hospedados em um serviço de armazenamento online do Google.

A outra relação dos conselhos municipais, que possui informações a partir do mês de outubro de 2019, é ligeiramente mais organizada e suas informações estão hospedadas diretamente no site da prefeitura. Não há nenhuma elucidação quanto a isso, mas, a partir da observação das datas, presume-se que esta é a página principal para a consulta de informações sobre os conselhos municipais de Limeira (Figura 1).

Na lista de 25 conselhos desta seção, misturam-se os inativos com os aparentemente ativos. Ao acessá-los, faltam informações a respeito de sua situação institucional (se o mesmo está em vigor), bem como seus respectivos endereços, contatos, atribuições legais, objetivos, datas de reuniões futuras e pautas de encontros recentes. A ordem de exibição não respeita nem mesmo a sequência alfabética. Em suma, trata-se de uma página com graves problemas de inteligibilidade e transparência, uma vez que sua navegação não é fácil e simples, e lhe faltam informações básicas. Por fim, não é mencionado que a totalidade dos conselhos existentes não se encontra disponível, nem as razões para tal (Figura 2).

⁴ Ressalta-se que o número de conselhos em cada município é superior ao de publicizados nos sites de que tratam este estudo, conforme pode ser verificado em consulta às leis disponíveis nos sites das respectivas Câmaras Municipais. Tal verificação foi realizada com o intuito de analisar a condição de transparência das páginas dos conselhos, pois a ausência de indicativo no ambiente dos conselhos sobre a existência dessas instâncias e dos motivos da não disponibilização, inviabilizam o acompanhamento das ações (caso ocorram) e a mobilização para efetiva instalação, composição e atuação, em caso da necessidade desses atos, renegando-os a um caráter de mera formalidade, porém não compõe o objetivo deste artigo averiguar as razões de tal fato.

Figura 1 - Página dos conselhos municipais de Limeira/SP, a qual possui dois acessos: uma lista de conselhos não atualizados, e outra que se deduziu ser a atual.

CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RELAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

COMPARTILHAR 0 TWEETAR IMPRIMIR

- LOGIN NETCONSELHOS

- DOCUMENTOS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2019

- DOCUMENTOS ATÉ OUTUBRO DE 2019 (abaixo)

TÍTULO	ÚLTIMA MODIFICAÇÃO
CMDM - CONSELHO MUNICIPAL DOS INTERESSES DO CI...	17/06/2019 Prefeitura de Limeira
COMISSÃO DE GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO E REC...	17/06/2019 Prefeitura de Limeira
CONDEPHALI - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio...	17/06/2019 Prefeitura de Limeira
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCI...	25/05/2017 Prefeitura de Limeira
Conselho Diretor do Fundo Municipal de Gestão Urbana - FU...	18/04/2019 Prefeitura de Limeira
CONSELHO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MU...	25/05/2017 Prefeitura de Limeira
CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS, vinculado a Secret...	25/05/2017 Prefeitura de Limeira

MENU NAVEGAÇÃO

- PÁGINA INICIAL
- A OUVIDORIA
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
- CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL
- CARTA DE SERVIÇOS
- CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- FALE COM A OUVIDORIA
- ACESSO A INFORMAÇÃO
- ACESSE O 156

Fonte: Reprodução PML (2021).

Figura 2 - Página do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Limeira/SP e suas respectivas informações disponibilizadas.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

<< Voltar

Ata(s) de Reunião

- Ata da 47ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 48ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 49ª Reunião Ordinária do COMDEMA
- Ata da 5ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 50ª Reunião Ordinária do COMDEMA
- Ata da 10ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 51ª Reunião Ordinária do COMDEMA
- Ata da 11ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 12ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata da 52ª Reunião Ordinária - COMDEMA
- Ata da 13ª Reunião Extraordinária do COMDEMA
- Ata 14ª Reunião Extraordinária COMDEMA
- Ata 15ª Reunião Extraordinária COMDEMA
- Ata 53ª Reunião Ordinária COMDEMA
- Ata 55ª Reunião Ordinária COMDEMA
- Ata 56ª Reunião Ordinária COMDEMA
- Ata 57ª Reunião Ordinária COMDEMA
- Ata 58ª COMDEMA
- Ata 59ª COMDEMA
- Ata 60ª COMDEMA
- Ata 61ª COMDEMA

Fonte: Reprodução PML (2021).

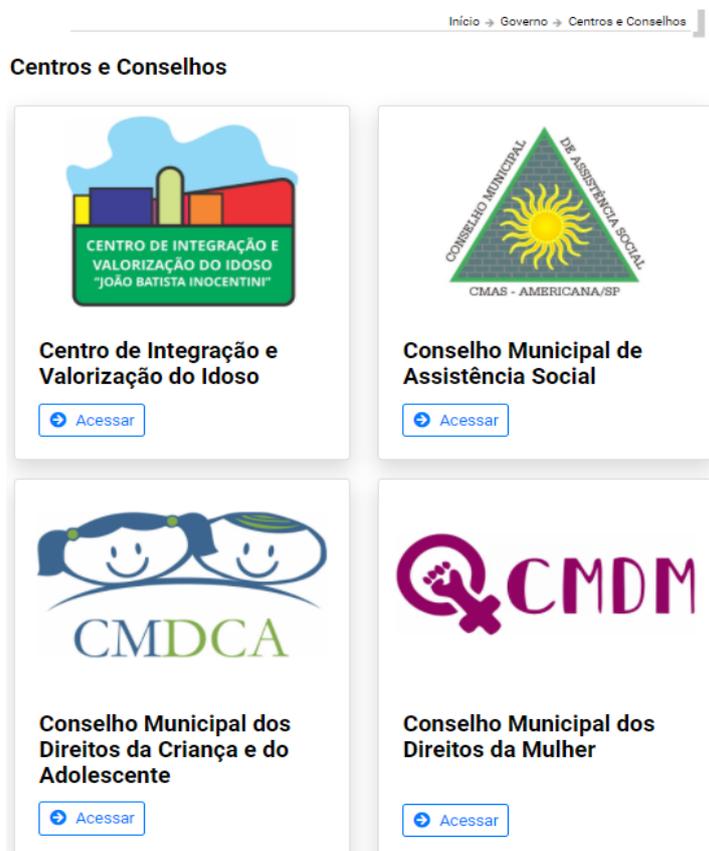
Outro elemento que aponta para a falta de interesse e transparência são, além da ausência de padronização das informações, o fato de muitos conselhos (13, mais especificamente) não serem abastecidos ou não apresentarem nenhum documento, número maior do que os 12 conselhos que estão atualizados.

Destaca-se que dentre esses 25 conselhos existe o “Conselho Municipal de Transparência e Controle Social”, o qual tem como objetivo justamente “elaborar e deliberar sobre políticas públicas de promoção da transparência e controle social na Administração Pública com o objetivo de melhorar a eficiência administrativa” e “zelar pela garantia ao acesso dos cidadãos aos dados e informações de interesse público, informando ao Poder Público quando tal acesso for desrespeitado” (LIMEIRA, 2019). Portanto, dentro de seu arcabouço institucional, o município dispõe de um espaço para promover a publicidade e transparência de suas atividades, mas observa-se que, para os conselhos, seu propósito não é plenamente efetivado. O mesmo não executa nem o que se propõe a fazer para a prefeitura: apresentar seus dados e informações completos e de forma objetiva, uma vez que em sua página faltam informações básicas tais como meio para contato, atas e calendários de reuniões. O episódio é bastante sintomático e representativo com o que se observou para o endereço digital de Limeira como um todo.

Alterando a análise para a Prefeitura Municipal de Americana, constata-se que o acesso à página dos Centros e Conselhos do município é relativamente fácil, uma vez que se encontra no menu de assuntos da página principal do site, e, ao acessar, o usuário é imediatamente redirecionado para o endereço que dispõe os conselhos. Nesta página, o cidadão encontra o nome do conselho municipal e seu logo, facilitando a identificação e a navegação (Figura 3).

Ao selecionar um dos conselhos, o visitante é direcionado para página que detém informações básicas como endereço físico, contato via telefone e e-mail, pautas das reuniões atualizadas, calendário com reuniões futuras, horários de encontro, legislação, composição, além de outras informações particulares de acordo com as especificidades de cada espaço de participação (Figura 4).

Figura 3 - Página dos Conselhos Municipais de Americana/SP, facilmente encontrada ao se navegar pelo endereço eletrônico da prefeitura, e de navegação facilitada pelos seus recursos visuais e estruturados.



Fonte: Reprodução PMA (2021).

Figura 4 - Página do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Americana/SP e suas respectivas informações disponibilizadas.

Início → Governo → Centros e Conselhos → CMEA

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente



Endereço
Rua Florindo Cibir, 435 Jd. São Paulo

Telefone (19) 3471-7770

E-mail
meioambiente@americana.sp.gov.br

[Quem somos](#) [Competências](#) [Composição](#) [Reuniões](#) [Publicações](#)

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, foi instituído pela Lei nº 1.845/1982, alterado pelas Leis nº 1.924/1984 e nº 1.956/1984, sendo revogada pela Lei nº 2.307/1989.

Foi reestruturado no ano de 2000, pela Lei nº 3.393/2000 e alterado pela Lei nº 4.752/2008, sendo revogada pela lei nº 5.613/2014.

Foi reestruturado no ano de 2014, pela Lei nº 5.613/2014 e alterado pelas Leis nº 6.083/2017 e nº 6.285/2019.

O Conselho é composto por 18 membros titulares e respectivos suplentes, sendo 9 representantes do Poder Público e 9 representantes da Sociedade Civil.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, é órgão deliberativo, no âmbito de sua competência, e consultivo e de assessoramento à Prefeitura Municipal de Americana, em questões ligadas à preservação do meio ambiente e de proteção ecológica.

O Conselho se reúne ordinariamente 1 (uma) vez por mês, ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou através deste, por solicitação da maioria de seus membros.

Fonte: Reprodução PMA (2021).

Observa-se a página em questão organizada, razoavelmente atualizada, intuitiva e de fácil navegação; entretanto, destacam-se ao menos duas críticas quanto à plataforma: a primeira diz respeito a nem todos os conselhos apresentarem as mesmas informações disponíveis. Como exemplo, é comum navegar por páginas que informam a agenda de reuniões até o final do ano, enquanto que outras não. O mesmo ocorre para as abas de apresentação dos conselhos (“Quem Somos”) (Figura 4) e de composição dos membros.

A segunda situa-se no fato de que o site não disponibiliza a totalidade dos conselhos, o que gera incertezas também quanto às demais informações disponíveis. Por ocasião da pesquisa, identificamos através do site da Câmara Municipal que há diversos outros conselhos criados, tais como o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo de Americana, o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade de Etnias no âmbito do Município de Americana, entre outros. Em virtude da interface organizada e intuitiva da página dos conselhos, essa ausência pode mesmo não ser notada.

Apesar desta constatação, reitera-se que o material disponibilizado no site é apresentado de maneira razoável, com notória facilidade de navegação e de acesso às informações. A apresentação de dados básicos como endereço, contato, atribuições, e calendários de reuniões, como é feito com a maioria dos conselhos de Americana, pode contribuir para uma maior apropriação dos conselhos pela população.

APROXIMAÇÕES DA LITERATURA COM O ESTUDO DE CASO

A análise dos conselhos de Americana e Limeira mostra dois municípios que, apesar das semelhanças, inclusive de agenda política, lidam com a exposição das ferramentas de participação popular de modos consideravelmente distintos, e assumem algumas características abordadas pelo artigo e encontradas na literatura do tema.

No endereço eletrônico do município de Limeira, o visitante se depara com algumas dificuldades iniciais, como a página dos conselhos não ser divulgada em destaque pela prefeitura, e, quando a mesma é localizada, dentro da página da Ouvidoria Municipal, encontra-se a necessidade de realizar uma inferência para deduzir quais das duas opções apresentadas corresponde à página definitiva dos conselhos.

Superados os percalços, constata-se a ausência de informações para mais da metade dos conselhos disponibilizados para consulta: dos 25 totais, 13 estão desatualizados ou não possuem nenhum documento para acesso da população. Nos 12 restantes, também faltam dados, organização e uma plataforma que seja mais intuitiva e de fácil navegação. Desta forma, deduz-se que o município não empenha a devida atenção ao tema da divulgação dos conselhos municipais, representando na prática a afirmação de Jardim (1999) sobre o Estado brasileiro - identificado neste caso pela Prefeitura de Limeira - apresentar mais opacidades do que transparências no que se refere à gestão pública. Esta ausência de informações, além de desrespeitar os princípios da administração pública, desencorajam a população a se informar e eventualmente participar do processo político.

O município limítrofe, Americana, apesar de algumas carências, apresenta as informações de modo satisfatório, em um site com certa padronização de dados, no qual há acessibilidade para os cidadãos que não estão familiarizados com a internet e com as terminologias da gestão pública. As críticas cabíveis, portanto, apresentam-se no sentido da ampliação da transparência observada em sua página, uma vez que esta etapa é essencial para o estabelecimento de relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade civil, e conseqüentemente, para a possibilidade de consolidação de ambientes que promovam o fortalecimento da democracia direta, aproximem a população da política, e as instâncias decisórias das demandas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto da existência de direitos legítimos cujo acesso é negado à população, consideramos que os conselhos municipais, enquanto importantes instrumentos da democratização e da descentralização da gestão municipal, devem atuar de modo a incorporar as reivindicações locais a partir da mobilização social. Por outro lado, a tradição de opacidade perpetuada pelas estruturas estatais quanto à publicação de informações relevantes para a sociedade civil amplia o distanciamento entre o Estado e a população, no sentido contrário à concretização da participação social.

Na atual conjuntura social do Brasil, a publicidade, a transparência e a divulgação ativa dos conselhos municipais assumem uma importância ainda mais significativa em razão da piora dos indicadores sociais observada nos últimos anos, e especialmente no período da pandemia da Covid-19. A segurança alimentar é representativa nesse caso, já que dados do ano de 2020 mostram que mais de 125,6 milhões de pessoas apresentaram algum tipo de incerteza quanto ao acesso à alimentação ou não se alimentaram como deveriam no decorrer da pandemia, o que representa 55,2% da população brasileira. Os conselhos que tratam da temática podem contribuir para a mobilização e para a análise qualificada de temas de tal sensibilidade a partir do compartilhamento dos conhecimentos empíricos da população que eventualmente a gestão pública e seu corpo burocrático não dispõem, uma vez que a insegurança alimentar é oriunda de diversas outras violações e vulnerabilidades, e representam o cenário de crescimento do número de pessoas vivendo na linha da pobreza e extrema pobreza, e do aprofundamento da desigualdade no país.

Similarmente, houve uma explosão de casos de violência doméstica contra a mulher no período marcado pela pandemia no Brasil. Durante o ano de 2020, segundo a Secretaria de Segurança Pública, a violência apresentou

crescimento de cerca de 555% no estado de São Paulo. No interior, onde se situam os municípios objetos deste estudo, o número de vítimas foi 44,4% maior em 2020 em comparação com o ido de 2019 (DAMASCENO; PAGNAN, 2021). Os Conselhos de Direitos da Mulher, nesse sentido, representam espaços de intervenção sobre essa realidade que atinge mulheres diariamente no país, com potencial de atrair e engajar a população ao assunto, de modo a contribuir para formulação de políticas públicas capazes de conscientizar e reduzir os casos na escala municipal. Trata-se, portanto, da participação popular como possibilidade de alteração das condições locais, e também como modo de inserir os cidadãos como protagonistas políticos.

Realizando um paralelo com os municípios objetos de análise, observa-se que Americana e Limeira possuem conselhos referentes à segurança alimentar e aos direitos da mulher. Entretanto, nos dois casos, os conselhos de segurança alimentar apresentam lapsos informacionais no que tange a disponibilização de pautas, calendários e de encontros recentes. Quando analisados os conselhos de direito da mulher, os municípios dispõem de mais informações em suas páginas, mas Americana se destaca pela atualidade e pela quantidade das informações sobre a atuação do conselho, o que não pode ser verificado no caso de Limeira, tendo em vista que as últimas informações publicadas datam do mês de outubro de 2020. Em um momento em que tais questões se tornam ainda mais intensificadas, os problemas encontrados na divulgação das informações dos conselhos de ambos os municípios se impõem como limites ao envolvimento da população e ao tratamento democrático destas problemáticas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nilo Lima de, CAMPOS, Mauro Macedo, LIRA, Rodrigo Anido. Por que os conselhos não funcionam? Entraves federativos para a participação popular no Brasil. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 13(2), pp. 439-461, 2020.

CANELA, Guilherme e NASCIMENTO, Solano. Acesso à informação e controle social das políticas públicas; coordenado por Guilherme Canela e Solano Nascimento. Brasília, DF: **ANDI**; Artigo 19, 2009.

CARVALHO, Juvenilda; CASTRO, Rocio; REGO, Vinícius; MASSOQUETTE, Bernadete B. Conselhos municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local. **In: Enanpad, 23. Anais**. Foz do Iguaçu, 1999.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (co-ord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DAMASCENO, Victoria; PAGNAN, Rogério. Explosão de violência doméstica durante pandemia faz PM de SP implantar Patrulha Maria da Penha. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 2021. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/explosao-de-violencia-domestica-durante-pandemia-faz-pm-de-sp-implantar-patrolha-maria-da-penha.shtml> > Acesso em: 19 jul. 2021.

FARRANHA, Ana Claudia. Mecanismos para a construção da transparência: uma breve análise do caminho entre a democracia representativa e a democracia digital. **In: PINHO, J.A.G., ed. Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia** [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 17-35, 2016.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas: Americana. **SEADE**, 2021. Disponível em: < <https://perfil.seade.gov.br/#> > Acesso em: 18 jul. 2021.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas: Limeira. **SEADE**, 2021a. Disponível em: < <https://perfil.seade.gov.br/#> > Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e Estados: Americana. **IBGE**,

2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/americana/panorama> > Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e Estados: Limeira. **IBGE, 2021a**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/limeira.html> > Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Perfil dos municípios brasileiros: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: **IBGE, 2020**. 90 p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf> >. Acesso em: 18 jul. 2021.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Editora da Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 1999.

MACHADO, Livia Neto. Publicização, Acesso à informação, Transparência e Accountability na Era da Governança Digital. **Anais... III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas: Democracia no Século XXI e Os Desafios Para A Gestão Pública: ST.4 Políticas de governança digital e ação pública**, Natal, v. 3, n. 3, p. 0741-0748, 27 ago. 2019.

MALIN, Ana Maria Barcellos; FREITAS, Christiana Soares Soares de. Estado e gestão pública no Brasil: tensões e avanços dos regimes digitais de informação. **Revista NAU SOCIAL**, vol. 9; n. 17, 2018.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Educação política - uma experiência com o Orçamento Participativo**. Campinas: Alínea Editora, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. Centros e Conselhos. **PMA, 2021**. Disponível em: < https://www.americana.sp.gov.br/americanaV6_index.php?it=21&a=conselhos > Acesso em: 03 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. Conselhos de Políticas Públicas. **PML, 2021**. Disponível em: < <https://serv42.limeira.sp.gov.br/netConselhos/listaConselhos/> > Acesso em: 03 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. Lei nº 6.176 de 1º de Abril de 2019. Organiza a Política Municipal de Transparência e Controle Social e cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social e outras providências. **Jornal Oficial do Município de Limeira**, Limeira, SP, 02 abr. 2019. Disponível em: < <http://consulta.limeira.sp.leg.br/Normas/Exibir/190198> > Acesso em: 20 jul. 2021.

ROMÃO, Wagner. Conselheiros do Orçamento Participativo nas franjas da sociedade política. **Lua Nova**, São Paulo, 84: pp. 353-364, 2011.

SANTOS, Christiane Luiza; SANTOS, Paloma Maria; PESSALI, Huascar Fialho; ROVER, Aires José. Os conselhos de saúde e a publicização dos instrumentos de gestão do SUS: uma análise dos portais das capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva - Revista da Associação Brasileira de Saúde Pública**, 25(11):4389-4399, 2020. Disponível em: < <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/os-conselhos-de-saude-e-a-publicizacao-dos-instrumentos-de-gestao-do-sus-uma-analise-dos-portais-das-capitais-brasileiras/17211?id=17211> >. Acesso em: 16 jul. 2021.

SANTOS, Matheus Henrique de Souza; TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. Os conselhos municipais de políticas públicas como canais de participação social: entraves e avanços. **Espacios Públicos**, v. 1, p. 139-158, 2019. Disponível em: < <http://politicas.uaemex.mx/espaciospublicos/eppdfs/N54-8.pdf> >. Acesso em: 19 jul. 2021.

SYNCHRONIZING SOCIO-CLIMATIC IMPACTS IN SPATIO-TEMPORAL ANALYSES OF DROUGHT VULNERABILITY: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR DATA PRODUCTION¹

Luiz Gustavo Lovato²; Jurandir Zullo Junior.³

DOI: <https://orcid.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.15794>

Keywords

Methodology
Digital tools
Citizen science
Participatory research

Palavras-chave

Metodologia
Ferramentas digitais
Ciência cidadã
Pesquisa participante

Palabras clave

Metodología
Herramientas digitales
Ciencia ciudadana
Investigación participativa

ABSTRACT

Records have shown that the frequency of the occurrence of extreme climatic and weather events has increased in recent years. Climate change has contributed to this increase, and models project a very likely intensification of the frequency and magnitude of these events. Brazil is home to one of the most populous semi-arid regions on the planet, which historically faces periods of drought. In the wake of this, the research efforts focused on the analysis of drought risks and hazards of water scarcity are notable, as well as on the disclosure of vulnerability factors in the face of adverse events related to climate change. However, the collection of social, economic, and demographic data depends on census surveys that are sometimes not able to express the spatiotemporal and multilevel heterogeneity of vulnerability, as well as the speed of social, political, and cultural transitions influenced by extreme events that are increasingly frequent and intense. This article seeks to discuss the challenges for data production, especially those involving the human dimension of risks and vulnerabilities to drought, and to bring perspectives on emerging techniques for data production and collection that seek practical, economic, and scientific efficiency.

RESUMO

SINCRONIZANDO IMPACTOS SOCIOCLIMÁTICOS EM ANÁLISES ESPAÇO- TEMPORAIS DE VULNERABILIDADE À SECA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS

Os registros de ocorrência de eventos climáticos e meteorológicos extremos vêm aumentando nos últimos anos. As mudanças do clima têm contribuído para esse aumento e os modelos projetam uma muito provável intensificação da frequência e magnitude desses eventos. O Brasil abriga uma das regiões semiáridas mais populosas do planeta, que historicamente convive com períodos de seca. À reboque disso, são notáveis os esforços de pesquisa focados na análise de riscos de seca e ameaças de escassez hídrica, bem como, na evidência de fatores de vulnerabilidade frente a eventos adversos relacionados com as mudanças climáticas. Entretanto, a coleta de dados sociais, econômicos e demográficos fica à mercê de levantamentos censitários que, por vezes, não são capazes de expressar a heterogeneidade espaço-temporal e multinível da vulnerabilidade, bem como, a velocidade com que acontecem transições sociais, políticas e culturais influenciadas por eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos. Esse artigo busca discutir os desafios para a produção de dados, sobretudo aqueles envoltos à dimensão humana dos riscos e vulnerabilidades à seca, e trazer perspectivas de técnicas emergentes para produção e coleta de dados que busquem eficiência prática, econômica e científica.

RESUMEN

SINCRONIZANDO IMPACTOS SOCIOCLIMÁTICOS EN ANÁLISIS ESPACIO-TEMPORALES DE VULNERABILIDAD A LA SEQUÍA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA PRODUCCIÓN DE DATOS

Los registros de la ocurrencia de fenómenos climáticos y meteorológicos extremos han aumentado en los últimos años. El cambio climático ha contribuido a este incremento y los modelos proyectan una muy probable intensificación de la frecuencia y magnitud de estos eventos. Brasil es el hogar de la región semiárida más poblada del planeta, que históricamente coexiste con períodos de sequía. A raíz de esto, se destacan los esfuerzos de investigación enfocados en el análisis de riesgos de sequía y amenazas de escasez de agua, así como en la evidencia de factores de vulnerabilidad ante eventos adversos relacionados con el cambio climático. Sin embargo, la recopilación de datos sociales, económicos y demográficos depende de encuestas censales que, por veces, no logran expresar la heterogeneidad espacio-temporal y multinivel de la vulnerabilidad, así como la rapidez con que ocurren transiciones sociales, políticas y culturales influenciadas por eventos extremos cada vez más frequentes e intensos. Este artículo busca discutir los desafíos para la producción de datos, especialmente aquellos que involucran la dimensión humana de los riesgos y vulnerabilidades a la sequía, y traer perspectivas sobre técnicas emergentes para la producción y recolección de datos que buscan la eficiencia práctica, económica y científica.

¹ A first version of this article was presented at Work Group 08 – Challenges and perspectives for production of socio-environmental data related to global climate change in X ANPPAS National Meeting (Brazil), which happened from 5-8 October 2021 in virtual model.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (IFCH/NEPAM/UNICAMP). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0409-8848>. E-mail: luizglovato@gmail.com

³ Pesquisador do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI/UNICAMP). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1929-2440>. E-mail: thaisjoimartins@gmail.com

INTRODUCTION

Drought is a climatic phenomenon that can be considered an extreme event and is characterized by long periods (from months to years) in which the observed rainfall regime is below the expected average for a certain location (MARENGO; TORRES; ALVES, 2017; REBOITA *et al.*, 2016). Between 2011 and 2019, all regions of Brazil, with the exception of the southern region, faced severe droughts, which produced considerable social, economic, and environmental impacts. For this period, the São Francisco River Basin - the most important in the northeast region of Brazil - at the point of the Sobradinho reservoir, between the states of Bahia and Pernambuco, presented a 44% reduction in its flow in relation to its historical average, reaching only 1% of the reservoir's capacity in 2015. The water scarcity generated by these long periods affects agricultural crops and animal husbandry since the soils no longer retain water (edaphic drought) and the water mirrors evaporate, making unfeasible food production, domestic use, and human consumption of water (CAMPOS, 1997). Between 2012 and 2017, around 6 million small farmers faced a loss of productivity, income constraints and, in some cases, worrying conditions of food insecurity (CUNHA *et al.*, 2019). But it is not only the Brazilian semi-arid region that experiences these extremes. In 2014, the southeast region of Brazil experienced almost 50% less rain than the expected average, which resulted in serious water and energy crises that affected around 8.8 million inhabitants of the state of São Paulo (GIULIO *et al.*, 2019).

In the context of discussions and analyses on risks and vulnerabilities to drought in the Brazilian semi-arid region and other regions of the globe susceptible to events characterized by water scarcity, greater emphasis is given to the explanation of the phenomenon's spatiotemporal dynamics through biophysical variables (temperature, precipitation and evapotranspiration, for example) than socioeconomic, political or cultural variables and subjective considerations inherent to those who live and sometimes suffer from drought events or other adversities (ENENKEL *et al.*, 2020; ERIKSEN *et al.*, 2021; MARANDOLA JUNIOR; HOGAN, 2005). This is due to the greater availability of data generated constantly (days or weeks), such as those produced by remote sensors (orbitals and radars). These tools provide information on the condition of vegetation (modified or native) from indices based on the reflectance of the targets: temperature, rainfall and evapotranspiration data, as well as data on land use change, deforestation, fire spots and expansion of agricultural area (DE OLIVEIRA-JÚNIOR *et al.*, 2021; MARIANO *et al.*, 2018; MUTTI *et al.*, 2019; ZERI *et al.*, 2018). These variables act, first, as a way of showing the occurrence of the phenomenon and, second, as direct and indirect indicators, which help to explain environmental changes, depending on the spatial level which is the focus of the analysis.

Something similar happens when the social vulnerability is analyzed. In general, it starts with variables available in government databases (country, state or municipality), which sometimes prevent a more fragmented view of heterogeneities that influence the way each individual, family nucleus or community mobilizes personal and collective assets to face adverse events that emerge in severe droughts (ALVES MENEZES *et al.*, 2021; MARANDOLA JUNIOR; D'ANTONA, 2014; VIEIRA *et al.*, 2020). In Brazil, demographic and agricultural censuses take place every ten years, and budget restrictions deliberated by the federal executive branch have compromised and delayed their achievements. (JORNAL DA USP, 2021). On the other hand, the National Household Sample Survey (Continuous PNAD), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), contributes to a general diagnosis of the population's socioeconomic conditions at the municipality level with greater frequency - monthly, quarterly and annually - but with a lower level of detail (IBGE, 2021). Added to this are the restrictions imposed by the COVID-19 pandemic, which resulted in the postponement of field data collection and any other form of research involving physical contact and imminent risk of dissemination of the coronavirus (NEDEL OLIVEIRA, 2021).

However, as highlighted by Dobkowitz *et al.* (2020), very often, the variables involved in the vulnerability analysis are risk-dependent, that is, what indicates the vulnerability (sensitivity, exposure and adaptive capacity) of an individual, family or community, depends on the risk-threat faced. The recognition that the vulnerability-risk binomial is relational and situational raises some questions. Are these risks climatic and environmental and therefore "natural"? Or are these risks constructed by the model of society in which we live?

Thus, it is an unavoidable move "to put the human back into the drought equation", as proposed by Enenkel *et al.* (2020, p. 1) so that the environmental, social, economic and demographic impacts generated by extreme events are subject to monitoring and evaluation according to local specificities and with a frequency that allows the identification of factors that influence vulnerability to drought in the short, medium and long terms.

Based on this, this article aims to discuss methodologies and data collection techniques that complement the “flyover view” (SOUZA, 2016, p. 150), commonly used in vulnerability analysis, adding an insider, inclusive and comprehensive perspective. An exploratory approach was used based on a non-systematic review of studies available on the Scopus database until July 2021. The papers found in this search which are related to alternative techniques for data generation as digital tools, citizen science and participatory research were selected for analysis.

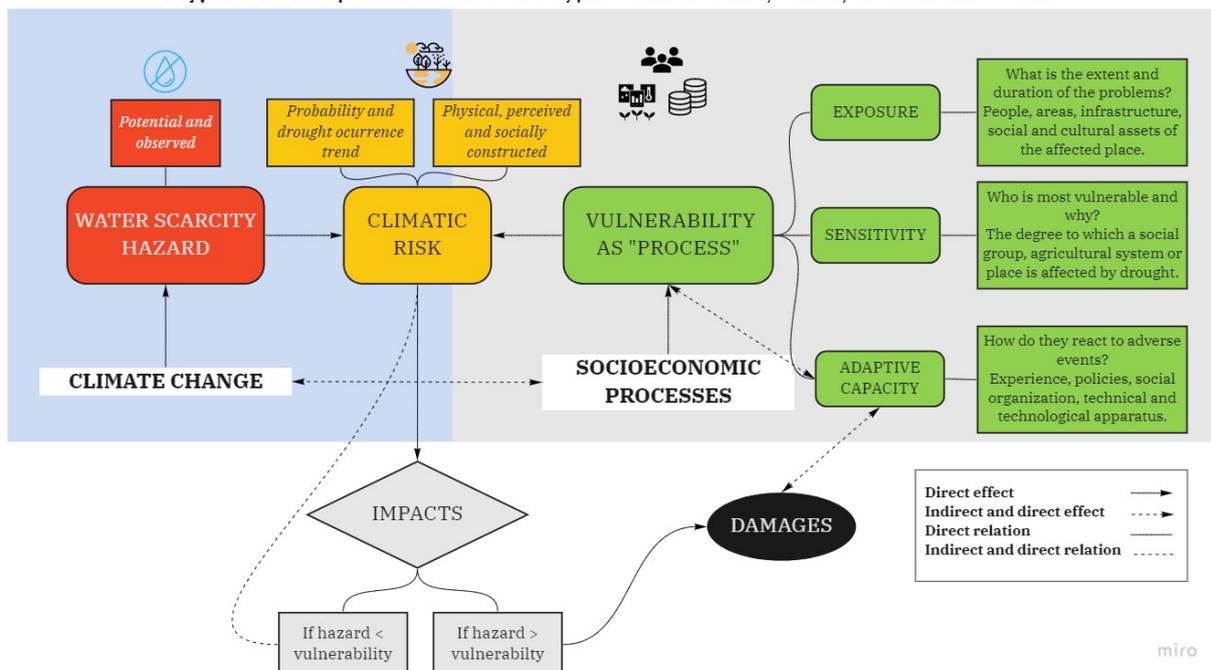
In addition to this introductory section (1), the theoretical overview, concepts and challenges inherent in spatiotemporal and multilevel analyses of vulnerability to drought are described (2); then, research techniques and methodologies that aim to resolve the challenges imposed on the production and collection of data are presented (3); these research results are discussed (4); and considered in the last section (5).

DROUGHT VULNERABILITY: CONCEPTS IN SPACE AND TIME

The concept of vulnerability is polysemic and operationalized in a multi and interdisciplinary way. The evolution of the epistemological, ontological and methodological debate, as well as the political implications around vulnerability analyses in the socio-environmental scope is very well documented in previous works (ADGER, 2006; JURGILEVICH *et al.*, 2017; MARANDOLA JUNIOR.; HOGAN, 2005; MILLER *et al.*, 2010). Thus, in this section, the definitions considered in this article for risk, hazard, vulnerability and their determinants (exposure, sensitivity and adaptive capacity) will be presented. Furthermore, some theoretical models for the operationalization of vulnerability analyses that aim to contemplate the multidimensional, multiscale and multilevel aspects are explored.

By taking an analytical approach that proposes to be flexible and heuristic, something quite reasonable in times of “reflexive modernity” (BECK, 2010), to explain hybrid and multifaceted risks, it starts from the assumption of the inextricable interrelationship between environment and society. There is, therefore, an attempt to apprehend structural processes that accentuate inequalities and conditions of access to resources that would potentially reduce conditions of vulnerability. From this intertwining of interactions of biophysical, socioeconomic and experiential factors derives the recognition that the same drought event can cause different impacts depending on the degree of vulnerability of an individual, group or population over months, harvests or years.

Figure 1- Proposition of a drought vulnerability analytical framework.



Source: Prepared by authors based on IPCC (2014), Iwama et al. (2016), Marandola Jr. & Hogan (2009).

CLIMATIC RISK

Risk is considered here as a hybrid concept embedded in uncertainty. First, as the probability of occurrence of a climatic phenomenon that can be observed, evidenced in time series according to its variability, that has its known physical process and potential damage to the production of agricultural crops, for example, foreseen and measurable, as it is the case of drought events (IWAMA *et al.*, 2016; UN-ISDR, 2009).

However, in a socio-environmental context, especially in agricultural systems, the biotic and abiotic properties of the place are overlapped by social, economic and demographic dynamics, permeated by intentions, conflicts of interest and different world views. Thus, it can be considered that risk can also be produced, as a reflection of modernity and technical-scientific advances (BECK, 2010). An example of a contextual adaptation strategy is the irrigation projects in the Brazilian semiarid region, which, while reducing socio-climatic vulnerability to drought periods, accentuate the unequal distribution of risks, reinforcing asymmetries between irrigators and those who are private of the same conditions of access to water resources (ORTEGA; SOBEL, 2010). In this way, risk can be understood as the product of the interaction between the extreme weather event and the conditions of vulnerability (MARANDOLA JUNIOR., 2014).

WATER SCARCITY HAZARD

The hazard can be considered the materialization of the risk. Hazard is defined as the potential occurrence, as well as the physical impact of a natural or man-made event capable of causing damage to human lives, ecosystems, cultivation areas and the physical infrastructure of a certain place (IPCC, 2014). In the case of extreme drought events – resulting from the absence of rain for long periods, the physical impact is caused by water scarcity, which can lead to the unfeasibility of agricultural crops and food production, the deterioration of the quality of water for human consumption, as well as its rationing, the drop in individual and family income, and the induction of population migration to regions that offer minimal conditions for human welfare restricted in their place of origin by adverse climatic events and an unfavorable social context (BOURONCLE *et al.*, 2017; CORREIA; BARBIERI, 2019; HARVEY *et al.*, 2014; MEZE-HAUSKEN, 2000). When the hazard is greater than the vulnerability, damage is generated, and socio-environmental assets necessary for the reaction, adaptation and transformation of a system are mobilized in order to repair them and, in an optimal situation, create mechanisms to prevent potential new damage. On the other hand, when the hazard is less than the vulnerability (which is a function of sensitivity, exposure and adaptive capacity), the damage is null or reduced; however, the risk is not eliminated.

SOCIOCLIMATIC VULNERABILITY AS A “PROCESS”

Socioclimatic vulnerability is defined as the set of attributes and resources intrinsic to an individual, location, system or population that can be triggered in situations of materialization or potential occurrence of risks and hazards of a climatic and meteorological nature - droughts, floods, storms (AQUINO *et al.*, 2017; CUTTER, 2003; MARANDOLA JUNIOR., 2014). Vulnerability can be operationalized as a function of the magnitude and rate of climate change to which a system is exposed, its sensitivity, and its adaptive capacity (MCCARTHY *et al.*, 2001). The distribution of vulnerability over space and over time depends on social and climatic processes that manifest themselves in a heterogeneous and interdependent manner. Therefore, vulnerability is not only the result of the occurrence of a natural phenomenon or the product of a context induced by human action but also a spatiotemporal process imbricated in the feedback dynamic of natural and anthropic effects that can be beneficial or adverse (IWAMA *et al.*, 2016).

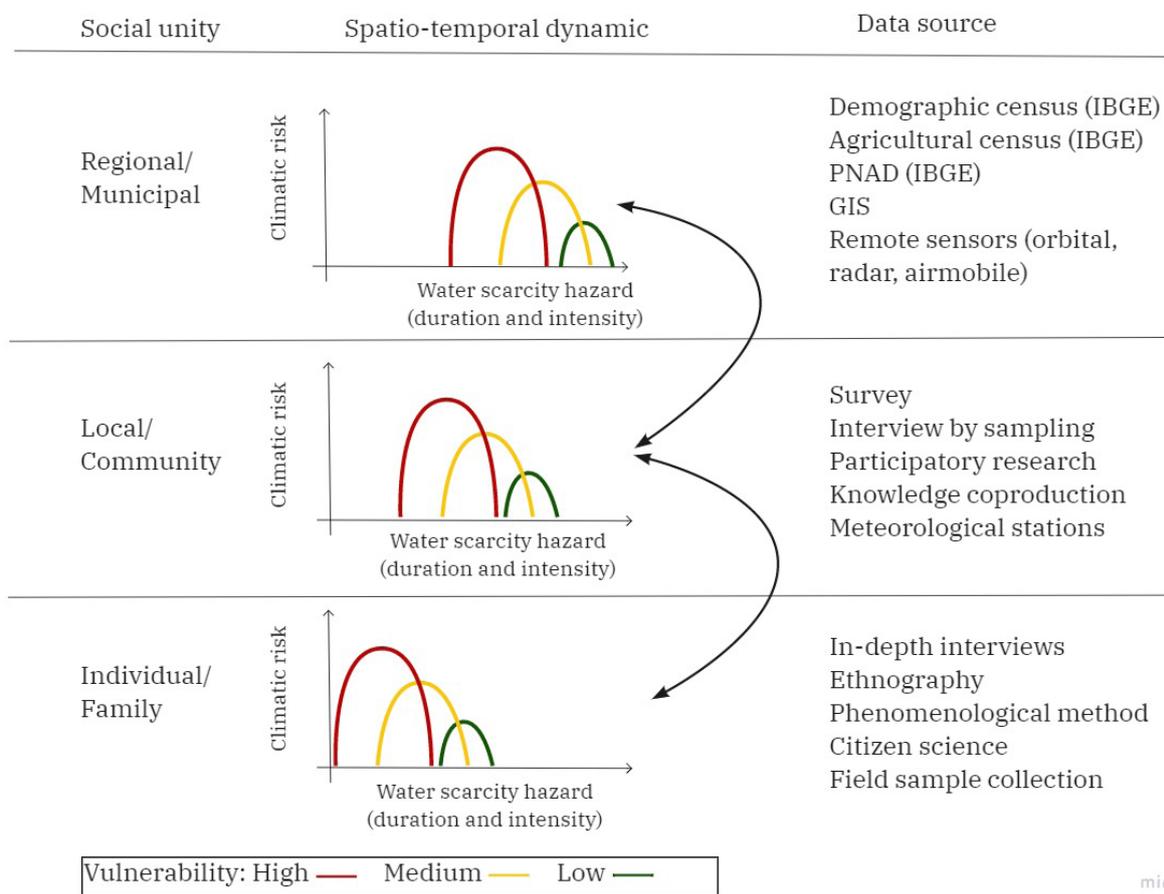
The analytical framework proposed in Figure 1 lists the three determinants of socioclimatic vulnerability: (i) exposure; (ii) sensitivity; and (iii) adaptive capacity. Exposure to drought corresponds to the extent and probability of a site's infrastructure, areas for agricultural crops and sociocultural assets being affected by this extreme event. (IPCC, 2014; MALLARI; EZRA, 2016). This determinant takes into account technical, socio-economic, land use and physical infrastructure (natural and man-made) variables. Sensitivity, on the other hand, seeks to capture the degree to which an agro-ecosystem or population is affected by the occurrence of droughts (O'BRIEN *et al.*, 2004). In the case of climatic risk of drought to agricultural crops, edaphoclimatic (soil and climate), agrometeorological and hydrological variables can operate as sensitivity indicators. Finally, adaptive capacity refers to the factors that determine the ability of a system to adapt to negative externalities,

disruptions and adversities (SMIT; WANDEL, 2006). In general, for this determinant, the aim is to assess the socioeconomic level of the region, the local sociopolitical and institutional organization, and the technical (cultivation practices and adoption of technologies) and economic infrastructure (access to agricultural insurance and investment credit) (HARVEY *et al.*, 2014; PARKER *et al.*, 2019).

SCALES AND LEVELS

Vulnerability as a concept and analytical lens is dynamic in its spatial distribution and its variability over time. Actions aimed at reducing vulnerability can vary and be transmitted along different spatial scales and cause short, medium and long-term effects (MENONI *et al.*, 2012). Likewise, the types of variables and direct and indirect indicators of vulnerability conditions are different depending on the spatial level analyzed and may even overlap in many moments (DOBKOWITZ *et al.*, 2020). However, the driving issue discussed in this article is the “spatial and temporal mismatch” between the climate dynamics over a certain space and for a time inherent to that phenomenon - with increasing potential for damage in a context of climate change - and strategies of risk management adopted by public managers, social groups and individuals in the face of these adverse events (CASH *et al.*, 2006).

Figure 2 - Theoretical models of the spatiotemporal dynamics of climatic risk to drought.



Source: Prepared by authors based on Luers *et al.* (2003), Menoni *et al.* (2012).

Figure 2 illustrates theoretical models that can help design research that considers the spatiotemporal dynamics of climate risks and their possible impacts. In some cases, extreme events affect a very specific area with a small territorial extension. This is the case of the occasional occurrence of strong winds and storms, for example. This does not mean that the impacts caused are irrelevant; on the contrary, it demonstrates that the lens that analyzes vulnerability as a process facing climate risks needs to be multifocal.

Let’s hypothetically think of two regions with similar degrees of vulnerability (institutional and physical infrastructure, social organization and cultural aspects), but one of them tends to be more affected by the

hazard of water scarcity. Drought events affect the hydrological cycle at regional and river basin levels; therefore, a large territorial extension is understood. If we apply a “flyover view”, the variables analyzed at a higher spatial level may indicate that the impact may not have been significant: at first, rainfall below average did not influence the Gross Domestic Product of that municipality or region and the population migration rate was unchanged, indicating that, on average, the disturbance apparently did not harm the region. At the same time, if we consider that this drought lasted for months, some communities located within the affected region may have taken on water rationing strategies or food exchange counters (MESQUITA; WITTMAN; MOTA, 2016). At an individual level and within the household, the rationing of meals, the search of one of the members of the household for income from non-agricultural activities, attempts to obtain special credit for investment in water collection and storage systems, as well as emergency aid, can be some of the short and medium-term strategies that are generally adopted in these situations (HARVEY *et al.*, 2014).

Therefore, from the moment when there is no water in the tap of a house, which can happen in a few weeks, until the worsening of macroeconomic indicators, which can take months, there is a cascade of effects that can be observed quickly and slowly and that feedback. This implies the need to adopt research, monitoring and evaluation methodologies fed by multiple data sources. And, also, data collection techniques that enable the protagonism of localized perspectives, starting from the bottom-up, not only explain what makes them vulnerable but also make it possible to know who is made vulnerable (ERIKSEN *et al.*, 2021; HARAWAY, 1995).

ALTERNATIVES FOR DATA COLLECTION AND PRODUCTION

The year 2020 was marked by the unleashing of a global COVID-19 pandemic with devastating effects on thousands of lives. This catastrophic event, given its magnitude and duration, caused scheduled field data collections to be suspended indefinitely (NEDEL OLIVEIRA, 2021). As if that were not enough, the Demographic Census scheduled to take place in 2020 was cancelled. This act will inevitably cause a vacuum of data regarding the evolution of living conditions of the Brazilian population since 2010 - the year of the last census - and, consequently, will make it difficult to carry out analyses and evaluations of public policies and other adopted strategies in the meantime (JORNAL DA USP, 2021).

From an academic point of view, many research designs that prevised interviews and observations of individuals and groups needed to be remodeled, considering the strict sanitary protocols established to prevent the dissemination of the coronavirus. Focus group executions: structured, semi-structured and open interviews as well as the observation of social dynamics in specific groups have been canceled or adapted to a virtual environment through the use of digital tools. Some tools that had already been used were elevated to the position of the main and only means to ensure the progress of research. Interviews started to be conducted through videoconferencing platforms (Zoom, Google Meet, Skype, etc.). Questionnaires were turned into forms that allow sharing and filling out online (Google Forms, SurveyMonkey, LimeSurvey, among others) (HORST; MILLER, 2012), even ethnographic research could be adapted and carried out with certain groups that interact on widely used social networks (Facebook, WhatsApp, Twitter, etc.) (MALINI, 2016; SEGATA; RIFIOTIS, 2016). Alternatives, therefore, exist. However, scientific rigor and attention to ethical implications must be redoubled in their executions (FRANZKE *et al.*, 2019).

Nevertheless, some methodological and technical limitations need to be considered. The propensity to generate bias with the use of digital tools to collect data from individuals and populations should not be neglected. The conditions of access to a certain model of mobile device, as well as the degree of familiarity of the respondent with the handling of smartphones, computers and specific applications, and even having access to the internet or not, may restrict the representativeness of the data generated through these techniques.

Although limitations and restrictions exist, the amount of variables that can be explored, as well as the frequency with which they can be generated, constitute an enormous potential for scientific work in the human sciences, especially in spatiotemporal analyses of climate risks, the production of these data can help both in identifying vulnerability factors and immediate socio-climatic impacts, as well as in evaluating climate change adaptation strategies at a local level.

Table 1 presents some studies published in the last seven years (2014-2021) in the thematic areas of risks, vulnerabilities and climate change that used methodologies to collect data that were alternative to the usual field surveys, in which the presence of the researcher as an observer or inductor of questions in loco is essential.

Some studies reported here are not directly linked to drought, climate change or other climate-related risks. However, their methodologies can be adapted to research in these areas and inspire the design of others.

Examples of the application of citizen science, an approach that summons the general public to not only participate but also produce scientific practice, can be seen in Daum, Capezzone, Birner (2021); Salvati *et al.* (2021); and Snik *et al.* (2014). In the first two, apps were developed and made available to researchers, assistants and volunteers who started to record, in an autonomous way, data inherent in the respective research problems of the studies. As reported by Salvati *et al.* (2021), the efforts put into the construction of digital forms and apps are large and time-consuming; however, they are rewarded by the quick way in which data is collected, updated and stored. The spread of geographic data collection points is also highlighted as an advantage, as presented by Snik *et al.* (2014), who share authorship of the study with “3187 citizen scientists” who collected data on aerosols using iSPEX spectropolarimeters attached to their smartphones. The territorial coverage opportunity offered by mobile devices is also taken advantage of in a study on heat islands in the city of Seville, Spain. In this study, a temperature sensor and a GPS were installed on a bicycle, which was able to take temperature measurements along a predetermined path (transect) (ROMERO RODRÍGUEZ *et al.*, 2020). Not only temperature measurements can be collected but also qualitative impressions (landscape description) and observation of pedestrian movement under extreme heat, for example.

A close look can also be given to social media. In two studies referenced in Table 1, the researchers used content analysis and semantic information extraction from publications made on Twitter shortly after the occurrence of disasters – a storm and an earthquake – in order to investigate which regions received more attention in the communication of damage by users of the social network and whether, in any way, this information can be used to qualify the magnitude of such extreme events (RESCH; USLÄNDER; HAVAS, 2018; ZHANG; YANG; MOSTAFAVI, 2021). In two other studies carried out in the South Pacific Islands region, the recruitment of respondents and data collection via text messages (SMS – Short Message Service and USSD – Unstructured Supplementary Service Data) were carried out to investigate the perception of specific groups about natural risks and effects of these risks on population migration (WALSHE *et al.*, 2018; ZANDER; GARNETT, 2020).

In studies with a global and regional focus, the use of GIS (Geographic Information System) technologies, as well as data obtained by remote orbital sensors (satellite) and socioeconomic data available in secondary databases, can be combined to investigate poverty and vulnerability of agricultural crops, for example (JEAN *et al.*, 2016; PARKER *et al.*, 2019).

Finally, an alternative to conducting focus groups can be the gathering of research participants in interactive workshops held on video conferencing platforms. This is the case of Dallo and Marti (2021), who carried out a series of workshops via the Zoom platform with volunteer participants, to evaluate applications developed for smartphones that communicate various natural risks (climate, geological, hydrological).

Table 1 - Examples of studies that used alternative tools to collect data on risks and vulnerabilities.

Reference	Risk	Vulnerability of who or what	Tools for data collection	Spatial level / Social Unit	Possible frequency	Data type
SALVATI et al., 2021	Geo-hydrological	Buildings and population present in areas prone to flooding and landslides	Smartphones, Open Data Kit, GISCloud, digital survey, volunteer participation	Local	High	Qualitative, quantitative, images
WALSHE et al., 2018	Climate change	Teachers, media and communities in Pacific	Mobile phones (SMS and USSD), voluntary participation, use of incentives (phone credits)	Local/Community	Medium	Qualitative, quantitative
ROMERO RODRÍGUEZ et al., 2020	Heat island	Urban areas	Transect carried out with bicycle with attached sensors, GIS (geographical information system), smartphone	Local/Community	High	Quantitative
PARKER et al., 2019	Climate change	Agricultural crops	GIS, secondary socioeconomic data	Global/Regional	Medium	Quantitative
DALLO; MARTI, 2021	Natural, multiples	User ratings on apps that report multiple-natural risks	Interactive virtual workshops (Zoom), participant research, knowledge co-production and design thinking	Group	Medium	Qualitative
ZANDER; GARNETT, 2020	Natural, multiples	Filipino citizens residing in the country and those who have emigrated to Australia	Survey online, MicroWorker (the platform that identifies potential respondents who fit a sample profile)	Regional	Medium	Qualitative, quantitative
DAUM; CAPEZZONE; BIRNER, 2021	Health	Relationship between agricultural mechanization and farmer welfare in Zambia	Smartphone, App TimeTracker (used to measure an individual's time allocation), participant survey	Individual/Family	High	Qualitative, quantitative
SNIK et al., 2014	Climate and health	Air quality monitoring via participatory aerosol mapping	iSPEX spectropolarimeter attached to a smartphone, whose camera acts as a sensor. Volunteers received the tool and generated the data	Regional	High	Quantitative
RESCH; USLÄNDER; HAVAS, 2018	Earthquake	Population and physical Infrastructure in California, USA	Machine learning (LDA) techniques for extracting semantic information from Twitter combined with GIS	Community/Regional	High	Qualitative, quantitative
JEAN et al., 2016	Poverty	Economic situation at sub-national scales of 5 African countries	Combination of GIS with machine learning through neural networks to identify expenses and average wealth of neighborhoods or communities using the intensity of night light as a proxy for economic activity	Community/Neighborhood	High	Quantitative
ZHANG; YANG; MOSTAFAVI, 2021	Storms	Neighborhoods and urban districts in the USA	Quantitative and qualitative analysis of the content published by influencers of the social network Twitter after the passage of a hurricane and subsequent correlation of the places mentioned with those most affected	Local/Regional	High	Qualitative, quantitative

Note: A complete list of tools for collecting and producing data related to drought and climate change can be found in Enenkel et al. 2020.

DISCUSSION

The methodologies and techniques for data collection explored by the studies reviewed in this article do not announce totally disruptive approaches. However, they sought to creatively integrate mixed tools into their research designs, overcoming limitations imposed for various reasons. The only study that reported having adapted their research to the virtual environment due to the COVID-19 pandemic was that by Dallo and Marti (2021), who chose to conduct their design thinking workshops with focus groups through videoconferencing. All other studies were conducted prior to the pandemic period, yet they resorted to alternative techniques for data collection as they envision saving time, money and personnel - notable aspects, especially if we consider the pauperization of funding for research and investments in science and technology in Brazil. Furthermore, the possibility of extensive geographic coverage, combined with a higher frequency of data updating, also favored the researchers' methodological choices. As an example, the United Nations World Food Program surveys conducted using mobile devices were cheaper (3-9 US\$/point researched) than surveys that were, until then, applied in a conventional way (20- 40 US\$/point researched) (ENENKEL *et al.*, 2020). Likewise, the opportunity generated by the fact that each citizen carries with them an instrument capable of collecting different data, whether using smartphones or driving a vehicle with embedded technology for the transmission of information, can improve climate models and weather forecasting systems existing (BAUER; THORPE; BRUNET, 2015; MAHONEY; O'SULLIVAN, 2013). It is true that many times, these data are of low accuracy, but a large amount of data forms networks with high information density, which can be exploited by appropriate techniques of machine learning and artificial intelligence.

In addition to quantitative variables such as temperature, humidity, date and time, and geographic coordinates, the possibility of textual and audiovisual recordings can complement and enrich the analytical approaches commonly used in drought vulnerability studies, allowing the collection of qualitative data produced by participants on weather conditions on a particular day or crucial agricultural period (rainy, cloudy or dry at the time of planting, growing or harvesting). Likewise, the fluctuation of food purchase and sale prices can be monitored in a more frequent and localized way. Nevertheless, the dynamics of interpersonal relationships in times of crisis and the mobilization of individual and collective assets in the face of adverse events can be better understood through data informed by the participant, guided by guidelines suggested by the researcher.

As noted in the previous section, despite the potential of digital tools to generate a large amount of data, there is a tendency for analytical bias if the limitations and restrictions imposed by the use of these research technologies are not considered. In the study on the perception of natural risks conducted by Walshe *et al.* (2018), the authors emphasize the positional aspect between researcher and participant that also exists in data collection via mobile phones. The fact that the data correspond to a sample involved in a specific context and with particular conditions of access and ability to use digital research tools indicates that the results generated cannot be extrapolated to a population. However, they provide an almost immediate record of the on-site observation of trends relating to a phenomenon. And this can be taken as a favorable point in spatiotemporal analyzes of vulnerability to drought, acting in a complementary and comprehensive way to analyzes based on data corresponding to a regional and even global level.

PNAD data from 2019 reveal that 55.6% of households located in rural areas in Brazil are connected to the internet; in the urban area, 86.7% of households are connected to the internet. The mobile phone is the main tool used for connection, being present in 99.5% of households with internet access (MCOM, 2021). Therefore, there is considerable potential for the production and collection of data obtained by remote tools, both those aimed at the observation of biophysical variables and those focused on the human dimension of drought and climate change.

FINAL CONSIDERATIONS

This article aimed to explore methodologies and techniques for the production and collection of socio-environmental data related to three (among many) current challenges: (i) the synchronization of socio-climatic impacts in spatiotemporal analyses of vulnerability to drought; (ii) the absence of open and updated data due to the budgetary tightening for carrying out census surveys and financing for science; and (iii) the impediment and postponement of conducting field research caused by the COVID-19 global pandemic.

Although the methodologies applied in the reviewed studies have limitations in relation to the sample re-

representativeness of the results and a large amount of time spent in research design and construction of forms, applications and databases. Overall, the authors report that these constrictors are offset by the speed and high frequency with which data can be collected, updated, and organized into databases that allow for near real-time preliminary analysis. This point is essential and promising for analysis at the local level on observed and perceived impacts, and also for monitoring the trend of occurrence of drought events and evaluating strategies to adapt to these events.

Nevertheless, the inclusion of the participant in the co-production of knowledge and scientific practice allows for a constant reassessment of the theoretical-methodological framework used, integrating a comprehensive perspective of the phenomenon with analytical models commonly explained by biotic and abiotic variables. In any case, the ethical implications must also be considered in research that opts for data collection techniques based on digital tools.

REFERENCES

ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 268–281, 2006. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/gloenvcha>

ALVES MENEZES, J. et al. Analyzing Spatial Patterns of Health Vulnerability to Drought in the Brazilian Semi-arid Region. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, 6282, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph18126262>>

AQUINO, A. R. De et al. **Vulnerabilidade sociambiental**. São Paulo: Blucher, 2017.

BAUER, P.; THORPE, A.; BRUNET, G. The quiet revolution of numerical weather prediction. **Nature**, v. 525, n. 7567, p. 47–55, 2015.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Editora 34, 2010.

BOURONCLE, C. et al. Mapping climate change adaptive capacity and vulnerability of smallholder agricultural livelihoods in Central America: ranking and descriptive approaches to support adaptation strategies. **Climatic Change**, v. 141, n. 1, p. 123–137, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10584-016-1792-0>>

CAMPOS, J. N. B. Vulnerabilidades Hidrológicas Do Semi-Árido Às Secas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 16, p. 261–298, 1997.

CASH, D. W. et al. Scale and Cross-Scale Dynamics: Governance and Information in a Multilevel World. **Ecology and Society**, v. 11, n. 2, 2006.

CORREIA, I. A.; BARBIERI, A. F. Vulnerabilidade à seca e (i)mobilidade no Nordeste brasileiro: partir ou resistir? **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, n. 2, p. 125–141, 2019.

CUNHA, A. P. M. A. et al. Extreme drought events over Brazil from 2011 to 2019. **Atmosphere**, v. 10, n. 11, 2019.

CUTTER, S. L. The Vulnerability of Science and the Science of Vulnerability. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 1, p. 1–12, 2003.

DALLO, I.; MARTI, M. Why should I use a multi-hazard app? Assessing the public's information needs and app feature preferences in a participatory process. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 57, n. November 2020, 2021.

DAUM, T.; CAPEZZONE, F.; BIRNER, R. Using smartphone app collected data to explore the link between mechanization and intra-household allocation of time in Zambia. **Agriculture and Human Values**, v. 38, n. 2, p. 411–429, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10460-020-10160-3>>

DE OLIVEIRA-JÚNIOR, J. F. *et al.* Rainfall in Brazilian Northeast via in situ data and CHELSA product: mapping, trends, and socio-environmental implications. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 193, n. 5, p. 1–19, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10661-021-09043-9>>

DOBKOWITZ, S. *et al.* Cross-Scale Vulnerability Assessment for Smallholder Farming: A Case Study in the Northeast of Brazil. **Sustainability**, v. 12(9), p. 3787, 2020.

ENENKEL, M. *et al.* Why predict climate hazards if we need to understand impacts? Putting humans back into the drought equation. **Climatic Change**, v. 162, n. 3, p. 1161–1176, 2020.

ERIKSEN, S. *et al.* Adaptation interventions and their effect on vulnerability in developing countries: Help, hindrance or irrelevance? **World Development**, v. 141, p. 105383, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105383>>

FRANZKE, A. S. *et al.* **Internet Research : Ethical Guidelines 3.0 Association of Internet Researchers**. Disponível em: <<https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>>.

GIULIO, G. M. Di *et al.* Eventos Extremos, Mudanças Climáticas E Adaptação No Estado De São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2019000100329&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07–41, 1995.

HARVEY, C. A. *et al.* Extreme vulnerability of smallholder farmers to agricultural risks and climate change in Madagascar. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 369, n. 1639, 2014.

HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital Anthropology**. London: BERG, 2012.

HUNTINGFORD, C.; WILLIAMSON, M. S.; NIJSSE, F. J. M. M. CMIP6 climate models imply high committed warming. **Climatic Change**, v. 162, n. 3, p. 1515–1520, 2020.

IBGE. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 19 jul. 2021.

IPCC. **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects- Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. New York, NY, USA. Disponível em: <<papers2://publication/uuid/B8BF5043-C873-4AFD-97F9-A-630782E590D>>.

IWAMA, A. Y. *et al.* Risco, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 95–118, 2016.

JEAN, N. *et al.* Combining satellite imagery and machine learning to predict poverty. **Science**, v. 353, n. 6301, p. 790–794, 2016.

JORNAL DA USP. Cancelamento do Censo 2021 deixa o Brasil às cegas em meio à pandemia. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cancelamento-do-censo-2021-deixa-o-brasil-as-cegas-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 19 jul. 2021.

JURGILEVICH, A. *et al.* A systematic review of dynamics in climate risk and vulnerability assessments. **Environmental Research Letters**, v. 12, n. 1, 2017.

- LUERS, A. L. et al. A method for quantifying vulnerability, applied to the agricultural system of the Yaqui Valley, Mexico. **Global Environmental Change**, v. 13, n. 4, p. 255–267, 2003.
- MAHONEY, W. P.; O’SULLIVAN, J. M. Realizing the potential of vehicle-based observations. **Bulletin of the American Meteorological Society**, v. 94, n. 7, p. 1007–1018, 2013.
- MALINI, F. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede. **XXV Encontro Anual da Compós**, p. 1–30, 2016.
- MALLARI; EZRA, C. A. Climate Change Vulnerability Assessment in the Agriculture Sector: Typhoon Santi Experience. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 216, p. 440–451, 2016.
- MARANDOLA JR., E. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2014.
- MARANDOLA JR., E.; D’ANTONA, Á. de O. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: CARMO, R. L. Do; VALENCIO, N. (Eds.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2014. p. 45–61.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 1, p. 29–53, 2005.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 161–181, 2009. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade%0Ahttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000200002&lang=es%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/02.pdf>
- MARENGO, J. A.; TORRES, R. R.; ALVES, L. M. Drought in Northeast Brazil—past, present, and future. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 129, n. 3–4, p. 1189–1200, 2017.
- MARIANO, D. A. et al. **Use of remote sensing indicators to assess effects of drought and human-induced land degradation on ecosystem health in Northeastern Brazil**, 2018.
- MCCARTHY, J.J., CANZIANI, O.F., LEARY, N.A., DOKKEN, D.J., WHITE, K.S. (Eds.). **Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Cambridge University Press, Cambridge, 2001.
- MCOM (Ministério das Comunicações). Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- MENONI, S. et al. Assessing multifaceted vulnerability and resilience in order to design risk-mitigation strategies. **Natural Hazards**, v. 64, p. 2057–2082, 2012.
- MESQUITA, P. S.; WITTMAN, H.; MOTA, J. A. Climate variability, agricultural livelihoods and food security in Semiarid Brazil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, p. 38–51, 2016.
- MEZE-HAUSKEN, E. Migration Caused by Climate Change: How Vulnerable are People in Dryland Areas? **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, p. 379–406, 2000. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/w8r811240x2r7t31/>>
- MILLER, F. *et al.* Resilience and vulnerability: Complementary or conflicting concepts? **Ecology and Society**, v. 15, n. 3, 2010.
- MUTTI, P. R. *et al.* Basin scale rainfall-evapotranspiration dynamics in a tropical semiarid environment during

dry and wet years. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, v. 75, n. July 2018, p. 29–43, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jag.2018.10.007>>

NEDEL OLIVEIRA, V. H. Desafios para a pesquisa no campo das ciências humanas em tempos de pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 14, p. 93–101, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4513773 . Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/211>. Acesso em: 19 jul. 2021.

O'BRIEN, K. *et al.* Mapping vulnerability to multiple stressors: Climate change and globalization in India. **Global Environmental Change**, v. 14, n. 4, p. 303–313, 2004.

ORTEGA, A. C.; SOBEL, T. F. Desenvolvimento Territorial e Perímetros Irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos Perímetros Irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, p. 88–118, 2010.

PARKER, L. *et al.* Vulnerability of the agricultural sector to climate change: The development of a pan-tropical Climate Risk Vulnerability Assessment to inform sub-national decision making. **PLoS ONE**, v. 14, n. 3, p. 1–25, 2019.

REBOITA, M. S. *et al.* Causas da semi-aridez do Sertão Nordeste. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, n. Jul/Dez, p. 254–277, 2016.

RESCH, B.; USLÄNDER, F.; HAVAS, C. Combining machine-learning topic models and spatiotemporal analysis of social media data for disaster footprint and damage assessment. **Cartography and Geographic Information Science**, v. 45, n. 4, p. 362–376, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15230406.2017.1356242>>

ROMERO RODRÍGUEZ, L. *et al.* Analyzing the urban heat Island: Comprehensive methodology for data gathering and optimal design of mobile transects. **Sustainable Cities and Society**, v. 55, n. October 2019, p. 102027, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102027>>

SALVATI, P. *et al.* Acquiring vulnerability indicators to geo-hydrological hazards: An example of mobile phone-based data collection. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 55, p. 1–16, 2021. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, 2016.

SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 282–292, 2006.

SNIK, F. *et al.* Mapping atmospheric aerosols with a citizen science network of smartphone spectropolarimeters. **Geophysical Research Letters**, v. 41, n. 20, p. 7351–7358, 2014.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). A produção do espaço urbano. São Paulo, Contexto, 2016.

UNISDR – UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction: Risk and poverty in a changing climate. Geneva, Switzerland: UNISDR, 2009.

VIEIRA, R. M. da S. P. *et al.* Characterizing spatio-temporal patterns of social vulnerability to droughts, degradation and desertification in the Brazilian northeast. **Environmental and Sustainability Indicators**, v. 5, n. December 2019, p. 100016, 2020.

WALSHE, R. A. *et al.* Perceptions of adaptation, resilience and climate knowledge in the Pacific: The cases of Samoa, Fiji and Vanuatu. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. 10, n. 2, p. 303–322, 2018.

ZANDER, K. K.; GARNETT, S. Risk and experience drive the importance of natural hazards for peoples' mobility decisions. **Climatic Change**, v. 162, n. 3, p. 1639–1654, 2020.

ZERI, M. *et al.* Tools for communicating agricultural drought over the Brazilian Semiarid using the soil moisture index. **Water (Switzerland)**, v. 10, n. 10, 2018.

ZHANG, C.; YANG, Y.; MOSTAFAVI, A. Revealing Unfairness in social media contributors' attention to vulnerable urban areas during disasters. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 58, p. 102160, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2021.102160>>

ENTREVISTA COM PROFA. DRA. SONIA MIRIAM DRAIBE IE/NEPP UNICAMP

Entrevista concedida a Oswaldo Gonçalves Junior¹, Rodrigo Alberto Toledo² e à Larissa Aparecida Prevato Lopres³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i2.15904>

CONTEXTO DA ENTREVISTA

Sonia Miriam Draibe é doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo/USP (1981), livre-docente pela Unicamp (1993). É professora aposentada adjunta do Instituto de Economia e pesquisadora sênior do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, NEPP/Unicamp. Sônia Draibe é referência obrigatória para quem se dedica a estudar políticas públicas e termos como Welfare State. Sua trajetória é uma contribuição valiosa e seus textos são lidos por estudantes e profissionais em seus processos formativos e de trabalho.

REDD – COMO RECEBEU O CONVITE PARA PARTICIPAR DA ENTREVISTA NO DOSSIÊ SOBRE VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL?

Sonia: Foi com muita honra que aceitei o convite de Oswaldo, Rodrigo e Larissa para participar desse registro das contribuições de muitos à consolidação da pesquisa em políticas públicas no Brasil.

REDD – QUAL SUA ORIGEM, FORMAÇÃO E INFLEXÕES DISCIPLINARES E TEMÁTICAS?

Sonia: Fui contemplada com as vantagens e oportunidades de nascer em uma família de classe média, descendente de imigrantes libaneses que se radicaram em pequenas e médias cidades do interior do estado de São Paulo, Região da Mogiana.

Nasci em 1943 e fiz minha formação básica, incluindo a Escola Normal, nas escolas públicas de Cajuru. Vantagens e oportunidades: meu pai, ele próprio um imigrante que havia feito o ensino médio, era comerciante e juntamente com minha mãe, professora do antigo grupo escolar, valorizaram como poucos a educação dos filhos. Valorizaram a educação formal, mas também a leitura constante, a curiosidade científica, a escola pública e as artes.

A formação universitária foi desde sempre anseio e meta dos meus pais e dos filhos, sem distinção de sexo. Terminado o ensino médio, fiz pedagogia na USP e os três irmãos fizeram medicina, dois na USP e um na Universidade Federal de Uberaba. Sempre na escola pública.

Em São Paulo, iniciei em 1962 o curso de Pedagogia e alguns episódios foram marcantes na minha trajetória futura, acadêmica e pessoal. Desde o segundo ano da faculdade, participei, com mais 5 alunas, de um experimento de especialização precoce em História e Filosofia da Educação, sob a direta coordenação de Eduardo Villalobos e Roque Spencer Maciel de Barros. Por três anos, não apenas lemos os clássicos em francês e inglês como lemos paralelamente a produção literária e mesmo a dramaturgia pertinentes aos autores, correntes e períodos. Nossa formação foi profunda e ampla. Em segundo lugar, já em 1963 vivemos a greve dos 100 dias e desde então eu me envolvi na política universitária e depois do golpe de 64, na oposição à ditadura. Fui também pioneira na residência universitária do CRUSP, onde morei até final de 1965, outro

¹ Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Brasil (2010). Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3033-3741>

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Brasil (2013). Professor Visitante Temporário da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5586-5189>

polo importante das minhas vivências universitárias e formação política. Finalmente, em 1970, o exílio me levou ao Chile, onde permaneci até depois do golpe contra Allende, em 1973.

Se minha formação foi marcada por estes acontecimentos, também as inflexões dos objetos e temáticas de estudos foram tributários destas novas oportunidades e opções.

Já na graduação, iniciei meu treinamento de pesquisadora trabalhando como bagrinho⁴ de pesquisas de alguns dos meus professores. Terminada a graduação, trabalhei como diretora pedagógica de escolas privadas, ao mesmo tempo que iniciava minha carreira docente como professora de História e Filosofia da Educação na PUCSP- Sedes Sapientiae. E por volta de 1967 iniciei o curso de pós-graduação em Sociologia na USP, sob orientação de Maria Alice Foracchi, de quem fui também auxiliar de pesquisa. Na sequência, fui trabalhar com Lúcio Kovarick em pesquisa sobre o ensino superior na Secretaria da Educação de São Paulo que então abrigava a Coordenadoria do Ensino Superior, responsável pelos institutos e faculdades mais tarde integrados à UNESP. Bons tempos aqueles, em que não precisávamos buscar empregos; estes nos buscavam.

Até então, já se patenteava minha inclinação pela sociologia, em particular a sociologia do desenvolvimento, atraída pelos cursos de Luiz Pereira, nos quais nos expunha à temática e, mais propriamente, às discussões da CEPAL e dos cepalinos de então. A interrupção da pós-graduação, em 1970, e a ida para o Chile, viriam a provocar novas inflexões nos meus interesses e estudos. Não posso deixar de enfatizar o significado do período vivido no Chile, decisivo para minha formação e de tantos outros amigos e colegas que lá viveram.

O debate intelectual em Santiago, entre o final dos anos 60s e 1973, significou, para a América Latina e para o campo das Ciências Humanas, uma dessas raras circunstâncias de concentração e dinamização política e acadêmico-institucional. Ali conviviam militantes de todas as colorações políticas; intelectuais latino-americanos de sólida formação, afastados de seus países; professores e pesquisadores visitantes - principalmente europeus - atraídos pela ampla liberdade e tradição democrática do país, mais tarde pela instigante experiência política que foi o período Allende. Instituições internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL; o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social - ILPES; o Centro Latino-Americano de Demografia - CELADES ou programas latino-americanos de pós-graduação, como a ESCOLATINA ou a FLACSO, foram áreas privilegiadas de formação e circulação de idéias.

Certamente, eram as orientações político-partidárias que polarizavam o debate. Mas, sem dúvida, um núcleo estratégico de questões teóricas e de análise histórica a todos atraía, já que aí se buscavam respostas para as mais sérias interrogações suscitadas pelo confronto entre a experiência chilena e outros rumos seguidos por alguns países da América Latina, entre eles o Brasil. Desde logo, o futuro do Chile repunha questões anteriormente examinadas pelas teorias cepalina e da dependência sobre a especificidade do desenvolvimento histórico dos países latino-americanos, em face dos padrões de desenvolvimento capitalista observados nos países centrais do sistema internacional, e também das grandes diferenças que separavam entre si os próprios países da região.

A temática da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, nas formas particulares que assumiu na região, deitava raízes no intenso debate e reinterpretações das teorias do subdesenvolvimento e das análises da relação centro-periferia; do modelo de substituição de importações como o caminho da industrialização latino-americana, e suas possibilidades futuras; da natureza das forças políticas que poderiam inibir ou dirigir processo de transformação econômica; e, finalmente, da natureza e papel do Estado na condução do desenvolvimento. Para minha formação, foram também de especial importância os estudos de natureza histórica que arrancavam da matriz weberiana, como os de Barrington Moore; ou da marxista, como os de Dobb e Christopher Hill, mas também o Lênin de O desenvolvimento do capitalismo na Rússia ou o Trotski de Balanços e perspectivas, referidos à questão das alternativas (e suas diferenças econômicas e políticas) de constituição e desenvolvimento das economias capitalistas.

Foi nesse ambiente intelectual, fortemente sensibilizado pelas questões políticas, que nós, alunos de pós-graduação da FLACSO e da ESCOLATINA durante os anos de 1971 a 1973, avançamos em nossa formação acadêmica, beneficiando-nos de um ambicioso conjunto de disciplinas e seminários teóricos e de análise histórica, sob a coordenação de professores da envergadura de Maria da Conceição Tavares, Otávio Rodrigues,

⁴ Peixe Bagrinho-da-serra: espécie de bagre pequeno (*Trichomycterus brasiliensis*), encontrável nos rios do Sul do Brasil. No contexto da entrevista, Draibe faz referência ao peixe para comparar ao que denominamos pesquisadores de Iniciação Científica, isto é, pesquisadores que estão a realizar os primeiros estudos sob a supervisão de orientadores.

Oswaldo Sunkel, Barros de Castro, José Serra, Enzo Falleto, Emílio de Ípola, Lourdes Sola, Norbert Lechner, entre outros.

O caminho intelectual e institucional que segui, no futuro, foi decisivamente marcado por esse clima intelectual descrito e, já no Brasil, pela aproximação com os professores do então Departamento de Economia da UNICAMP, ao qual se incorporaram alguns colegas também recém-chegados do Chile. O trânsito definitivo da Sociologia para a Ciência Política e a dedicação à temática do Estado nos processos de desenvolvimento do capitalismo em países latino-americanos, iniciado no Chile, completou-se no novo e rico ambiente intelectual do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, particularmente nas estreitas ligações entre os temas que me preocupavam e o trabalho pioneiro de reinterpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, completado em 1975 pelo Prof. João Manuel Cardoso de Mello, em *O capitalismo tardio*.

Recém chegada do Chile, fui professora por dois anos (1974-1975) da FGV-SP e já inscrita no programa de pós-graduação em Ciência Política da USP, defendi em fins de 1975, junto à FLACSO e sob orientação de Emilio de Ipola, minha dissertação de mestrado Estado e industrialização na Argentina (1930-1943), um primeiro exercício de compreensão do papel do Estado no desenvolvimento econômico argentino.

A forma e o papel que assumiu o Estado brasileiro na etapa da industrialização restringida, assim como a conceituação das vias ou alternativas de desenvolvimento econômico que se abriram ao País com a crise de 1930 - núcleo temático da minha tese de doutorado - derivam, no sentido lógico do termo, dos conceitos, periodização e interpretações produzidas pelo Prof. Cardoso de Mello. Em outras palavras, temas e referências teóricas que haviam sido estimulados pelo debate chileno vieram a se concretizar no programa de pesquisa que desenvolvi desde 1975 na UNICAMP e que culminou na minha tese de doutoramento, *Rumos e metamorfoses*, defendida em 1981 no Departamento de Ciência Política da USP, sob orientação do saudoso Professor Juarez Brandão Lopes.

REDD – COMO CONCEBE O ESTADO, WELFARE STATE E POLÍTICAS PÚBLICAS: NOVAS TEMÁTICAS E O ENTRELAÇAMENTO ENTRE A PESQUISA, A DOCÊNCIA E ATIVIDADE INSTITUCIONAL?

Sonia: O reforço de alguns campos e temas da Ciência Política e o forte investimento no desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, áreas de concentração, instituições e linhas de pesquisas estiveram sempre no horizonte do meu trabalho científico na UNICAMP, entrelaçando trajetória institucional e produção científica.

Fui por duas vezes coordenadora do Conjunto de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais do IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Entre 1982 e 1984, chefei o Departamento de Ciências Sociais; entre 1985 e 1987, coordenei o Programa de Mestrado em Ciência Política. Além das atividades de representação associadas àqueles cargos e funções, dentro e fora da UNICAMP, dediquei parte ponderável de minhas atividades ao reforço institucional dos programas de graduação (reformulação de 1979) e do mestrado em Ciência Política. Na sequência, chefei também o Departamento de Ciências Sociais, no período de criação do seu Programa de Doutorado, no qual assumi até 1989 a coordenação da área de Teoria do Estado e Políticas Públicas.

Permaneci no Conjunto de Ciência Política do DCS-IFCH até 1989, quando então me transferi para o Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia. No Instituto, participei dos esforços de criação e funcionamento do Programa de Doutorado em Economia do Setor Público e de sua área de Política Social. Com a reestruturação de 1991 e a definição do novo Programa de Doutorado em Economia, passei a integrar a Comissão de Pós-Graduação, coordenando a área de concentração em Política Social. Aposentei-me em 1998, mas continuei atuando até poucos anos atrás como colaboradora em docência, pesquisa e orientação de pós-graduandos.

Duas experiências, naqueles anos, foram decisivas no meu trânsito para Ciência Política e para o campo de estudos sobre o Estado de Bem Estar Social e as políticas públicas: meu trabalho no NEPP e minha inserção em rede internacional de pesquisadores e pesquisas sobre aquela temática.

Começo pela segunda. Em 1985, fiz um pós-doc no IEDES [Institut d'Étude du Développement Économique et Social], Universidade de Paris I. Além de trabalhar com colegas dedicados a estudos sobre o Estado, o desenvolvimento econômico e políticas sociais, fiz duas pesquisas particulares, que marcaram as próximas inflexões temáticas de minha carreira acadêmica. A primeira foi me dedicar às comparações internacionais

comparadas sobre o Estado de Bem-Estar Social. Em 1985 fiz uma pesquisa comparada das reformas dos programas sociais na França, Espanha e Itália. Entrevistei nesses países uma boa quantidade de pesquisadores e, sobretudo, gestores de programas sobre as mudanças encaminhadas na primeira metade dos anos de 1980. Foi um trabalho interessantíssimo, que me permitiu conhecer a literatura e, especialmente, os alcances e limites das reformas dos Estados de Bem-Estar Social. Desde então, foi este um tema que persegui tanto em pesquisas – como o estudo das reformas de programas sociais na América Latina, feitas com a CEPAL - quanto nos cursos de mestrado e doutorado que ministrei. Já nesse primeiro momento, fortes e boas relações pessoais e institucionais foram estabelecidas com colegas franceses, em particular Bruno Théret, com quem vim a trabalhar no quadro de um acordo Capes-Cofecub que ambos coordenamos por 8 anos e que permitiu não apenas o intercâmbio anual de professores como a ida para a França de 8 bolsistas das nossas pós-graduações.

A segunda pesquisa foi já no campo das políticas públicas. Durante o pós-doc em Paris, pesquisei a literatura de análise de políticas públicas, principalmente a norte-americana. Esta era uma bibliografia ainda pouco disseminada no Brasil, mas encontrei uma rica biblioteca na SciencePo. Ao voltar, trazendo materialmente aquele conhecimento em malas de livros e xerox, ofereci, no mestrado e no doutorado, cursos de análise de políticas públicas, o que atraiu um grupo de alunos e colegas interessados, entre eles o Professor Jorde Tapia, meu orientando e colega de saudosa lembrança, que por muito tempo o seguiu, oferecendo estes cursos.

A esta rede inicial de colaboração e pesquisa vieram se juntar mais tarde outros colegas e pesquisadores latino-americanos, em particular do Chile, como Manuel Riesco, e da Argentina, além daqueles da CEPAL, do PNUD e do UNRISD, com quem tive o privilégio de trabalhar por muitos anos. Nossas pesquisas, cursos e pós-graduandos certamente puderam se beneficiar e muito destas relações.

Já meu trabalho junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP da UNICAMP constituiu, para mim e todos os que lá nos juntamos, a verdadeira escola, o centro por excelência de aprendizado das teorias, metodologias e prática de análise das políticas públicas.

Desde fins dos anos 70s, juntei-me ao grupo de professores que, sob estímulo do Prof Vilmar Faria, passamos a ler e debater a literatura internacional sobre Welfare State e a tratar de entender sob este prisma as políticas sociais brasileiras. Aí estavam Vilmar, Maria Herminia T. Almeida, Cláudio Salm, Geraldo Di Giovanni, Argelina Figueiredo, Maria Helena G. de Castro, Jorge Tapia, Ana Canesqui e outros colegas, além do pós-graduando Pedro Luiz Barros Silva. Essa foi a origem do NEPP, criado então em meados de 1983 no bojo do movimento de criação dos Núcleos interdisciplinares da Unicamp, impulsionados pelo Reitor Pinotti e pelo Professor e mais tarde Reitor Paulo Renato de Souza.

Maria Herminia dirigiu o Nepp até 1986, quando assumi eu a coordenação, que exerci até 1996. Nesse período, antes ainda de ter sido criada na UNICAMP a carreira de pesquisador, o Núcleo pode contar com um corpo próprio de jovens pesquisadores, muitos também pós-graduandos da universidade: Ana Luiza D'Ávila Vianna, Marta Arretche, Eduardo Noronha, Ana Fonseca, José Roberto Ruz Perez, Cibele Andrade Marchi, Marcos Queiroz, a estatística Stella Silva Telles e mais tarde Lilia Montali. Célia Melhem foi também pesquisadora associada, juntamente com muitos outros colaboradores externos que se juntaram a nós, nos variados projetos de pesquisa realizados. Professores de vários institutos e faculdades da Unicamp ligaram-se ao NEPP por bons espaços de tempo, coordenando projetos, realizando seminários e participando das atividades da administração: Pedro Luiz B. Silva, Geraldo Di Giovanni, Jorge Tápia, Argelina Figueiredo, Gilda Portugal Gouveia, Ana Canesqui, Raquel Meneguello, Eduardo Fagnani, Paulo Sérgio Fracalanza.

Nesse percurso, nessa trajetória institucional, entrelaçaram-se os movimentos do meu trânsito definitivo para a ciência política e o do reforço dessa disciplina nos programas de ensino e pesquisa da Universidade. Também está inscrito nesse percurso institucional, e mesmo por ele reforçado, o caminho que percorri em meus estudos sobre o Estado: no seu referencial empírico, os estudos sobre o Estado no Brasil e em outros países; no plano temático, a ênfase sobre as políticas públicas, particularmente sobre as políticas sociais; no centro das minhas atividades didáticas, a abordagem teórica e metodológica do Estado, em particular do Estado de Bem-Estar Social, suas ações e as reformas por que vem passando desde os anos 80.

REDD – QUAL O PAPEL DO NEPP NA PRÁTICA DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Sonia: Os Núcleos constituíram uma experiência pioneira da UNICAMP no campo da pesquisa

interdisciplinar. O NEPP foi provavelmente o primeiro centro, no Brasil, a dedicar-se plenamente a pesquisas em políticas públicas, em particular, às políticas sociais. Forma privilegiada de examinar o Estado em ação, a análise das políticas públicas - campo específico da Ciência Política - envolveu desde logo profícuas interrelações e recíprocos reforços entre minhas próprias atividades didáticas e de coordenação nas áreas e disciplinas dos Programas de Mestrado em Ciência Política e Doutorado em Ciências Sociais, assim como nos Programas de Doutorado em Economia (disciplina de Teoria do Estado) e Doutorado em Economia do Setor Público (área de concentração em Política Social e disciplinas de Teoria do Estado e Análise de Políticas Públicas).

O período em que coordenei o NEPP, 1986-1996, correspondeu não apenas à institucionalização do Núcleo como marcou o intenso aprendizado de desenhos, metodologias de avaliação e análise de políticas públicas que realizamos no coletivo interdisciplinar de pesquisa lá construído.

Fatores positivos contribuíram para a exitosa história institucional do NEPP. Desde logo, o decisivo engajamento da Reitoria no processo de sua criação e expansão. Mas também o processo de abertura e democratização do país se expressou na urgência do conhecimento sistemático das políticas públicas, em particular das políticas sociais, tal como praticadas pelo regime autoritário, e a busca de alternativas para as mesmas, o que foi reforçado ao longo do processo de aprovação da Constituição de 1988. Finalmente, os anos 80 foram também anos que marcaram a articulação dos financiamentos internacionais às atividades de avaliação das áreas e programas financiados. Na área social, destacaram-se desde então os estímulos do BID, Banco Mundial e PNUD às atividades e à cultura de avaliação, canalizando recursos para as mesmas entre as condicionalidades dos financiamentos. Em um par de anos, ministérios, governos estaduais e municipais passaram a procurar o NEPP (e outros centros do país) para tal finalidade. Além da legitimação, por muitos anos não faltaram recursos para financiar as pesquisas de avaliação das políticas públicas.

REDD – QUAIS SÃO OS DESAFIOS E AVANÇOS DAS PESQUISAS CONDIZIDAS POR VOCÊ?

Sonia: Não foram poucas as dificuldades e os desafios que tivemos que enfrentar. Desde logo o baixo conhecimento que tínhamos, naquele momento, das políticas sociais brasileiras. Recém saíamos da ditadura e, especialmente no plano das políticas sociais, houve que se fazer um esforço enorme para conhecer bem como se desenvolveram e estruturaram aquelas políticas nos 20 anos de regime militar. Havia é claro conhecimento acumulado em uma ou outra área social, mas não de modo homogêneo e muito menos de modo conjunto. Esforço imenso foi feito pelas várias comissões técnicas que assessoram os trabalhos Constituintes.

Nossa iniciativa específica foi de dupla mão: primeiro, conhecer melhor e de forma sistemática o conjunto das políticas sociais federais do país, esforço que se concretizou nas publicações do NEPP - Brasil, 198... Relatório sobre a Situação Social do País, referidos aos anos de 1985, 1986 e 1987. Este foi um amplo e complexo trabalho de pesquisa e especialmente de sistematização do conhecimento, feito sem nenhum financiamento, totalmente apoiado no trabalho voluntário de professores e pesquisadores reunidos no NEPP.

Lamento muito que não tenha seguido em frente. Inspirado em trabalho italiano análogo, ele nos permitia examinar anualmente cada área de política social na sua especificidade, mas sempre referida ao quadro mais geral das políticas sociais do país, às semelhanças e diferenças que guardava em relação aos seus princípios, aos parâmetros organizacionais, à sua inserção na federação, aos tipos de efeitos sociais que objetivavam e à suas capacidades de realizá-los. Essa é uma lição que gostaria que os jovens pesquisadores de hoje observassem. Mesmo quando analisando e avaliando um pequeno e longínquo programa social municipal, será sempre bom que se tenha em mente o quadro geral tanto da política social a que se refere quanto o conjunto da política social nacional.

A outra orientação que perseguimos foi a de não perder também a referência internacional do tipo de sistema nacional de bem-estar social que havíamos construído no país e que estava em vias de transformação, desde os anos finais da década dos 80s. Que tipo de Welfare State era este? A quem e como protege? A quem inclui e a quem exclui, nas suas políticas? Como está financiado, organizado e por quais corpos burocráticos é movido? Obviamente a inspiração de questões desta natureza foram buscadas na literatura internacional comparada dos sistemas de proteção social. Eu mesma voltei meus estudos para esse quadro geral e, já em 1988, junto com Liana Aureliano, publicamos o ensaio A especificidade do “Welfare State” brasileiro (Cepal, 1988).

Neste estudo, tratamos de demonstrar que, dadas as suas características, nosso estado de bem-estar social

poderia enquadrar-se, segundo a tipologia de Richard Titmus reorganizada por Áscoli, no tipo meritocrático-particularista que, operando com critérios conservadores do status quo e princípios corporativistas e clientelistas de incorporação dos beneficiados, produzia muito baixos impactos redistributivos. Não faltou ousadia e algum pioneirismo a esse trabalho, elaborado antes do seminal trabalho de Esping Andersen publicado em 1990. Relendo-o recentemente para preparar sua publicação em inglês, confesso que senti uma pontada de orgulho por não nos termos acuado frente aos riscos e às inevitáveis críticas que provocaria.

Seguramente, um dos maiores desafios que enfrentávamos no período dizia respeito às metodologias de análise e avaliação dos programas, e não por acaso. Em meados dos anos 80 e mesmo em princípios dos 90, além de raras e desiguais, as análises eram pouco sistemáticas e as avaliações, restritas a avaliações de impacto e estudos de caso, pouco se apoiavam em metodologias robustas, capazes de detectar com segurança relações causais significativas. Avaliações de processos eram praticamente inexistentes.

Nosso primeiro passo foi tentar estabelecer um sistema para a análise dos programas e políticas, especialmente para os estudos de implementação, aos quais me refiro aqui. No começo, havia quase uma marcação de como fazer a pesquisa sobre programas e avaliações de programas: A que público-alvo se destinam? São universais ou focalizados? Quais metas almejam? Como estão estruturados, organizados? Como são financiados? Qual ou quais são os sistemas decisórios que os movimentam? Quais são seus corpos técnicos e burocráticos específicos? Que impactos promovem? Quais são suas efetividades sociais e institucionais? Dito de modo resumido, tratávamos de decompor um dado programa e recompô-lo segundo sua organização, estrutura, processos.

Com o tempo, e obviamente apoiada em hipóteses, logamos decantar uma metodologia de avaliação de processo que se mostrou bastante útil, ao reconstruir e mensurar os sub-sistemas ou sub-processos dos programas e seus respectivos indicadores: sistema gerencial e decisório; processos de divulgação e informação; processo de seleção (dos agentes implementadores e ou dos beneficiários); processos de capacitação (dos agentes e ou dos beneficiários); sistemas logísticos e operacionais (financiamento e gasto, provisão de materiais etc) e finalmente processos de monitoramento e avaliação (interna). A pesquisa tratava então de correlacionar tais processos aos indicadores de desempenho, de impactos, de efetividade institucional e efetividade social. O que foi detalhado no artigo Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas (2001, Roxo & Brandt de Carvalho, Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais, São Paulo, PUC/IEI/CENPEC).

Mas não se restringiam apenas às lacunas metodológicas as dificuldades encontradas pelo pesquisador dos anos 80 e 90, ou quem sabe também pelo contemporâneo. Quero me referir a duas delas. Em primeiro lugar, às dificuldades enfrentadas na coleta das informações administrativas dos programas, tanto os centralizados no governo federal quanto os de responsabilidade dos estados e municípios e, em segundo lugar, à cultura autoritária relativa à prestação de informações, ainda predominante em muitas áreas de governo.

É comum que a avaliação de políticas públicas irrite os responsáveis. No Brasil de meados dos anos 80, mais ainda! Além da escassez de informações oficiais, a cultura autoritária frequentemente se manifestava na omissão deliberada da informação. Para coletar dados para o referido Relatório sobre a Situação Social do País, nossos pesquisadores iam aos ministérios, muitas vezes tinham que copiar manualmente dados ainda pouco informatizados e quase sempre se chocavam com a má vontade dos funcionários. Houve mesmo o caso de um deles que rasgou parte de um relatório em princípio público, afirmando que ali havia dados que não podiam ser divulgados. Nos anos 90s, a diferença promovida pela democratização já se fazia sentir: houve mesmo um ministro que “fechou” o Ministério por dois dias para que nossa equipe de pesquisa expusesse a todos os técnicos e gerentes os resultados da avaliação nacional de programas recém realizada. O panorama atual é distinto: é comum encontrarmos nos sites dos Ministérios ou secretarias de estado resultados fidedignos de pesquisas. Ainda assim, longe estamos de uma plena democratização da informação.

Em segundo lugar, sublinho a tensão entre o financiamento da pesquisa de políticas públicas e a autonomia científica e acadêmica dos pesquisadores, muito comum quando o financiamento se origina na própria esfera administrativa das políticas ou programas que serão analisados. Essa é uma relação delicada, que normalmente evita confrontos abertos – como por exemplo, rejeição dos relatórios finais – mas pode envolver pressões sutis ou o engavetamento dos relatórios e das recomendações de políticas que trazem consigo. Posso testemunhar que aqui também, com a democratização, a situação passou por significativa melhora, embora o árbitro não tenha sido de todo eliminado.

REDD – QUAL A SITUAÇÃO DA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS, HOJE?

Sonia: Passados quase quarenta anos, o cenário da pesquisa de avaliação em políticas sociais públicas é bem outro, felizmente. Está bem mais disseminada, pelo país. Apoiar-se em metodologias mais robustas e sofisticadas, em entrevistas padronizadas e passíveis de tratamento quantitativo, em estatística não apenas descritiva, mas também inferencial e probabilística. Opera através de redes de pesquisadores e centros de pesquisa, e seus resultados na maioria das vezes são devidamente divulgados. Associações nacionais apoiam estes processos. E a área conta ainda com excelentes pesquisas sobre necessidades e demandas sociais, em particular sobre desigualdade social e pobreza no país, referenciais importantes para a avaliação das políticas sociais. Ou seja, tem avançado bastante o processo de institucionalização e consolidação da pesquisa de avaliação de políticas e programas sociais públicos.

Não tenho como avaliar, no momento, o quanto nossos cursos de pós-graduação avançaram também no treinamento dos futuros pesquisadores de áreas como esta. Seria uma boa frente de trabalho para as associações nacionais de avaliação examinarem e incentivarem este aspecto.

Vocês me perguntam sobre a factibilidade de uma agenda de pesquisa no campo das avaliações de políticas públicas. Tenho dúvidas sobre isto. Claro, há certos princípios e valores que norteiam nosso trabalho. Atuando na esfera pública e na fronteira da colaboração com o Estado, valores republicanos e democráticos tendem a orientar a pesquisa de avaliação que busca sobretudo indicar caminhos de aprimoramento da ação pública, de modo transparente e informado. Entretanto, a construção de uma agenda envolve mais que isto. Envolve escolhas e ênfases temáticas, perspectivas para a análise etc. Ora, em geral as pesquisas de avaliação, especialmente nas áreas sociais, ocorrem por demanda e ou interesse dos executores e estes não obedecem a uma agenda pré-determinada. Tem que ver mais com o financiamento, com a implementação de novos programas e até mesmo com interesses políticos e eleitorais dos executores das políticas. Como estabelecer uma agenda nestas circunstâncias?

Não quero teminar sem me referir à felicidade e ao enorme prazer intelectual daqueles anos no NEPP. Trabalhei com uma excepcional equipe, animada, disposta a concentrar seus esforços na aprendizagem e no trabalho dos grandes projetos de pesquisa que empreendemos já no início dos anos 90. Só posso agradecer a todos esta ímpar oportunidade, que marcou para sempre minha vida acadêmica.